

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

LEONARDO ALMONFREY STEIN

**O DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DO USO DE DROGAS POR
ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE
CASTELO/ES E A PREVENÇÃO PELO PROGRAMA
EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À
VIOLÊNCIA**

VITÓRIA

2015

LEONARDO ALMONFREY STEIN

**O DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DO USO DE DROGAS NO
MUNICÍPIO DE CASTELO/ES POR ESTUDANTES DO ENSINO
MÉDIO E A PREVENÇÃO PELO PROGRAMA EDUCACIONAL DE
RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA**

Projeto de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Profissional em Gestão Pública, na área de Gestão de Operações.
Orientador: Prof. Dr. Rogério Antônio Monteiro

VITÓRIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S819d Stein, Leonardo Almonfrey, 1982-
O diagnóstico situacional do uso de drogas no Município de Castelo/ES por
estudantes do Ensino Médio e a prevenção pelo Programa Educacional de
Resistência às Drogas e à violência / Leonardo Almonfrey Stein. – 2015.
152 f. : il.

Orientador: Rogério Antônio Monteiro.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas.

1. Jovens – Uso de drogas. 2. Drogas – Abuso - Prevenção.
3 Drogas – Abuso - Diagnóstico. I. Monteiro, Rogério Antônio,
1955-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 35

**O DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DO USO DE DROGAS POR JOVENS
ESCOLARES DO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE CASTELO/ES E
A PREVENÇÃO PELA PROERD**

Leonardo Almonfrey Stein

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em 01 de dezembro de 2015 por:



Rogério Antônio Monteiro, DSc – UFES – Orientador



Rossana Ferreira da Silva Mattos, DSc – UFES



Marluce Miguel de Siqueira, DSc – UFES

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem a ajuda de um grande número de pessoas que me acompanharam nessa caminhada.

Gostaria e não poderia deixar de iniciar meus agradecimentos lembrando-me de Deus, o grande arquiteto do universo, o qual nos conduz a uma vida correta e serena, o qual nos ajuda em todos os momentos.

Além dele, exponho o meu mais sincero e profundo agradecimento a diversas pessoas, dentre elas:

A meu orientador, professor Rogério, por seus diversos conselhos e orientações, e principalmente por me aturar nesse período de pressão e estresse na busca da realização de um trabalho que ficasse a contento, acrescido de um dos momentos no qual eu mais trabalhei em minha Instituição, dificultando minha exclusividade à pesquisa.

Às professoras Rossana Ferreira da Silva Mattos e Dirce Nazaré de Andrade Ferreira, pela enorme contribuição na minha banca de qualificação e em momentos posteriores.

À professora Fabíola Xavier Leal, entusiasta estudiosa da área, e que me animou a aprofundar nesse assunto complexo e instigante.

Aos colegas de Mestrado, por terem me dado força nos momentos de desânimo e angústia. Vocês ficarão guardados para sempre em minha memória.

Aos professores do Mestrado em Gestão Pública, pelos importantes conhecimentos que nos levaram a construir. Além de grandes profissionais, percebo que constitui grandes amigadas com tais educadores.

E, em especial, a minha esposa Jackeline, a minha mãe Bernardete e a meu pai Leutário, por fazerem parte de minha vida e me proporcionar a constituição dessa família maravilhosa que possuo, a qual muito me orgulha.

“Educai as crianças para que não seja necessário punir os adultos.” (Pitágoras)

RESUMO

Trata o presente trabalho de um diagnóstico situacional do uso de drogas por estudantes do ensino médio no Município de Castelo/ES, bem como de uma análise da visão desses mesmos jovens a respeito do PROERD como política pública para a prevenção ao uso e abuso dessas drogas. Por meio de uma pesquisa quantitativa, realizada com a aplicação de um questionário validado, foram entrevistados 303 jovens do ensino médio. Contendo em seu interior as principais doutrinas e conhecimentos produzidos relativos ao presente tema, a pesquisa propiciou mensurar o uso das substâncias psicoativas e caracterizar os não usuários e os usuários de drogas ilícitas, além de uma reflexão crítica dos motivos da utilização de tais substâncias, da participação da família nesse contexto e de outros aspectos que permeiam o uso dessas substâncias. Observou-se um grande consumo, de forma geral, de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, sobretudo no tocante ao álcool e à maconha. Entretanto, é válido ressaltar que a situação descrita anteriormente não é válida para todos os tipos de drogas. Quanto ao perfil dos usuários de drogas ilícitas, percebeu-se que alguns preconceitos foram desmistificados, visto que a pesquisa apresentou uma maioria proporcional de mulheres, brancas, classe média, religiosas, frequentadoras da umbanda e de igrejas evangélicas, com chefes de famílias esclarecidos, com ensino médio completo ou superior em formação, dentre outras características. No tocante ao PROERD, os resultados da pesquisa demonstraram que a percepção dos jovens submetidos ao programa o considerou excelente, ficando entre 90 a 95% de aprovação na implementação da prevenção ao uso de drogas.

Palavras-chave: Diagnóstico situacional. Drogas lícitas. Drogas ilícitas. Prevenção.

ABSTRACT

The present study is a situational diagnosis of drug use by students in high school in the city of Castelo/ES, as well as an insight into the analysis of these young people about the PROERD as a public policy to prevent the use and abuse of these drugs. Through a quantitative survey, conducted with the application of a validated questionnaire, were interviewed 303 high school youth. Containing within it the major doctrines and knowledge produced relating to this topic, the research measured the use of narcotic substances and characterized the users of illicit drugs and non-drug users, as well as propitiated a critical reflection of the reasons for use of such substances, the family's participation in this context and other aspects that permeate the use of said substances. In general, there was a large consumption to legal and illegal narcotics, especially with regard to alcohol and marijuana. However, it is worth noting that the situation described above is not valid for all types of substances. Regarding the profile of users of illicit drugs, it was noticed that some prejudices are demystified, since research has shown a proportional majority of women, white, middle class, religious, who attend Umbanda and evangelical churches, with heads of enlightened families, with complete secondary or higher education training, among other characteristics. Regarding the PROERD, the survey results showed that the perception of young people submitted to the program considered with a great satisfaction, getting between 90-95% approval in the pursuit of preventing drug use.

Keywords: Situational diagnosis. Legal drug. Illegal drug. Prevention.

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CETEC – Escola Estadual de Ensino Médio Emílio Nemer

CNCG – Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares

CONAD - Conselho Nacional Antidrogas

CONFEN - Conselho Federal de Entorpecentes

DARE – Drug Abuse Resistance Education

EFA – Escola Família Agrícola

OMS – Organização Mundial de Saúde

PMES – Polícia Militar do Espírito Santo

PND – Política Nacional sobre Drogas

PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência

SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNODC – United Nations Office for Drug Control and Crime Prevention

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Número absoluto de estudantes da Escola Família Agrícola	57
Tabela 2- Percentual de estudantes da Escola Família Agrícola em comparação ao universo de alunos do ensino médio de Castelo/ES.....	57
Tabela 3- Número de questionários aplicados a estudantes da Escola Família Agrícola.....	57
Tabela 4- Número absoluto de estudantes da Escola João Bley.....	58
Tabela 5- Percentual de estudantes da Escola João Bley em comparação ao universo de alunos do ensino médio de Castelo/ES	58
Tabela 6- Número de questionários aplicados a estudantes da Escola João Bley.....	58
Tabela 7- Número absoluto de estudantes da Escola CETEC.....	59
Tabela 8- Percentual de estudantes da Escola CETEC em comparação ao universo de alunos do ensino médio de Castelo/ES	59
Tabela 9- Número de questionários aplicados a estudantes da Escola CETEC	59
Tabela 10- Número absoluto de estudantes da Escola Expoente	60
Tabela 11- Percentual de estudantes da Escola Expoente em comparação ao universo de alunos do ensino médio de Castelo/ES.....	60
Tabela 12- Número de questionários aplicados a estudantes da Escola Expoente.....	60
Tabela 13- Consumo de drogas por gêneros, em números absolutos.....	78
Tabela 14- Consumo de drogas por gêneros, em números proporcionais.....	79
Tabela 15- Consumo de drogas por grau de escolaridade, em números absolutos	79
Tabela 16- Consumo de drogas por grau de escolaridade, em números percentuais	80
Tabela 17- tabela resumo dos perfis dos participantes da pesquisa	102 a 103
Tabela 18- Comparação da sexualidade da população geral ao da população de usuários de drogas ilícitas.....	105
Tabela 19- Comparação da religiosidade da população geral ao da população de usuários de drogas ilícitas.....	105
Tabela 20- Comparação da prática da religiosidade da população geral ao da população de usuários de drogas ilícitas.....	106
Tabela 21- Comparação da formação do chefe de família da população geral ao da população de usuários de drogas ilícitas	106
Tabela 22- Comparação da raça da população geral ao da população de usuários de drogas ilícitas	107

Tabela 23- Comparação do estado civil da população geral ao da população de usuários de drogas ilícitas.....	107
Tabela 24- Comparação da posse de filhos por parte da população geral a por parte da população de usuários de drogas ilícitas.....	108
Tabela 25- Comparação de com quem reside a população geral a com quem reside a população de usuários de drogas ilícitas.....	108
Tabela 26- Comparação da prática de atividade remunerada por parte da população geral à prática por parte da população de usuários de drogas ilícitas.....	109
Tabela 27- Comparação da prática de atividades extraescolares por parte da população geral à prática por parte da população de usuários de drogas ilícitas.....	109
Tabela 28- Comparação do rendimento escolar por parte da população geral ao da população de usuários de drogas ilícitas	110
Tabela 29- Comparação da classe econômica da população geral ao da população de usuários de drogas ilícitas	110
Tabela 30- Uso de drogas lícitas ou ilícitas pelo jovem comparado com a droga mais próxima ao respondente	115

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Uso de drogas lícitas ou ilícitas pela amostra em geral	62
Gráfico 2- Uso de drogas lícitas ou ilícitas pela amostra da pesquisa.....	63
Gráfico 3- Realização de uso de álcool ou seus derivados pela amostra em geral.....	64
Gráfico 4- Realização de uso de álcool ou seus derivados atualmente pela amostra em geral	64
Gráfico 5- Realização de uso de tabaco ou seus derivados pela amostra em geral	65
Gráfico 6- Realização de uso de tabaco ou seus derivados atualmente pela amostra em geral	65
Gráfico 7- Realização de uso de ansiolítico pela amostra em geral	66
Gráfico 8- Realização de uso de ansiolítico atualmente pela amostra em geral.....	66
Gráfico 9- Realização de uso de anabolizante pela amostra em geral.....	67
Gráfico 10- Realização de uso de anabolizante atualmente pela amostra em geral	67
Gráfico 11- Relação entre o álcool e o tabaco no que tange a questão tempo	68
Gráfico 12- Relação entre o álcool e o ansiolítico no que tange a questão tempo	69
Gráfico 13- Relação entre o álcool e o anabolizante no que tange a questão tempo.....	69
Gráfico 14- Uso de drogas ilícitas pela amostra da pesquisa	70
Gráfico 15- Uso de maconha, por uma ou mais vezes, pela amostra em geral	70
Gráfico 16- Uso atual de maconha pela amostra em geral	71
Gráfico 17- Uso de cocaína, por uma ou mais vezes, pela amostra em geral	71
Gráfico 18- Uso atual de cocaína pela amostra em geral	72
Gráfico 19- Uso de crack, por uma ou mais vezes, pela amostra em geral.....	72
Gráfico 20- Uso atual de crack pela amostra em geral.....	73
Gráfico 21- Uso de êxtase, por uma ou mais vezes, pela amostra em geral.....	73
Gráfico 22- Uso atual de êxtase pela amostra em geral	74
Gráfico 23- Uso de outras drogas, por uma ou mais vezes, pela amostra em geral	74
Gráfico 24- Uso atual de outras drogas pela amostra em geral	75
Gráfico 25- Quantitativo de uso de drogas ilícitas pela amostra de usuários.....	75
Gráfico 26- Uso de álcool por parte dos usuários de drogas ilícitas	76
Gráfico 27- Uso de tabaco por usuários de drogas ilícitas	76
Gráfico 28- Relação entre o tabaco e a maconha no que tange a questão tempo entre os usuários de maconha.....	77
Gráfico 29- Relação entre o tabaco e o crack no que tange a questão tempo entre os usuários de crack.....	77

Gráfico 30- Sexo da amostra em geral	81
Gráfico 31- Religiosidade da amostra em geral	81
Gráfico 32- Prática da religiosidade pela amostra em geral.....	82
Gráfico 33- Escolaridade do chefe de família da amostra em geral.....	82
Gráfico 34- Raça da amostra em geral	83
Gráfico 35- Estado civil da amostra em geral	83
Gráfico 36- Resposta da amostra em geral se são pai ou mãe.....	84
Gráfico 37- Com quem reside atualmente a amostra em geral.....	84
Gráfico 38- Exercício de atividade remunerada pela amostra em geral.....	85
Gráfico 39- Carteira de habilitação pela amostra em geral	85
Gráfico 40- Atividades exercidas fora da escola pela amostra em geral.....	86
Gráfico 41- Rendimento escolar da amostra em geral	86
Gráfico 42- Classificação socioeconômica das famílias da amostra em geral	87
Gráfico 43- Sexo dos usuários de drogas ilícitas.....	88
Gráfico 44- Religiosidade dos usuários de drogas ilícitas.....	88
Gráfico 45- Prática religiosa pelos usuários de drogas ilícitas	89
Gráfico 46- Formação do chefe de família dos usuários de drogas ilícitas.....	90
Gráfico 47- Raça dos usuários de drogas ilícitas.....	90
Gráfico 48- Estado civil dos usuários de drogas ilícitas.....	91
Gráfico 49- Usuários de drogas ilícitas que possuem filhos	91
Gráfico 50- Com quem reside os usuários de drogas ilícitas	92
Gráfico 51- Atividade remunerada por parte dos usuários de drogas ilícitas.....	92
Gráfico 52- Atividades extraescolares praticadas pelos usuários de drogas ilícitas.....	93
Gráfico 53- Rendimento Escolar dos usuários de drogas ilícitas	94
Gráfico 54- Classificação socioeconômica das famílias dos usuários de drogas ilícitas	94
Gráfico 55- Sexo dos não usuários de drogas lícitas e ilícitas.....	95
Gráfico 56- Religiosidade dos não usuários de drogas lícitas e ilícitas.....	96
Gráfico 57- Prática da religiosidade dos não usuários de drogas lícitas e ilícitas.....	96
Gráfico 58- Escolaridade do chefe de família dos não usuários de drogas lícitas e ilícitas	97
Gráfico 59- Raça dos não usuários de drogas lícitas e ilícitas.....	98
Gráfico 60- Estado civil dos não usuários de drogas lícitas e ilícitas.....	98
Gráfico 61- Se possuem filhos os não usuários de drogas lícitas e ilícitas	99
Gráfico 62- Com quem reside os não usuários de drogas lícitas e ilícitas	99
Gráfico 63- Atividade remunerada realizada pelos não usuários de drogas lícitas e ilícitas..	100

Gráfico 64- Atividades extraescolares realizadas pelos não usuários de drogas lícitas e ilícitas	100
Gráfico 65- Rendimento escolar no ano anterior pelos não usuários de drogas lícitas e ilícitas	101
Gráfico 66- Classificação socioeconômica dos não usuários de drogas lícitas e ilícitas	102
Gráfico 67- Motivo do uso de alguma droga, com exceção ao álcool e ao tabaco, pela primeira vez na vida.....	111
Gráfico 68- Quem introduziu o jovem escolar ao uso de drogas, com exceção ao álcool e ao tabaco.....	112
Gráfico 69- Uso de drogas ilícitas atualmente por usuários de drogas ilícitas na vida.....	112
Gráfico 70- Com quem os jovens realizam o uso frequente de drogas atualmente.....	113
Gráfico 71- Visão dos usuários regulares de drogas sobre as consequências desse uso neles próprios.....	114
Gráfico 72- Tipo de droga utilizada pela pessoa mais próxima aos respondentes.....	114
Gráfico 73- Pessoa que utiliza algum tipo droga de forma regular mais próxima aos respondentes	116
Gráfico 74- Realização do PROERD pelos estudantes do ensino médio de Castelo/ES	117
Gráfico 75- O PROERD como ferramenta para refletir sobre o uso de drogas utilizadas anteriormente ao programa.....	117
Gráfico 76- O PROERD como ferramenta para refletir sobre o uso de drogas pelos jovens que fizeram uso de tais substâncias posteriormente ao programa.....	118
Gráfico 77- O PROERD como ferramenta para refletir sobre o uso de drogas pelos jovens que não fizeram uso de tais substâncias posteriormente ao programa.....	119

APÊNDICES

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Questionário aplicado na pesquisa

ANEXOS

Portaria N° 346-R, de 16 de Abril de 2003

SUMÁRIO

1	CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	19
1.1	CONTEXTO E PROBLEMATIZAÇÃO.....	19
1.2	OBJETIVOS	22
1.2.1	Objetivo Geral	22
1.2.2	Objetivos específicos.....	22
1.3	JUSTIFICATIVA	22
1.4	DELIMITAÇÃO	25
2	CAPÍTULO II – ASPECTOS GERAIS RELATIVOS AO USO E ABUSO DE DROGAS	26
2.1	MOTIVAÇÃO AO USO DE DROGAS	26
2.2	AS DROGAS E A CRIMINALIDADE.....	33
2.3	AÇÕES DE PREVENÇÃO.....	37
2.4	POLÍTICAS PÚBLICAS RELATIVAS ÀS DROGAS	43
2.5	O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA - PROERD.....	46
3	CAPÍTULO III – ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	54
3.1	PRIMEIRA PARTE – BUSCA DA REALIDADE	54
3.2	SEGUNDA PARTE – PERCEPÇÃO DO PROERD PELOS ALUNOS ENVOLVIDOS.....	56
3.3	TERCEIRA PARTE - UNIVERSO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO e A AMOSTRA DA PESQUISA.....	56
4	CAPÍTULO IV - ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	62
4.1	TIPOS DE DROGAS USADAS PELOS ESTUDANTES: AS DROGAS LÍCITAS E AS ILÍCITAS.....	62
4.1.1	Quanto ao uso de drogas lícitas	63
4.1.1.1	Uso de múltiplas drogas lícitas.....	68
4.1.2	Quanto ao uso de drogas ilícitas.....	69

4.1.1.1	Uso de múltiplas drogas ilícitas.....	75
4.2	CONSUMO DE DROGAS: O USO POR GÊNERO E POR GRAU DE ESCOLARIDADE.....	78
4.2.1	O consumo de drogas por gênero.....	78
4.2.2	O consumo de drogas por grau de escolaridade.....	79
4.3	PERFIL DOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA: AMOSTRA GERAL, USUÁRIOS DE DROGAS ILÍCITAS E NÃO USUÁRIOS DE DROGAS..	80
4.3.1	Caracterização geral dos estudantes.....	80
4.3.2	Caracterização dos usuários de drogas ilícitas	87
4.3.3	Caracterização dos estudantes não usuários de drogas	95
4.3.4	Síntese do perfil dos participantes da pesquisa	102
4.4	COMPARAÇÃO ENTRE AS CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA GERAL E AS DOS USUÁRIOS DE DROGAS ILÍCITAS.....	104
4.5	MOTIVAÇÃO E OUTROS ASPECTOS DO USO DE DROGAS	110
4.6	A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE O PROERD NA BUSCA DA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS	116
5	CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
6	REFERÊNCIAS	125

1 CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO E PROBLEMATIZAÇÃO

As drogas são definidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2001) como toda substância que, em contato com o organismo, modifica uma ou mais de suas funções. Elas vêm sendo utilizadas desde a Antiguidade em todo o mundo, conforme apontado por Tavares, Béria e Lima (2001), sendo que não há nenhuma cultura humana, antiga ou contemporânea, que não tenha feito uso de substâncias psicoativas (ESCOHOTADO, 2004a; PRATTA; SANTOS, 2009). Tal realidade também é demonstrada por Rodrigues e Maia (2010), pois, embora as características e as variáveis faixa etária, escolaridade, região em que reside, cor/raça, sexo, classe social e classe econômica influenciem em aspectos variados, dentre eles o estado de saúde, as drogas lícitas e ilícitas permeiam todas a população em geral.

As drogas podem ser classificadas, dentre os diversos tipos, em drogas lícitas e ilícitas. As drogas lícitas são aquelas cujo uso é permitido por lei, embora nem sempre sejam costumeiramente aceitas. Já às drogas ilícitas, são aquelas proibidas por força de lei. No que tange a legalidade, Escohotado (2003) relata sobre a linha tênue da legalidade e moralidade do uso de drogas durante as gerações e nas diversas regiões, visto que muitas das drogas atuais que são permitidas por lei já foram proibidas, bem como muitas das que atualmente são proibidas, já tiveram seu uso permitido.

Estima-se que no mundo, no ano de 2007, segundo dados da UNODC (2008), mais de 3,3 bilhões de pessoas já teriam feito, ao menos uma vez na vida, uso de algum tipo de droga. Destes, de 172 a 250 milhões usaram algum tipo de droga ilícita, correspondendo há aproximadamente 2,57% da população mundial.

Nos primórdios de seu consumo, as drogas mereceram pouco destaque, devido ao uso de forma restrita e controlada pelos seus usuários, não podendo, assim, ser considerado um problema de saúde pública (BARRETO, 2000). Atualmente, tanto as drogas lícitas quanto as ilícitas são alvo de preocupações e investigações, na tentativa de minimizar os problemas advindos de seus malefícios, por conta dos transtornos gerados à sociedade, embora alguns

autores entendam esse uso mais como um reflexo da sociedade atual, ou seja, relacionado mais as consequências do que as causas de problemas atuais, conforme registrado por Guimarães e outros (2004).

O álcool, por exemplo, consumido por quase 2 bilhões de pessoas no mundo, está associado a 3,8% das mortes e 4,6% dos casos de doenças em todo o mundo (UNODC, 2008), especialmente nos países pobres (MARTINS; SANTOS; PILLON, 2008). Outro dado alarmante, trazido por Rehm e outros (2009), remete que o álcool tem sido apontado como agente de mais de 60 tipos de doenças. Ainda com relação ao álcool, o relatório da OMS (2001) apontou que 5,5% das vinte doenças na idade de 15 a 45 anos trazem sequelas causadas pelo consumo de álcool. No estudo de Gallassi e outros (2008) é trazido à discussão que o abuso do álcool está relacionado à importante prejuízo econômico em todo o mundo, de forma direta e indireta, como, por exemplo, o uso dos impostos pagos pela sociedade para financiar as ações de tratamento e prevenção ao abuso do álcool, além da perda de produtividade que essa mesma sociedade sofre por consequência dos agravos na saúde dos indivíduos acometidos por essa problemática.

Quanto aos discursos apresentados sobre as drogas, segundo Velho 1999, esses são apresentados em muitos casos com um discurso ideológico e moralista, expondo as drogas como extremamente destrutivas, quase num processo de “demonização” dessas substâncias, sendo que alguns autores, dentre eles Rucker (2015), relatam que elas possuem diferentes benefícios sociais, terapêuticos, etc, sendo utilizadas em diversos tratamentos. Entretanto, para fins da presente pesquisa, os benefícios das substâncias psicoativas não serão aprofundados ou mitigados, visto o custo social que foi e será apresentado.

Tendo em vista os transtornos advindos também do uso de outras drogas além do álcool, o Estado demonstra ser imprescindível nessa conjuntura, pois, segundo Demetrio, Viana e Hoeflich (2013), com a finalidade de atender as necessidades sociais, sejam elas na área da saúde, da educação, da assistência social ou da segurança pública, o Estado possui a responsabilidade de desenvolver uma Gestão Pública que procure atingir a todas as esferas sociais e satisfazer as demandas nos diversos setores de ação da política pública. Dessa forma, a temática droga seria uma das áreas na qual o Estado deveria desenvolver ações voltadas à redução de seu consumo e de seus malefícios.

No que tange às políticas públicas relacionadas à droga, de forma geral, conforme apontado por Beato (2008), o foco está na repressão e compõe uma pauta com temas diversos, dentre eles novas tecnologias, incremento de recursos, qualificação profissional, dentre outros, dificultando o aprofundamento específico desse tema. Esta trajetória, segundo Sento-Sé (2011), iniciou-se com o próprio processo de redemocratização, que repassou aos Estados a competência para a realização de políticas de segurança pública como forma de redefinição do pacto federativo. Porém, a pouca familiaridade dos Estados para lidar com o tema fez com que esses não conseguissem produzir políticas públicas de segurança que fossem além da repressão (ADORNO, 1999), sendo que até o fim do governo FHC as políticas públicas pouco foram exploradas (ABRUCIO, 2005).

Nesse cenário, é apontado por Sousa e outros (2013) que nas últimas décadas, em vários países, houve uma mobilização social em torno da implementação de programas sociais no combate ao envolvimento e ao consumo de drogas, cujos interesses visam reduzir os crescentes números de crianças e jovens envolvidos com o consumo de drogas, com o tráfico e com a violência.

Dessa maneira, Noto e Galduróz (1999) relatam que se torna essencial o desenvolvimento de intervenções complementares, voltadas para a prevenção, incluindo trabalhos direcionados para os demais aspectos que envolvem o uso de drogas, ou seja, o indivíduo e o meio social em que se encontram, incluindo o ambiente escolar. E é nessa perspectiva que foi formulado o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) nos Estados Unidos da América e implementado em diversos países atualmente, dentre eles o Brasil.

Na tentativa de conhecer um pouco mais acerca do aumento de consumo de drogas lícitas e ilícitas no mundo em geral e na sociedade brasileira, principalmente por jovens, o presente estudo aborda a questão da necessidade em ser dimensionado o uso de drogas lícitas e ilícitas por estudantes do ensino médio e, de maneira secundária, a utilização, por parte da Polícia Militar do Espírito Santo, do PROERD como política pública de prevenção ao uso de drogas, buscando responder aos seguintes questionamentos: **Qual é a situação do uso de drogas por estudantes no Município de Castelo/ES? Qual é a percepção dos estudantes sobre o PROERD na prevenção a esse uso?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O estudo tem como objetivo geral realizar um diagnóstico situacional do uso de drogas entre os estudantes do ensino médio no Município de Castelo/ES.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar o perfil dos estudantes que participaram da pesquisa;
- Mensurar o uso de drogas lícitas e ilícitas por adolescentes e por estudantes no Município de Castelo/ES;
- Verificar os principais motivos do uso de drogas, com exceção ao álcool e ao tabaco, entre os sujeitos pesquisados, bem como de outros aspectos que permeiam o uso;
- Comparar as características gerais do público alvo com as mesmas características dos usuários de drogas ilícitas;
- Realizar uma caracterização dos estudantes que nunca utilizaram qualquer tipo de droga;
- Analisar a compreensão dos estudantes sobre o papel do PROERD na prevenção ao uso de drogas.

1.3 JUSTIFICATIVA

O consumo das substâncias psicoativas percorre diferentes países, contextos geográficos e culturais, classes sociais e faixas etárias; provoca prejuízos pessoais, familiares e sociais, alto custo econômico e produtivo (SOUZA; KANTORSKI, 2007), assim como retroalimenta a violência urbana, familiar e interpessoal (COSTA et al., 2007, p. 147). Assim sendo, o uso de drogas de abuso, considerado um problema de saúde pública no Brasil, ocasiona intercorrências indesejáveis, além de uma alta taxa de internações e ocupação de leitos hospitalares, vindo a contribuir para a sobrecarga do Sistema Único de Saúde (CARLINI-COTRIM; CARVALHO; GOLVEIA, 2000).

Entretanto, tais autores relatam que, no Brasil, as pesquisas sobre comportamentos de saúde entre jovens ainda são escassas e se concentram em questões ligadas à gravidez precoce, ao

uso de anticoncepcionais ou ao uso de drogas de abuso enquanto eventos isolados, com menos enfoque na sobreposição de diferentes comportamentos de risco entre jovens, embora nos últimos anos tal tema venha sendo estudado de forma mais assídua, sendo que Peres e outros (2014) afirmam que com mais e melhores informações disponíveis, será possível avaliar quais são de fato as ações que contribuem para a redução da violência e a melhoria dos direitos humanos.

Conforme narrado pelo relatório da UNODC (2013), a experiência tem demonstrado que a redução da oferta e a redução da demanda, por si sós, não são capazes de resolver essa questão. Por essa razão, uma abordagem mais equilibrada para lidar com o problema das drogas é necessária. Isto inclui esforços mais sérios de prevenção e tratamento, não só em termos de declarações políticas, mas também em termos de fundos dedicados para esses fins.

Tal entendimento pode justificar a mudança do processo legislativo que vem ocorrendo atualmente em grande parte do mundo e do Brasil, visto que, quando analisada a legalidade do uso de algumas drogas, Gomes e outros (2006) relatam estar ocorrendo uma suavização da resposta penal, evitando-se ou mitigando-se o uso da pena de prisão, mas se mantendo intacto o caráter de “crime” da infração, tendo em vista que o caminho natural decorrente da despenalização consiste na adoção de penas alternativas para o delito, ou seja, não há mais pena de reclusão para cidadãos que realizam apenas o uso de drogas.

Enquanto isso, na tentativa da realização de programas e projetos preventivos, conforme citado por Noto e Galduróz (1999) e Ballesteros (2014), os órgãos governamentais, na maioria das vezes, atuam isoladamente e dificilmente conseguem traduzir suas propostas em ações práticas, com políticas fragmentadas, sendo que poucas são as intervenções preventivas implementadas de fato. Além disso, as propostas existentes ainda possuem seus resultados muito pouco consistentes, demonstrando ser essencial o incentivo desse tipo de estudo, bem como os de avaliação da efetividade dessas propostas, o que já justifica o presente trabalho.

Além disso, ao buscar a prevenção como principal foco da temática droga, vale ressaltar que é de extrema importância a análise do contexto social, as realidades locais e as divergências das diversas regiões e faixas etárias, tendo em vista que, segundo Nappo, Galduróz e Noto (1996), essa variabilidade também se reflete no cenário do consumo de drogas psicotrópicas,

chegando a ser marcante para algumas drogas específicas, como o consumo de cocaína, o qual se concentra em algumas regiões do país, em especial no Sudeste e no Sul do Brasil, sendo mais comum em algumas populações específicas e praticamente inexistente em outras. Com relação à heroína e a combinação de drogas sintéticas, dentre elas o ecstasy, a problemática da existência de problemas regionais é também verificada, havendo um consumo excessivo no Norte do país (BARATA; RIBEIRO; CASSANTI, 2011), sendo que Adorno (2008) relata que está ocorrendo uma transição do consumo da maconha e da cocaína para drogas sintéticas.

Além de algumas drogas específicas em alguns contextos e populações, devem ser observados também que em algumas populações existentes o uso de drogas dá-se de forma mais natural e recorrente do que em outras, caso dos moradores de rua. Para exemplificar tal situação, Nogueira e Bellini (2006) narraram que todos os moradores de rua que participaram de sua pesquisa utilizavam ou já haviam utilizado drogas lícitas e ilícitas.

Assim, o conhecimento dessas peculiaridades é essencial para subsidiar as políticas públicas. No entanto, ainda é pouco conhecida a real dimensão do uso de drogas no Brasil, especialmente devido à carência de estudos nessa área (NOTO; GALDURÓZ, 1999), demonstrando a extrema importância da realização de estudos voltados para mensurar o uso de drogas lícitas e ilícitas em todo o território nacional, o qual é o foco central do presente estudo, inclusive com o propósito de subsidiar a formulação de políticas públicas sobre o tema.

Além do exposto, soma-se a esse contexto o narrado por Vasconcellos e Mendonça (2008) que a eficiência é um princípio que deve nortear os atos do Estado na seara executiva, inclusive nas políticas públicas, servindo como parâmetro para a confecção normativa e para sua execução, salientando ainda que uma eficiência mais elevada na busca da prevenção das drogas pode ser conseguida identificando o consumo e fatores associados a esses (NEGRETE; GARCIA-AURRECOECHEA, 2008). Visto isso e salientando a necessidade de conhecimentos aprofundados da realidade para a formulação e execução das políticas públicas, tal fato demonstra, mais uma vez, a importância do presente estudo.

1.4 DELIMITAÇÃO

Para o presente estudo, optou-se por restringir o problema de pesquisa ao Município de Castelo/ES, tendo em vista, dentre outros fatores, a aproximação do pesquisador com essa localidade, haja vista estar trabalhando naquela região, possibilitando um bom contato com as autoridades locais e com comunidade escolar, além do acesso às informações que se fazem necessário a pesquisa.

Além dos motivos já abordados, Castelo é o segundo maior Município do Sul do Estado, tanto em população quanto em economia, com uma população aproximada de 40 mil habitantes, despontando negativamente também, segundo a percepção dos profissionais de segurança pública, no uso e comércio de drogas, embora seja considerada uma localidade tradicional e religiosa.

Outro ponto de extrema relevância a ser destacado é que o Município de Castelo foi uma das primeiras regiões a ser implantado o PROERD no Estado do Espírito Santo, possuindo uma consolidação de seu planejamento e execução, possibilitando maior credibilidade e confiança ao presente estudo, já que o presente trabalho busca avaliar se, na percepção dos estudantes, o papel do programa na prevenção do uso de drogas.

2 CAPÍTULO II - ASPECTOS GERAIS RELATIVOS AO USO E ABUSO DE DROGAS

2.1 MOTIVAÇÃO AO USO DE DROGAS

A busca pelo entendimento das possíveis motivações que levam o usuário a fazer a primeira utilização de drogas, torna-se importante também para as definições e aplicações das políticas públicas voltadas para minimizar tais práticas. Entretanto, não existe resposta única ou homogênea. Como afirma Filho e Torres (2002), podemos encontrar diferentes tipos de produtos, com variados efeitos, bem como diferentes motivações que levam um indivíduo a usar, eventualmente ou de forma contínua e intensa, determinada substância psicoativa. Além disso, Gikovate (1993) assegura que cada ser humano tem uma história diferente, não existindo uma única fórmula que explique como, porque ou com que objetivos diferentes jovens procuram as drogas.

Embora cada realidade necessite ser verificada de forma diferenciada, verificamos alguns pontos comuns nas vidas dos envolvidos na utilização das substâncias psicoativas, em especial dos que utilizam abusivamente, sendo que algumas dessas realidades serão agora tratadas.

Nesse contexto, Ballani e Oliveira (2007) designam como fatores de risco do uso de drogas todas as situações ou ações que ocorrem antes do uso indevido de drogas e que estão associados, estatisticamente, a um aumento da probabilidade do abuso de drogas, como o caso de experimentar o novo.

Um dos primeiros fatores que devem ser citado é a questão temporal. As drogas foram utilizadas, através dos tempos, por grupos variados com fins religiosos, culturais, medicinais, de prazer (Ribeiro et al., 1999), místicos, psicológicos e climatológicos, e até mesmo, como forma de buscar a transcendência, as alterações do estado de ânimo e da própria consciência (ESCOHOTADO, 2004b).

Entretanto, o uso das drogas diferenciou-se no passado para o presente. Uma das principais modificações é que tal prática deixou de ser um elemento de integração, um fator de coesão em nível social e emocional, como eram vistas nas sociedades antigas, sendo que, atualmente, o consumo ocorre de forma individualizada e abusiva (RAUP; ADORNO, 2011), podendo ocorrer em alguns casos, conforme ocorreu no estudo de Maciel e Pépece (2011), a geração de emoções como culpa e vergonha para os usuários de drogas, sentimentos que podem ser mais bem desenvolvido inclusive na busca da prevenção.

Assim, os diversos aspectos relacionados ao aumento do consumo ou ainda ao consumo nas primeiras fases da vida na atualidade devem ser analisados detalhadamente, inclusive a fim de que tais práticas modifiquem-se. Com esse foco, Brusamarello e outros (2010) relatam que tal uso geralmente ocorre na adolescência, fase do ciclo vital marcada por profundas mudanças de ordem física e psíquica, que tornam os adolescentes mais vulneráveis às violências, às doenças sexualmente transmissíveis e a ritos de passagem de iniciação às drogas.

Filho e Torres (2002, p. 31) ressaltam que a droga é vista na adolescência, na maioria das vezes, como “uma ponte que permite o estabelecimento de laços sociais, propiciando ao indivíduo o pertencimento a um determinado grupo de iguais, ao tempo que buscam novos ideais e novos vínculos diferentes do seu grupo familiar de origem”. Isso acontece, principalmente, pelo fato de a adolescência ser entendida, na visão de Ribeiro e Batista (2010) e Malta e outros (2010), como uma fase conflituosa da vida, devido às diversas transformações vivenciadas, sejam biológicas ou psicológicas, época na qual surge a vontade de conhecer o novo, municiado com várias curiosidades, e um sentimento de ser capaz de tomar as suas próprias decisões, momento no qual o sujeito por vezes estará com angústias, às vezes meio deprimido, por vezes alegre exageradamente, com atitudes inesperadas, na maioria das vezes agressivas (GONÇALVES; PEREIRA, 2014).

Ainda com enfoque na relação da motivação para o uso de droga pelos adolescentes, tais substâncias aparecem na visão de Justino, Paulo e Balla (2007), como um atrativo para quem está vivenciando uma relação conflituosa com a família ou sofrendo influência da própria família ou do grupo de amigos. Muitas vezes, neste caso, Porto (2010) afirma que o adolescente faz uso sem nem mesmo conhecer, no primeiro contato, os estragos que as drogas causam com seu uso contínuo, prejudicando o seu estado físico, psíquico e social. Tal

situação, conforme apontado por Ribeiro, Yamaguchi e Dualibi (2012) tende a ser agravada, pois o comportamento do dependente cada vez mais é dirigido para a obtenção e o uso dessas substâncias, ao mesmo tempo em que diminui sua capacidade de parar de usá-las, mesmo quando o seu efeito é menos gratificante ou já interfere significativamente no funcionamento de outras áreas de sua vida.

Ainda quanto ao consumo dos adolescentes, verifica-se que a vulnerabilidade é uma característica dessa etapa e pode ser agravada pelo próprio sentimento de onipotência presente nessa fase, uma vez que o adolescente sente-se indestrutível e imune a qualquer problema de saúde vivenciado pelas outras pessoas (FACUNDO; CASTILLO, 2005).

Com a crença que possuem o controle da situação e que podem parar no momento em que desejarem, fruto da fase em que estão, os adolescentes costumam buscar uma série de justificativas para o uso de drogas. Entre essas justificativas, é ressaltada por Drummond e Drummond Filho (1998, p. 13):

[...] a necessidade de estimulação ou de calma, necessidade de dormir ou de se manter acordado, emagrecer ou engordar, esquecer ou memorizar, fugir ou enfrentar, suportar situações difíceis ou a rotina, inspirar ou relaxar, fortalecer, sentir prazer, aliviar a dor, a depressão ou qualquer outro sentimento.

Strauch e outros (2009) confirmam que o consumo de álcool episódico é mais frequente entre os adolescentes e pode ocorrer de forma abusiva, levando a potenciais riscos à saúde, como intoxicação alcoólica. Além disso, o uso de álcool na adolescência pode resultar em acidentes de trânsito, homicídios e suicídios, que representam uma das maiores causas de morte entre jovens, além de levar ao uso excessivo na vida adulta.

Outro aspecto a ser lembrado é a questão da oferta dos entorpecentes, bem como sua ilegalidade. Raup e Adorno (2011, p. 54) aduzem que “o *status* de ilegalidade das drogas consistiu em outro elemento que contribuiu de forma decisiva para o crescimento da oferta e a valorização dessas substâncias e, conseqüentemente, para a ampliação do consumo”.

Além dos aspectos citados, diversos autores apontam a família como um fator de extrema preponderância que interfere a respeito do uso de drogas, da manutenção ao uso e inclusive do vício e do abuso de entorpecentes. Milani e Loureiro (2008) demonstram que a incidência de

maus tratos verbais e físicos e de abuso sexual no interior das residências é considerada um fator desencadeante para o uso de drogas, sendo que a violência doméstica e as situações conflitantes no âmbito familiar experiências frequentes no cotidiano das famílias com histórico de drogadição, sendo esse um assunto que não pode ser deixado de lado ao analisar a questão drogas (GUIMARÃES et al., 2009).

Questões familiares também foram identificadas por Bahls e Ingbermann (2005, p. 319) como fatores de risco ao uso de drogas por parte dos adolescentes, visto que seus estudos:

[...] apontam que crianças privadas de experiências positivas e consistentes no contexto familiar são as mais carentes em termos de experiências reforçadoras ao atingirem idade escolar, o que pode influenciar no desempenho escolar das mesmas, no seu processo de socialização e no estabelecimento de vínculos fortes com instituições pró-sociais, como a escola, funcionando, portanto, como fatores de risco em relação ao uso de drogas na adolescência.

De mesmo modo, Carranza e Pedrão (2005), ao analisar o grau de satisfação dos jovens e adolescentes que estavam realizando um tratamento ao uso de drogas abusivo no Peru, verificou-se um nível médio de contentamento, sendo que todos relataram não lograr êxito em satisfazerem suas necessidades básicas.

Além dos autores já apontados, os estudos de Paiva e Ronzani (2009), os de Malta e outros (2011) e os de Malta e outros (2014) apontam que o apoio e a supervisão familiar exercem efeito protetor contra o uso de drogas e álcool.

Continuando essa conjuntura, os estudos de Orth e Moré (2008) também apontam para a complexa influência da família no caso da manifestação do uso abusivo de drogas, principalmente na adolescência. Nesse sentido, ressalta-se a importância da inserção da família priorizando a adolescência como o momento do ciclo vital mais fértil para o uso indevido de drogas (SCHENKER; MINAYO, 2004).

O papel da família é visto com tamanha importância que Freires e Gomes (2012, p.102-103) afirmam que “A conduta e o exemplo dos pais, bem como o ambiente e as relações familiares, são fatores peremptórios para o uso ou não de drogas lícitas ou ilícitas, especialmente na adolescência”. Santos e Costa (2013, p. 148) relatam ainda que: “a família

em geral pode contribuir se aproximando dos jovens, entendendo a realidade dos mesmos, orientando-os”.

No que tange a exposição à violência intrafamiliar, Garcia, Pillon e Santos (2011) comprovaram que é um fator de risco. Em seus estudos, observou-se que 203 adolescentes (30,9%) vivenciavam, frequentemente, situações de brigas nos lares (30,9%); 82 respondentes (12,5%) haviam sido expostos à violência verbal, com frequência, nos últimos 12 meses; 356 (54,2%) expressaram ter sofrido algumas vezes; nove (1,4%) assinalaram que sofreram maus-tratos físicos com frequência nos últimos 12 meses e 14 (2,1%) manifestaram ter sofrido abuso sexual. Tal conclusão corroboram evidências da literatura, indo ao encontro do vislumbrado por Martinez e Ferriani (2004).

Outro ponto a ser analisado diz respeito à liberação de algumas substâncias psicoativas e, por isso, a possibilidade de haver o oferecimento do produto, inclusive por meio de propagandas, sobretudo no que tange ao consumo pelo gênero feminino. Visto isso, Martins e Pillon (2008) apresentam em seus estudos uma afirmação relacionada ao público feminino, dando conta de que um dos principais estímulos às drogas lícitas para esse gênero, como álcool, tabaco e anorexígenos, é realizado pelos meios de comunicação, que tendem a veicular o consumo associado à beleza, sedução, sucesso profissional e riqueza, influenciando principalmente as adolescentes ao uso. Tal característica também é apontada por Ballani e Oliveira (2007), assegurando que o caráter legal possibilita que sejam amplamente divulgadas e distribuídas as drogas lícitas, contribuindo para o aumento, não apenas de sua prevalência de uso, mas também dos problemas de saúde deles decorrentes.

Assim sendo, Backes e outros (2014) demonstraram que enquanto escolares do sexo feminino procuram as drogas e o fumo como forma de compensação para os problemas de ordem afetiva e emocional, ou seja, para fugir de alguma situação familiar conflituosa, os escolares do sexo masculino procuram-nas como forma de interação social, de socialização, de convívio entre amigos e outras formas de lazer.

Ainda verificando a questão de gênero, estudos realizados, dentre eles o de Wagner e Andrade (2008) e o de Lemos e outros (2007), apontam tal característica como um fator que interfere sobre o uso de drogas psicoativas, sendo que, enquanto os integrantes do sexo masculino

frequentemente experimentam o álcool, inalantes, esteroides anabolizantes, cocaína e crack, o uso recreacional de medicamentos prescritos é mais comum entre o sexo feminino. Entretanto, em um estudo realizado por Marangoni e Oliveira (2013), verificou-se que os fatores desencadeantes do uso de drogas de abuso e a continuidade do comportamento aditivo ao longo da vida em mulheres estavam relacionados, em menor grau, às características individuais delas e, mais positivamente, a aspectos socioculturais e psicossociais da sua vida na família e na comunidade de convivência.

Outro fator de risco preponderante é sobre a qualidade de vida (PRATTA; SANTOS, 2006) e as condições socioeconômicas dos indivíduos. Visto isso, Melo e Campos (2012) afirmam que, embora o uso indevido de drogas não seja uma realidade apenas das classes menos favorecidas, o uso de drogas é um problema grave que afeta a sociedade em nível mundial, principalmente, países em desenvolvimento, manifestando-se no Brasil de forma relacionada, em muitas das vezes, com as condições socioeconômicas do indivíduo.

No que tange a qualidade de vida como fator de risco relacionado às drogas, diversos estudos apontam, dentre outros componentes, que as determinantes sociais demonstram-se essenciais à percepção da saúde dos indivíduos, sendo que Rodrigues e Maia (2010) afirmam haver um arcabouço teórico utilizado amplamente difundido no qual essas determinantes são extremamente importantes com relação às condições de saúde de indivíduos. Desta forma, conforme aborda Buss e Pellegrini Filho (2007), os fatores econômicos, educacionais, sociais, raciais, psicológicos, culturais e comportamentais influenciam a ocorrência de doenças na população e sua exposição a fatores de risco, sendo importantes suas observâncias. Ainda sobre tais determinantes, Barata e outros (2007) relatam que elas desdobram-se em variações subjetivas distintas do estado de saúde, decorrentes de experiências sociais e estilos de vida.

Nesse quesito, deve ser observada ainda a afirmação de Ballani e Oliveira (2007), por meio da qual relata ser o risco maior de uso de drogas serem potencializados em indivíduos que estão insatisfeitos com a qualidade de vida, com saúde deficiente, e nos que não detêm informações minimamente adequadas sobre a questão de drogas, nos que possuem fácil acesso às substâncias e nos que possuem integração comunitária deficiente.

Ao abordar o tema qualidade de vida, adolescência e drogas, Drummond e Drummond Filho (1998) resgatam mais uma vez a necessária participação da família, relatando que o diálogo com os membros da família nesta etapa da vida é essencial, pois é justamente neste período que eles mais necessitam da orientação e da compreensão dos pais, sendo utilizado por parte do adolescente o que a família transmitiu aos mesmos desde a infância.

Outro fator primordial a ser ressaltado e debatido é a falta de crédito, por grande parte da sociedade, dos fatores de risco citados, bem como a negação do uso de drogas por parte das pessoas próximas aos usuários, dentre eles pelos familiares. Em seus estudos, Ballani e Oliveira (2007) observaram famílias que negam a situação da continuidade do uso de drogas, famílias que se acostumaram com o problema, famílias que negligenciam o problema, famílias que sentem falta de apoio dos serviços de saúde e famílias que sentem falta de políticas de atendimento ao jovem na fase da adolescência. Assim sendo, tais autores afirmam que a exposição dos jovens a determinados fatores combinados, que poderiam contribuir para o uso de drogas de abuso, não é reconhecida pelas famílias, influenciando negativamente nesse processo, principalmente porque as intervenções que poderiam ser buscadas deixarão de ser realizadas.

Ainda no que tange à visão das famílias a respeito do uso de entorpecentes, Ballani e Oliveira (2007), ao realizarem um estudo com 10 famílias que possuíam jovens com diagnóstico de intoxicação aguda decorrentes do uso de drogas, verificaram-se os seguintes apontamentos por parte dos familiares como os principais fatores de risco para o início do uso de drogas de abuso: o contexto familiar como fator desencadeante para o uso de drogas (citados por 2 famílias); os amigos, referidos como “más companhias” (citados por 4 famílias); a escola, visto que o primeiro contato com as drogas de abuso deu-se na escola ou “por causa da escola” (citados por 3 famílias); a discriminação da própria família e da comunidade na qual o jovem vivia, atribuído ao fato de ser “adotivo” (citado por 1 família); e a falta de serviços de saúde adequados para o tratamento do filho, portador de doença mental (citado por 1 família).

Outros pontos a serem destacados dizem respeito à acelerada urbanização desordenada, as migrações, o trabalho informal, a desintegração dos laços sociais e a expansão das periferias, aliados a desigualdade social, acabam por gerar uma segregação socioespacial, afetando principalmente as camadas mais pobres, menos escolarizadas, impossibilitando proporcionar

uma vida digna a esses moradores, influenciando direta e indiretamente no fenômeno da violência urbana e, inclusive, no uso de drogas, pois, na maioria das vezes, através do álcool ou das drogas, procuram uma compensação para sua derrota (MATTOS, 2013).

Arthur e outros (2002), corroborado por Micheli e Formigoni (2004), resumem de forma geral que o consumo de substâncias ilícitas é um problema que envolve diversos e complexos fatores, os quais estão associados a fenômenos multivariados, dentre eles inclui-se os legais e regulamentares (tolerância e falta de cumprimento social e legal), a disponibilidade de substâncias, a privação social e comunitária (pobreza, violência social, dentre outros), a família, o ajustamento escolar, atitudes e comportamentos desviantes, transtornos de ajustamento comportamental e social e aspectos relacionados à personalidade, além de outros.

Assim sendo, dada à complexidade da problemática do uso de drogas envolvendo inclusive a interação de fatores bio-psico-sociais, Andrade e Bassit (1995) relata ser o campo das ações preventivas como extremamente abrangente, envolvendo aspectos que vão desde a formação da personalidade do indivíduo até questões familiares, sociais, legais, políticas e econômicas, sendo de extrema importância tal conhecimento por parte dos atores envolvidos nesse processo. Questões relativas à prevenção ao uso de drogas serão levantadas em uma seção específica no decorrer do trabalho, visto estar no cerne da presente pesquisa.

2.2 AS DROGAS E A CRIMINALIDADE

Entre as décadas de 1970 e 1980, houve no Brasil um aumento significativo da criminalidade, conforme apontado por Adorno (2002), havendo uma mudança em sua forma e tipo, sendo o tráfico de drogas ilícitas um dos exemplos desse novo padrão específico de crime.

Segundo Minayo e Deslandes (1998), é difícil determinar com precisão onexo causal entre drogas e atos violentos, o status legal das drogas e as complicações envolvendo tráfico e leis que o reprimem, as influências do meio e as características individuais dos usuários das substâncias, a prevalência e as correlações precisas entre violência e uso de drogas.

Entretanto, diversos atores afirmam que, direta ou indiretamente, tais substâncias influenciam nesse contexto.

Gallassi e outros (2008) citam em seu trabalho que, segundo um relatório de 2001 da OMS, 5,5% das vinte doenças na idade de 15 a 45 anos trazem sequelas causadas pelo consumo de álcool, sendo que estudos epidemiológicos indicam o abuso do álcool como a causa de morbimortalidade e problemas diretos ou indiretos causados por esse abuso relacionados à importante prejuízo econômico em todo o mundo. Além disso, o consumo de álcool também é atribuído pelos mesmos autores como responsável por tragédias, homicídios, suicídios e atos de violência.

Além dos problemas já relatados, as drogas psicotrópicas também assumem um papel de destaque no cenário dos acidentes de trânsito, visto que, em um estudo realizado pela Associação brasileira dos departamentos de trânsito (1997) envolvendo 4 capitais brasileiras, constatou-se que em 27,2% dos casos analisados de vítimas de acidentes de trânsito, a dosagem de álcool no sangue excedia o valor de 0,6g/l, limite permitido, à época, pelo Código Nacional de Trânsito.

Noto e Galduróz (1999) ressaltam que a violência relacionada ao uso abusivo de drogas não se restringe aos acidentes de trânsito, às cenas de brigas em bares ou entre traficantes, mas também envolve o ambiente familiar de forma considerável. Nesse contexto, Pratta e Santos (2007) afirmam que as experiências familiares durante a infância e a adolescência têm sido reconhecidas como influências importantes no tocante à delinquência juvenil e ao comportamento criminoso do adulto, bem como em relação ao abuso de drogas, tanto entre adolescentes quanto entre adultos.

Lynch e outros (2000) nos demonstram que indivíduos inseridos em contextos sociais menos favorecidos tendem a apresentar hábitos mais nocivos à saúde, como fumo e alcoolismo, além de apresentarem menor participação cívica e coesão social na comunidade onde vivem, além de uma maior tendência de comportamentos violentos. Acrescido a isso, é apontada uma estreita relação entre o consumo de psicotrópicos e outras atividades ilícitas, como a prática de furtos (NOTO et al., 1997; FORSTER; TANNHAUSER; BARROS, 1996), influenciando em aspectos de segurança pública e na qualidade de vida da sociedade.

Em um de seus trabalhos, Soares (2006) assegura que em todo o país, mesmo havendo uma combinação de matrizes criminais, articulando e alimentando dinâmicas diversas, tem se destacado o tráfico de armas e drogas, que cada vez mais se sobrepõe às outras modalidades criminosas, subordina-as ou a elas se associa, fortalecendo-as e delas se beneficiando.

Além disso, o citado autor enfatiza que ainda há tempo para evitar que se repitam em outros estados as tragédias que se banalizaram no Rio de Janeiro, mas para isso é imperioso reconhecer que já há fortes indícios de que a matriz mais perigosa e insidiosa, que cresce mais velozmente, instalando-se em diversos locais, adotando o domínio territorial e ameaçando as comunidades, recrutando jovens vulneráveis, é o tráfico. Demonstra, assim, o problema advindo da comercialização das drogas, pois “as drogas financiam as armas e estas intensificam a violência associada às práticas criminosas, e expandem seu número e suas modalidades” (SOARES, 2006, p. 92).

Não obstante aos diversos problemas, Noto e Galduróz (1999, p. 147) ressaltam que:

Segundo o *Drug Enforcement Administration*, o Brasil é atualmente a principal rota de tráfico de cocaína na América Latina, situação que acarreta problemas sociais consideráveis para o nosso país, como a disseminação da Aids e a violência.

Dessa forma, de acordo com Silva (2008, p. 147), “o problema das drogas é compreendido nessa política como sendo sempre um caso de polícia ou de doença mental”, provocando uma estigmatização aos usuários de drogas, sobretudo das ilícitas, e modelando uma repressão policial como um meio de reduzir tais substâncias. Entretanto, conforme aduzem Melo e Campos (2012), já é pacífico que a repressão policial não está atingindo a eficiência esperada, não sendo este também um problema apenas das grandes cidades.

Ainda com relação à repressão policial, se não bastasse apenas ser ela ineficiente, Forte (2007) afirma que a série de políticas repressivas baseadas na “guerra às drogas” vem sendo responsável pelo aumento da população carcerária brasileira nos últimos anos, sendo que o número de pessoas presas por tráfico acompanha tal tendência. De acordo com o trabalho de Jesus e outros (2012), os dados do Ministério da Justiça mensuram que, em 2006, o Brasil contava com 47.472 pessoas presas por tráfico, o que representava 14% dos presos por todos

os crimes. Já em 2010, registraram-se 106.491 presos por crimes de tráfico, número 124% superior ao de 2006, correspondendo a 21% de todos os presos do sistema.

Através da pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP) e apresentada num artigo científico por Jesus e outros (2012), constatou-se que a Polícia Militar foi responsável por cerca de 85,63% dos flagrantes por crimes de tráfico de drogas em São Paulo e a Polícia Civil por 9,58% do total, sendo que aproximadamente 82% de todos os flagrantes deu-se na via pública. Além disso, os flagrantes apresentavam, em sua maioria, pequena quantidade de drogas apreendidas, com a prisão de apenas uma pessoa, sem haver uma investigação anterior que conduzisse ao acusados e detidos que não possuíam envolvimento claro com organizações criminosas. Dado tais características, os autores concluíram relatando que tal atuação estatal produz uma massa de jovens com passagem pela polícia, com registros criminais e com estigmas produzidos pela prisão, inclusive não conseguindo retirar de circulação grandes quantidades de drogas, com possibilidades de usuários estarem sendo presos como se fossem traficantes.

Nessa perspectiva, conforme relata Misse (1997), o mercado ilícito de drogas ameaça a ordem democrática e a segurança especificamente de variadas maneiras, seja pelo crescimento do narcotráfico, do crime organizado, da corrupção de autoridades públicas, do número de pessoas encarceradas por crimes de tráfico de drogas ou relacionados a eles, seja por outras questões como o consumo de entorpecentes, a concentração de pessoas dependentes em grandes centros urbanos e os problemas acarretados para a saúde pública.

Raup e Adorno (2010) citam ainda que a violência, o crime, o tráfico e o abuso de drogas presentes nas comunidades carentes são compreendidos como manifestações de uma cultura de resistência, caracterizada por um posicionamento ativo contra os valores sociais hegemônicos.

Assim sendo, e visto que Noto e Galduróz (1999) relatam que são muito pouco consistentes as intervenções preventivas voltadas para drogas, o presente trabalho realiza um debate de extrema importância sobre aspectos relacionados às drogas e ações preventivas para tais psicotrópicos, sendo necessária uma análise da realidade local para uma formulação mais efetiva dos programas e políticas públicas atinentes a esse tema.

2.3 AÇÕES DE PREVENÇÃO

Um dos grandes problemas distintos trazidos por Porto (2010) sobre as drogas é a sensação que elas causam no organismo dos usuários, tornando-os dependentes, embora alguns autores contestem essa relação como tão direta e imediata. Com relação ao Brasil, o quadro demonstra-se ainda mais complexo, visto que alguns estudos confirmam a tendência brasileira ao uso irracional de medicamentos entorpecentes e psicotrópicos, além de várias práticas inadequadas que envolvem a prescrição e o ato de dispensar esses medicamentos sem orientação médica (NOTO et al., 2002).

Conforme relatado por Soares (2006, p. 94): “Há dois meios complementares de trabalhar pela promoção da segurança pública cidadã: através de políticas preventivas e da ação das Polícias ou de Guardas Civis”. Assim sendo, demonstra-se de extrema importância o caráter preventivo, não apenas a respeito das drogas, mas também para uma melhor qualidade de vida do cidadão, inclusive porque o mesmo autor afirma ser de baixo custo as políticas preventivas da criminalidade violenta, além de poderem produzir efeitos rapidamente.

Na busca de minimizarem os problemas advindos de tais substâncias, estudos indicam que desenvolver ações de prevenção é a melhor solução (MACIOLE; BESSA, 2008), inclusive sendo tal medida justificada por Hawkins, Catalano e Miller (1992) pelo alto custo do tratamento, o que tem estimulado o interesse na prevenção primária do álcool e de outras drogas. Junta-se a isso o fato destas estratégias não terem que, necessariamente, ser complexas (HANEWINKE; AÛHAUER, 2004).

Soares (2006) relata que experiências nacionais e internacionais demonstram, com fartura de exemplos e argumentos, a possibilidade de combinar ações públicas de natureza preventiva com prestação de resultados, o que pressupõe a possibilidade de que políticas de prevenção sejam eficientes mesmo não atuando sobre causas estruturais ou incidindo sobre macroestruturas, demonstrando o quanto tais políticas devem ser analisadas e implementadas.

As ações preventivas ao uso indevido de drogas podem acontecer em diferentes níveis, dependendo da população-alvo e do perfil da intervenção, sendo que a prevenção primária é

extremamente importante nesse processo, visto que, na visão de Noto e Galduroz (1999), seria o conjunto de ações que procuram evitar a ocorrência de novos casos de uso abusivo de psicotrópicos ou até mesmo um primeiro uso. Tais autores relatam ainda que esse tipo de intervenção pode ser realizado dentro de diferentes enfoques, sendo a divulgação de informações o mais conhecido. Dentro dos modelos informativos, destacam-se duas vertentes principais: o modelo com base no amedrontamento e o modelo com base na informação científica não tendenciosa.

Ainda no que tange aos autores citados anteriormente, eles relatam ser importantíssimo o estudo prévio da população a ser alvo da política pública preventiva e, no Brasil, as campanhas até então realizadas tem negligenciado este aspecto. Dessa forma, torna-se essencial a análise dos estudantes do ensino médio que farão parte do presente estudo.

Além da prevenção primária, definida anteriormente, vale ressaltar que há também a prevenção secundária e terciária, sendo que a Organização Mundial de Saúde (1992) define a prevenção secundária como o conjunto de ações que procuram evitar a ocorrência de complicações para as pessoas que fazem uso ocasional de drogas e que apresentam um nível relativamente baixo de problemas. Já a prevenção terciária é definida como o conjunto de ações que, a partir de um problema existente, procura evitar prejuízos adicionais e/ou reintegrar na sociedade os indivíduos com problemas sérios. Também busca melhorar a qualidade de vida dos usuários junto à família, ao trabalho e à comunidade de uma forma geral (LOPES et al., 2007).

Todavia, os programas de prevenção ainda são debatidos quanto à sua efetividade, mesmo que alguns estudos, como apontado por Ghosh e outros (2004), relatem que estes programas possam diminuir os fatores de risco que se relacionam com o uso de drogas, sendo eficazes também nas escolas. Além disso, determinados programas podem conter a trajetória de uso de drogas por jovens em situação de risco, possibilitando prevenir atitudes inconsequentes provindas do uso, como dirigir embriagado, praticar sexo inseguro e cometer atos de violências (LONGSHORE et al., 2007).

Na contramão desse ponto de vista, há outros estudos, como o de Gandhi e outros (2007), citando que programas de prevenção em escolas não irão reduzir substancialmente o número de adolescentes que experimentam as drogas, e, por isso, devem-se reduzir as expectativas com relação a tais programas (CLARK et al.; 2010). Entretanto, com relação a tais afirmações, vale ressaltar que alguns estudiosos afirmam, conforme apontado por Tobler e outros (1999), que as avaliações feitas no passado, de forma esporádica e insuficiente, podem ter levado muitas pessoas a alegarem que os programas de prevenção de drogas são ineficazes.

A respeito dos programas que buscam a prevenção do uso de drogas, Mazerolle, Soole e Rombouts afirmam, com base em seus estudos, que programas de intervenção bem sucedidos normalmente envolvem altos níveis de intensidade, de interatividade e abordagens universais que são realizadas até o ensino médio, sendo apontado como um dos fatores para a prevenção, somado a intervenções terapêuticas em mães alcoólatras e identificação precoce de alcoolismo.

Fato é que, com relação às drogas lícitas no Brasil, praticamente não há intervenções preventivas, deixando aberto espaço para campanhas publicitárias cada vez mais sofisticadas para a promoção do consumo que mascaram os inúmeros problemas sociais que envolvem o abuso do álcool e do tabaco, embora a partir dos anos 2000 tal situação venha evoluindo.

Observa-se ainda, sobre este prisma, que não houve por parte do Estado, num primeiro momento, preocupação com esta situação, gerando um vazio de políticas públicas mais incisivas relacionadas ao problema específico. Por outro lado, na segunda metade do século XX, o Governo Federal Brasileiro, influenciado por convenções internacionais, já demonstrava preocupação com o controle e uso de drogas ilícitas, e começou a dar ênfase em ações de controle e consumo dessas substâncias químicas. Nesse contexto, em diversos países, iniciaram-se estudos com a finalidade de mensurar a realidade local, tendo por enfoque o uso de drogas, como, por exemplo, o estudo pela União das Nações Unidas para o controle das Drogas e Prevenção dos crimes – UNODC. Com esse mesmo escopo, o Brasil realizou diversos estudos, dentre eles o I Levantamento Nacional sobre o Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras, o I e o II Levantamento

Domiciliar sobre o uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil, dentre outros, além de vários cursos de capacitação de conselheiros e lideranças comunitárias e áreas afins. Contudo, os problemas reais que podem ser considerados portas de entrada, como o álcool e seu comércio, foram negligenciados pelo Estado, não havendo uma mudança real de postura até os dias atuais (MACHADO; MIRANDA, 2007).

De acordo com estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS), datado de 2001, o enfrentamento da problemática droga constitui uma demanda mundial, pois cerca de 10% das populações de áreas urbanas consomem abusivamente substâncias psicoativas, independentes do sexo, do poder aquisitivo e da profissão. O cuidado com o usuário, ou dependente químico, deve ser orientado e planejado por meio de ações voltadas para uma assistência integral às pessoas que consomem álcool ou outras drogas, inclusive envolvendo os familiares.

Nesse contexto, Ballani e Oliveira (2007) afirmam que algumas medidas poderiam ser adotadas na escola como estratégia de prevenção, como: educação com treino de habilidades para melhor lidar com o estresse, detecção precoce do uso de drogas, fornecimento de informação científica, programas de professores/tutores que seriam instruídos e treinados para detectar problemas dessa ordem e maior carga horária para as disciplinas que abordam o uso de drogas.

Quanto à prevenção, Figueiredo, Machado e Abreu (2010) afirmam que a instituição escolar tem sido apontada como palco privilegiado para a realização de intervenções de natureza preventiva e educativa. Diversos autores corroboram com tal pensamento, dentre eles Backes e outros (2014, p. 905), que aduzem:

[...] a escola é o espaço social de maior impacto na medida em que se pensa em soluções preventivas e proativas. Se a educação é uma ferramenta para o desenvolvimento humano e social, que ela seja, de fato, capaz de levar o escolar a pensar criticamente, a refletir sobre as suas ações, a inseri-lo no contexto social ao qual pertence, criando em cada mente o senso de responsabilidade e compromisso com o exercício da cidadania.

Ainda nesse sentido, é importante ser ressaltado que, pensando nas estratégias de prevenção estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1970, a escola passou a ser considerado o melhor local para a abordagem preventiva (MOREIRA; SILVEIRA; ANDREOLI, 2006).

Visto isso, e na busca de uma adequação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, é necessária a implementação de temas transversais no Ensino Fundamental e Médio, promovendo a cidadania, sendo que o tema saúde deve ser abordado não somente como a ausência de uma patologia. Da mesma forma, em relação às drogas, não deveria ser enfatizado somente a dependência química (FIGUEIREDO; MACHADO; ABREU, 2010; COSTA; LUZ; SOUZA, 2013).

Alguns autores vão ainda mais longe, acreditando que a prevenção deve ser constante e iniciada o quanto antes, como trazido por Sodelli (2011, p. 18):

[...] propor a implementação de projetos preventivos apenas para adolescentes é negar o caráter construtivo e provisório do quadro de vulnerabilidade [...] Torna-se evidente, assim, que os projetos preventivos que levem em consideração a noção de vulnerabilidade deveriam, preferivelmente, ser iniciados já na educação infantil ou pelo menos no ensino fundamental, percorrendo toda a vida estudantil, chegando ao ensino médio. É nesse sentido que entendemos o entrelace da prevenção ao uso nocivo de drogas com a noção de vulnerabilidade e, mais especificamente, no âmbito escolar, na possibilidade da construção permanente de uma rede cuidadora entre o professor e o aluno.

Correlacionando a necessidade de políticas públicas voltadas à redução do consumo as drogas e a escola, Marangoni e Oliveira (2013, p. 666) citam que:

[...] a iniciação e a manutenção do uso [de entorpecentes] podem acontecer pela precariedade de políticas sociais e de empoderamento. A escola excluiu-se quando deveria cumprir seu papel no ensino, pois uma das primeiras consequências do uso de drogas é a evasão ou a queda do rendimento escolar. Ou seja, há falhas nas políticas educacionais que embora tivessem por obrigação acolher estes adolescentes, não têm estruturas, física e humana, suficientes.

Outra condicionante para ser apontada a escola como um local essencial para a prevenção diz respeito à idade dos alunos, visto que Malta e outros (2014, p. 53) dizem que: “Nesta transição da infância para a vida adulta, pode ocorrer também a experimentação de álcool e outras drogas, expondo a riscos à saúde”.

Nessa mesma linha, Pratta e Santos (2007) pontuam que investigações sobre o fenômeno das drogas na adolescência revelam que, geralmente, é nessa etapa do ciclo vital que a maioria dos consumidores tem seu primeiro contato com as drogas, sendo extremamente prejudicial nessa fase. De acordo com o relatório do Committee on substance abuse (2010), associado à predisposição genética, o uso do álcool nesta fase da vida também pode afetar a maturação

cerebral e reduzir o volume do hipocampo e, conseqüentemente, do aprendizado e da memória.

Diante disso, Melo e Campos (2012, p. 463) afirmam:

O papel da prevenção no combate às drogas é de extrema importância e tem sido o grande mote da política sobre drogas, pois busca desestimular o uso inicial de drogas, incentivando a diminuição do consumo e diminuindo os riscos e danos associados ao seu uso indevido. É nesse contexto que se insere o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) na Política Nacional sobre Drogas, que em seu texto esclarece que as ações preventivas devem ser pautadas em princípios éticos e na pluralidade cultural, orientando-se para a promoção de valores voltados à saúde física e mental, individual e coletiva, ao bem-estar, à integração socioeconômica e à valorização das relações familiares, considerando seus diferentes modelos.

Além dos diversos aspectos prejudiciais na saúde dos jovens que utilizam drogas lícitas e ilícitas, há que ser ressaltados prejuízos sociais aos usuários. No contexto da escola, um estudo realizado por Schmid e outros (2003) demonstrou que alunos com consumo regular de álcool faltaram mais às aulas, corroborando com outros inúmeros estudos realizados em diversos países, sendo que o uso de álcool também foi associado a um pior desempenho escolar, como menores notas, falta às aulas, abandono da escola e redução da expectativa de progressos escolares, como cursar o ensino superior.

Por conseguinte, Costa, Luz e Souza (2013) afirmam que deve ser dada ênfase à execução de projetos de prevenção ao consumo de drogas, direcionadas a esse segmento social inserido na faixa de risco, ou seja, os jovens.

Assim sendo, buscaram-se políticas preventivas direcionadas aos jovens, cujo conceito é definido por Nugent (2006) como pessoas dentro de um grupo específico de idade, entre 10 a 24 anos, que passam por estados de transição: uma fase prévia (entre 10 e 14 anos), uma fase intermediária (entre 15 e 20 anos) e uma fase posterior (entre 21 e 24 anos).

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência foi implementado buscando a tais políticas públicas preventivas descritas, sendo melhor abordado nesse estudo nos próximos capítulos.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS RELATIVAS ÀS DROGAS

Inicialmente, ao tratarmos do tema política pública relativa às drogas, é necessário entendermos algumas definições do termo política pública e termos noção que tal conjunto de esforços nem sempre existiu e ocorreu de uma mesma maneira.

Quanto à definição do termo política pública, Melo e Campos (2012, p. 457) relatam que “pode ser entendida como o conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado de forma direta ou indireta visando o bem coletivo”.

Bucci (2006) aduz que as políticas públicas são definidas como programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.

Souza (2006) complementa relatando que as políticas públicas na sua essência estão ligadas fortemente ao Estado, o qual determina como os recursos adquiridos normalmente sob a forma de impostos, são usados para o benefício de seus cidadãos, efetuando ao final uma prestação de contas pública referente ao gasto em favor da sociedade, podendo considerar que as políticas públicas na realidade têm seu principal razão de existência pelos próprios direitos sociais, alicerçando sua criação na existência dos direitos sociais, se concretizando por meio de prestações positivas do Estado (BUCCI, 1997).

Nesse sentido, Sento-Sé (2011) nos lembra de que as políticas públicas são finitas, muitas vezes, em proporção menor que as demandas sociais, cabendo ao Estado gerenciar e planejar o desenvolvimento dessas, buscando efetivar os direitos sociais previstos na Constituição.

Em particular sobre as políticas que dizem respeito às drogas, verificam-se diferentes pontos de vista e em diferentes momentos históricos: ora acredita-se que o “problema” desaparecerá ao eliminar-se o uso, e nesse caso, a política se ampara nos poderes judiciário e policial, caracterizando uma resposta repressiva; ora acredita-se que o “problema” existe devido a pouca flexibilidade da sociedade, sendo a política a promoção da autogestão do uso e organização de um sistema social que compensasse os danos eventuais, numa resposta de legalização; ora supõe-se que o “problema” não tem solução definitiva, mas que há

necessidade de apoio através de diversos programas sociais. Nesse caso, a política se reorganiza periodicamente face às novas drogas, aos novos hábitos de consumo e as crises nas relações sociais que perturbam a subjetividade do indivíduo, numa resposta pragmática (ACSELRAD, 2003). Há de ressaltada ainda um período no qual se acreditou que o caminho seria intervenções médicas e psiquiátricas, inclusive com internações compulsórias.

Assim sendo, faz-se necessário uma segmentação do tema política pública em Drogas, visto que esta se dá em 2 campos prioritários: na política públicas criminal/policial, ligada ao Ministério da Justiça, sendo que o presente trabalho enfoca mais nessa área, e na política pública de saúde. Além disso, para um melhor entendimento, necessita-se de um breve relato histórico sobre as medidas públicas concernentes aos entorpecentes, ressaltando que, conforme relatado por Noto e Galduróz (1999), as intervenções repressivas e de controle foram as que receberam maior destaque ao longo das últimas décadas, sendo que esse tipo de vertente teve seu auge na década de 80, no movimento norte-americano denominado Guerra às Drogas, que se caracterizou por um enfoque alarmista, intolerante e repressivo.

Considerando a estrutura política no nível nacional, os autores citados relatam que o Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN), ligado ao Ministério da Justiça, foi o órgão responsável pela coordenação das políticas públicas na área de drogas psicotrópicas no período de 1980 a 1998, sendo que somente após tal período foi criada a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), subordinada diretamente à Presidência da República.

Com relação ao CONFEN, deve ser observado seu caráter repressivo e de controle, pois ambas as estratégias foram as que receberam maior destaque ao longo desse período. Esse tipo de vertente teve seu auge na década de 80, no movimento norte-americano denominado Guerra às Drogas, que se caracterizou por um enfoque alarmista, intolerante e repressivo (NOTO; GALDURÓZ, 1999).

No Brasil, nesse mesmo período, também começou a voltar seus olhares para as questões da Segurança Pública, um campo complicado, pois desse tema participam inúmeras organizações, com lógicas próprias de funcionamento, que interferem na conformação desta política pública que, “como instituições complexas capazes de acumular experiências,

acabariam por desenvolver uma cultura autônoma” (ROLIM, 2007, p. 34) e, portanto, de difícil articulação (RATTON; TORRES; BASTOS, 2011).

Segundo Soares (2007), até o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o governo federal permaneceu ausente da discussão e da promoção de mecanismos de indução de uma política nacional de segurança pública. Apenas após a tragédia do Ônibus 174, no Rio de Janeiro, o governo trouxe à público a proposta do Plano Nacional de Segurança Pública, ou seja, o crescimento da criminalidade e da violência ganhou visibilidade e entrou para a agenda nacional. Diante disso, o governo federal assumisse seu papel indutor e formulador de políticas públicas desde o final dos anos 1990 (SENTO-SÉ, 2011).

O governo federal lançou publicamente o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública. Quase simultaneamente, foi criado o Fundo Nacional de Segurança Pública, destinado a prover recursos auxiliares para os estados realizarem investimentos estratégicos no setor. Porém, Sento-Sé (2011) explana que o texto era bastante abrangente, o que lhe rendeu várias críticas e o tornou muito mais um mapeamento geral e pretensamente exaustivo do que um plano efetivo de ações de governo.

Em 2003, nos primeiros momentos de mudança de governo, é lançado o Projeto Segurança Pública para o Brasil. Comparado ao documento anterior, o autor anteriormente citado relata tratar-se de um material mais volumoso (100 páginas) e com uma estrutura bastante diferente. O eixo prioritário e norteador é a prevenção, constando em seu bojo sobre a difusão de informações sobre drogadição e oferta de tratamento para os dependentes.

Dessa forma, a prevenção é um dos instrumentos no combate ao uso de drogas. Além disso, Melo e Campos (2012) nos dizem que o Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) aprovou, em 2005, uma resolução instituindo a Política Nacional sobre Drogas (PND). Parte dos objetivos dessa política é conscientizar a sociedade sobre os prejuízos sociais e as implicações negativas representadas pelo uso indevido de drogas e suas consequências. Outro objetivo é educar, informar, capacitar e formar pessoas em todos os segmentos sociais para a ação efetiva e eficaz de redução da demanda, da oferta e de danos, fundamentada em conhecimentos científicos validados e em experiências bem-sucedidas, adequadas à nossa realidade.

Tal política ainda argumenta que a efetiva prevenção é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos governamentais, federal, estadual e municipal fundamentada na filosofia da responsabilidade compartilhada, sendo necessárias construções de redes sociais que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde.

Nesse contexto, o papel da prevenção no combate às drogas é de extrema importância e tem sido o grande ponto da política sobre drogas, buscando a redução do consumo de substâncias psicoativas e a postergação do uso inicial, reduzindo os malefícios e prejuízos de tal prática. Visto isso, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência demonstra ser essencial na Política Nacional sobre Drogas, sendo apresentado na próxima seção.

2.5 O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E A VIOLÊNCIA - PROERD

Dentro das políticas públicas preventivas ao uso de drogas lícitas e ilícitas, destaca-se o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), cuja definição, metodologia e outros aspectos serão apresentados nessa seção.

O Programa Educacional de Resistência as Drogas e à Violência é um programa da PMES inserido no modelo de polícia comunitária que visa a prevenir a presença das drogas nas escolas capixabas, mas acredita-se ultrapassar o limite das escolas, desestimulando o uso de drogas por crianças e adolescentes de todas as idades.

Melo e Campos (2012, p. 456) definem o PROERD como:

[...] um programa que consiste em uma ação conjunta entre as Polícias Militares, Escolas e Famílias, no sentido de prevenir o abuso de drogas e a violência entre estudantes, bem como ajudá-los a reconhecer as pressões e as influências diárias que contribuem ao uso de drogas e à prática de violência, desenvolvendo habilidades para resisti-las.

De acordo com Oliveira (2008), o PROERD oferece estratégias preventivas para reforçar os fatores de proteção, em especial referente à família, escola e comunidade, além de favorecer o desenvolvimento de resistência em jovens que poderiam correr o risco de se envolverem com drogas e problemas de comportamento.

O Programa é uma adaptação brasileira ao criado nos Estados Unidos, designado por *Drugs Abuse Resistance Education* (DARE). Segundo Constantino (2007), em 1983, o Departamento de Polícia de Los Angeles/ EUA, após a realização de estudos acerca de dados estatísticos envolvendo uso e tráfico de drogas entre crianças e adolescentes, chegou à conclusão de que a atividade repressiva da força policial não estava atingindo a eficiência esperada no aspecto relatado. Dessa forma, o Departamento de Polícia, juntamente com o Distrito Escolar de Los Angeles, criou o programa citado sob a supervisão e coordenação da pedagoga Ruth Rich, utilizando material didático adequado à realidade das crianças da faixa etária de 9 a 12 anos de idade.

Nesse contexto, foi fundada uma organização em Los Angeles, sem fins lucrativos, denominada D.A.R.E. Tendo em vista uma enorme demanda criada nacional e internacionalmente em virtude dos benefícios iniciais do programa, desde 1984 tal organização tem fornecido as informações pertinentes aos interessados em implantarem o referido programa em suas localidades, proporcionando toda a logística necessária, incluindo treinamentos para os policiais para atuarem como instrutores, fornecendo material educativo para os alunos, fazendo acompanhamento para manter padrões de instrução, realizando avaliações de resultados e desenvolvendo esforços de conscientização dos malefícios das drogas.

Segundo Ferrari e Celante (2006), devido ao excelente resultado obtido com o programa, o mesmo expandiu-se para mais de 3.500 comunidades em 50 estados americanos. Também foi fornecido imediatamente para a Austrália, Nova Zelândia, Samoa Americana, Canada e Porto Rico, sendo que atualmente existe em inúmero países e na quase totalidade dos distritos escolares dos Estados Unidos, sendo relatado por Hallfors e Godette (2002) que, desde 2002, já era verificado um total de aproximadamente 80% de todos os distritos escolares já desenvolvendo sua aplicação.

No Brasil, o programa chegou no ano de 1992, intitulado PROERD, sendo apresentado pioneiramente no estado do Rio de Janeiro, pela PMERJ. Em 2001 o PROERD recebeu uma grande alavancagem, sendo aceito pelo Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares (CNCG) como modelo padrão de programa de prevenção as drogas.

No que tange aos benefícios do PROERD como política pública de aproximação da comunidade, tal situação já foi consolidada em diversas regiões, sendo verificado em diversos estudos realizados. Isso porque, conforme afirmam Hammond e outros (2007), os levantamentos realizados versando sobre a eficácia das atitudes dos alunos que foram submetidos aos ensinamentos do DARE para com os policiais melhoram significativamente, inclusive porque alguns autores, dentre eles Jones-Brown (2000), Cheurprakobkit (2000), entre outros, demonstram que os adolescentes naturalmente possuem atitudes negativas em relação a policiais em geral.

Nesse sentido, para Dell'Antônia (1999, p. 39) “[...] no trabalho de prevenção ao uso de drogas, ao coibi-las, o PROERD contribui paraprevenir a criminalidade, visto que cerca de 70% dos crimes estão relacionados direta ou indiretamente ao uso de drogas”.

Diferente da ação repressiva policial, constantemente divulgada pela mídia, o PROERD possui como principais finalidades a transmissão de conhecimentos relativos às drogas lícitas e ilícitas para os discentes, o desenvolvimento do caráter pessoal, o resgate as noções de cidadania e o ensinamento de técnicas eficazes de resistência às drogas e à violência, fazendo com que os jovens e adolescentes não adotem posicionamentos equivocados ao sofrerem pressões de grupo, auxiliando na tomada de decisão e fortalecendo a autoestima para a resolução de problemas rotineiros, buscando, conforme apontado por Carvalho (1990), em uma mudança de atitudes e de comportamento em relação às drogas, por meio de um processo interativo.

Tal programa busca repassar seus conhecimentos de forma diferente da narrada por Soares et al. (2011), quando cita que a educação sobre drogas ocorre, de forma hegemônica, em escolas tradicionais e conservadoras, com estratégias de adestramento e amedrontamento que acabam

por causar ceticismo, procurando a formação de um sujeito emancipado e liberto (RATEKE, 2004).

Assim, complementam Ferrari e Celante (2006, p. 116) sobre a contribuição do PROERD para a imagem institucional da PMES:

Constatou-se por outro lado, de acordo com a interpretação dos dados pesquisados, que a imagem da Polícia Militar melhora bastante com a aplicação do PROERD. Desta forma, o programa demonstra ser uma oportunidade inteligente e eficaz de nossa Corporação Militar interagir com a comunidade que defende, minorando a antiga imagem de opressão e obtendo, conseqüentemente, o respeito e a confiança.

Desta feita, o PROERD tem-se mostrado um programa extremamente benéfico para a imagem institucional da PMES, pois, além de exercer um papel preventivo contra as drogas, o mesmo aproxima a escola, a família, a comunidade e a instituição, sendo na atualidade uma das principais ferramentas de marketing da Polícia Militar do Espírito Santo.

Sobre esse envolvimento de vários atores em prol do PROERD, essa iniciativa consiste em um esforço cooperativo da Polícia Militar, por meio dos policiais formados pelo Programa, educadores, pais e comunidade para oferecer atividades educacionais em sala de aula, a fim de prevenir ou reduzir o uso de drogas e a violência entre crianças e adolescentes (PEROVANO, 2006; MELO; CAMPOS, 2012). Reafirmando o papel da comunidade escolar nesse processo, Suwannanon (2013) relata que os administradores da escola, bem como os professores, podem e devem participar do projeto para informar aos alunos os riscos do uso de drogas para evitar tal ação.

Ainda no que tange ao envolvimento dos vários atores na busca da prevenção às drogas por meio do PROERD, Salm (2007, p. 243) descreve assim as participações desse envolvimento:

Participação do Governo: este participa por meio da Polícia Militar, que recebe treinamento adequado e atua com foco na prevenção e na mudança de comportamento. Participação ativa da comunidade: participam a escola, as crianças e os pais; todos, cada um a sua maneira, atuam em conjunto para auxiliar a promoção de atitudes positivas com relação às drogas e à violência.

Com relação à metodologia do PROERD, Melo e Campos (2012) relatam que o PROERD consiste em 10 lições, com aulas uma vez por semana, aplicadas ao longo do semestre letivo,

sendo tais aulas ministradas por policiais militares fardados e desarmados, acompanhadas pelos professores responsáveis pela turma. Ressalta ainda que são utilizados diversos recursos para a interação com os alunos, e, ao final do semestre, é realizada uma solenidade de formatura, com a presença dos pais, professores e representantes da comunidade, onde os alunos recebem um certificado de participação e fazem um juramento comprometendo-se a ficar longe das drogas e da violência.

Verificou-se também, conforme descrito no trabalho de Costa, Luz e Souza (2013), que o PROERD também se utiliza de meios como subsídios para a abordagem da temática drogas, dentre eles: vídeos, músicas, textos, dinâmicas, jogos, brincadeiras, produções artísticas, narração de histórias e outras atividades que permitiram a sensibilização dos adolescentes, com o intuito de despertar reflexões acerca dos danos causados pelas drogas.

Ferrari e Celante (2006, p. 43), nesse aspecto, nos trazem os seguintes ensinamentos:

A metodologia do PROERD consiste em um entrelaçamento entre a escola, a família e a Polícia Militar, em que o policial devidamente capacitado atua no sistema educacional com palestras, reuniões com pais e, principalmente, dentro das salas de aula, ministrando instruções para os alunos e despertando lhes a consciência para os problemas de drogas e violência. É uma ação conjunta e cooperativa entre escola, pais e Polícia Militar, no sentido de prevenir e reduzir o uso indevido de drogas e a violência entre crianças e adolescentes, bem como ajudar os estudantes a reconhecerem e resistirem às pressões para usarem drogas, estabelecendo assim uma relação de confiança.

No concernente à implantação da aplicação do PROERD no Estado do Espírito Santo, o programa teve suas ações positivadas pelo comando da Polícia Militar em 2003, com a portaria Nº 346-R (ANEXO A), de 16 de abril de 2003, que define o programa como medida proativa para o controle da violência e da criminalidade, conforme verificado em seu artigo primeiro:

Fica institucionalizado o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), na Polícia Militar do Espírito Santo, constituindo medida proativa, sendo atividade fim, para o controle de violência e criminalidade, complementar as ações preventivas e repressivas ao uso indevido e tráfico de drogas.

A portaria em questão traz as diversas atribuições e responsabilidades do Policial Militar que faz parte do programa como difusor, sendo as principais: Ministrando aulas; organizar e participar de reuniões com diretores, professores e pais ou responsáveis; proferir palestras;

participar de atividades extracurriculares nas escolas em que atuar; participar de todo o planejamento das aulas e do programa a ser ministrado; manter-se atualizado quanto aos conhecimentos pedagógicos e sobre drogas.

A referida portaria também se preocupou em orientar como procederia a realização de divulgações do programa, buscando positivos para a imagem da instituição. Para isso, foi elaborada e organizada uma seção exclusiva para o setor de comunicação, cujas imputações dizem respeito às estatísticas e notícias a serem confeccionadas e divulgadas, competindo a tal setor, dentre outras funções, o cadastramento dos órgãos de imprensa; a divulgação do Programa junto aos Órgãos de Comunicação Social; a confecção de resenhas e encaminhamento de *release* à imprensa; além de controlar as estatísticas de notícias sobre drogas, bem como o registro das ocorrências nas escolas.

No que tange à seleção, à formação e à qualificação dos instrutores do programa, denota-se um processo extremamente rígido. Tal situação busca por intento uma melhor qualidade do programa a ser ministrado e pelo fato de ter sido comprovado, através de alguns estudos, dentre eles o de Hammond e outros (2007), que a efetividade de programas de prevenção, em certa medida, depende de atitudes dos destinatários do programa em relação a instrutores, sendo esses habilitados a balizarem os conhecimentos transmitidos por meio da reflexão, promovendo aos jovens o entendimento de suas realidades e sua capacidade de mudança (TASCA; ENSSLIN, R.; ENSSLIN, S, 2013).

Visto isso, para o policial militar ingressar no curso de instrutor do PROERD, ele passará por um processo seletivo no qual deverá comprovar que possui as características apropriadas para exercer aquela função, em especial servir de exemplo aos discentes, ser eloquente, dinâmico, além de saber e gostar de lidar com jovens, adolescentes e crianças. Posteriormente a realização do curso, os instrutores recentes são acompanhados por outros mais experientes e todos constantemente passam por requalificações, buscando sempre uma excelência na aplicação das aulas e palestras.

Dada a grande dificuldade de ingresso e permanência dos instrutores do programa, sendo que, em muitos casos, os instrutores sacrificam momentos de folga com planejamentos e atuações junto a escolas, Constantino (2007, p. 4) afirma que os:

[...] policiais militares que desenvolvem esse programa educacional atuam de forma voluntária, por entenderem que a educação ainda é o melhor caminho para se obter sucesso na formação da personalidade de nossos jovens, e, dessa forma, contribuir com um pouco do seu tempo, para prevenir e evitar o pior, ou seja, o ingresso de nossas crianças e adolescentes no universo das drogas e da violência.

Diante do exposto, Melo e Campos (2012, p. 469) afirmam que:

[...] o PROERD, nessa perspectiva, integra as ações de prevenção da Política Nacional sobre Drogas quando valoriza não apenas a informação sobre os danos causados pelas drogas, mas também quando trabalha a interação dos instrutores policiais com os alunos, orientando estes a decidirem pela vida. Isso se dá por meio da inserção de novas atividades que valorizem a criatividade. O PROERD é um importante programa, pois trabalha a prevenção e educação juntas, neste cenário o ambiente escolar é propício para novas ideias e informações e o aluno está aberto para isso. Com uma linguagem acessível às faixas etárias a que se destina, o PROERD é aplicado por meio de atividades interativas que são projetadas para estimular o aluno a ser formador de opinião, influenciando a comunidade em que vive.

Ainda no que tange aos benefícios do respectivo programa, Ennett e outros (1994) apresentam um grande ganho relativo à aplicação das leis na comunidade por parte dos jovens. Além disso, Harmon (1993) relata que jovens submetidos a tal programa desenvolvem atitudes assertivas quanto a pressões sociais e de grupo, obtendo atitudes significativamente mais pautadas e ponderadas sobre as drogas, sendo esse um tema profundamente relacionado ao uso de drogas, pois, conforme foi concluído por Cardoso e Malbergier (2013, p. 766), “déficit de habilidades sociais relacionadas à dificuldade de enfrentamento (defender suas opiniões [...]) e de assertividade (dificuldade de dizer não as pessoas) estão associadas ao uso de álcool e tabaco, e drogas ilícitas entre os adolescentes”.

Destarte, o programa referido demonstra ser importante em vários quesitos, ressaltando ainda a afirmação de Costa, Luz e Souza (2013), que não há um modelo, uma fórmula consagrada para abordar a questão das drogas, sendo que tratar a diversidade de ideias sobre essa problemática de forma dinâmica, na sala de aula, é um caminho interessante para evitar os estigmas e preconceitos que emergem desse tema.

Entretanto, embora já tenham sido verificados diversos aspectos positivos do D.A.R.E. e do PROERD em diversas pesquisas, sendo que em sua maioria em outros países, ainda não foi verificada a opinião e a percepção, por parte dos receptores de tais ensinamentos, ou seja, os

estudantes, sobre o programa e seu envolvimento direto na prevenção ao uso de drogas, sendo esse um dos pontos a serem analisados pelo presente estudo.

3 CAPÍTULO III – ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa pode ser definida, segundo Gil (1999), como um processo formal e sistêmico de desenvolvimento do método científico, com a finalidade de descobrir respostas ou soluções para os problemas propostos. Assim sendo, verifica-se a importância da utilização e da explicação detalhada da metodologia, definida, segundo o manual de metodologia científica – Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2012), como a explicação do tipo de pesquisa, do instrumental utilizado (questionário, entrevista, etc.), do tempo previsto, da equipe de pesquisadores e da divisão do trabalho, das formas de tabulação e tratamento dos dados, enfim, de tudo aquilo que se utilizou no trabalho de pesquisa.

Nesse contexto, essa seção realizará uma explanação da pesquisa e de seu desenvolvimento, sendo que, para uma melhor compreensão da pesquisa realizada, foi dividida em três partes, sendo duas para explicar sobre a pesquisa em si e outra para demonstrar o universo de alunos por escola e a amostra de forma estratificada utilizada no trabalho.

3.1 PRIMEIRA PARTE – BUSCA DA REALIDADE

Num primeiro momento, foi realizada uma caracterização dos estudantes do ensino médio do Município de Castelo/ES, além de um levantamento do uso de drogas por escolares do ensino médio, na busca de ser analisada a realidade atual no Município de Castelo. Tal pesquisa foi efetivada nas 04 escolas de ensino médio do Município citado, sendo 01 particular, com aulas em meio período, 02 públicas tradicionais, também com aula em meio período e 01 do tipo agrícola, em período integral.

No que tange às classificações da primeira parte da pesquisa, quanto a sua natureza, ela é do tipo aplicada, tendo em vista a utilização de aplicação prática na busca de gerar conhecimento; quanto à forma de abordagem ao problema, ela é do tipo quantitativa, visto a busca de traduzir números em informações, os quais serão classificados e analisados; Quanto ao ponto de vista dos objetivos, ela é do tipo descritiva, pois objetiva descrever as características de certa população, estabelecendo relações entre as variáveis; Quanto ao ponto

de vista dos procedimentos técnicos, ela é do tipo levantamento, já que utilizou-se da técnica de coleta de dados padronizadas, por meio do questionário.

Visto isso, no que tange ao enfoque metodológico, optou-se por mensurar e analisar o uso de drogas lícitas e ilícitas pelos alunos do Ensino Médio do Município de Castelo por uma linha de pesquisa quantitativa, sendo utilizado, para essa finalidade, um questionário fechado (ANEXO B), com base no modelo utilizado pelo I Levantamento Nacional sobre o uso de Álcool, Tabaco e outras Drogas entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras (SENAD, 2010).

Antes da aplicação do questionário citado, foi realizado um estudo piloto, cujo resultado demonstrou a necessidade de serem realizadas algumas modificações no questionário visto, principalmente, o desconhecimento por parte de alguns alunos de alguns termos utilizados, além da supressão de alguns quesitos, por não ser o foco do presente estudo.

Após as mudanças descritas, foi escolhida a amostra utilizada na pesquisa, utilizando uma estratificação levando-se em conta o número proporcional de alunos por unidade de ensino e por turno escolar, de forma proporcional entre as escolas e os turnos existentes, após ter sido realizado um cálculo por meio de ferramentas estatísticas, tendo por base o universo de alunos num total de 1428, resultando na necessidade de um total ideal de 303 questionários aplicados (21,22% do total), levando-se em conta um nível de confiança de 95% e um erro amostral de 5%, sendo mais bem apresentada na terceira seção desse capítulo.

A coleta dos dados foi procedida por apenas 02 pesquisadores, ambos sabedores dos procedimentos a serem realizados, sendo que todos os participantes foram cientificados dos motivos e dos objetivos esperados pela pesquisa, por meio de um termo de consentimento livre e esclarecido, bem como da natureza voluntária e do anonimato dos dados obtidos.

No que tange a análise dos dados, mensurou-se o uso de drogas lícitas e ilícitas através de raciocínio lógico matemático, utilizando-se de ferramentas estatísticas e visuais, como gráficos e tabelas. Não foram realizados diagnósticos relacionando o uso de drogas com os turnos estudados ou com as Instituições Educacionais, inclusive para não gerar constrangimento aos envolvidos na pesquisa, visto o caráter ético da investigação.

3.2 SEGUNDA PARTE – PERCEPÇÃO DO PROERD PELOS ALUNOS ENVOLVIDOS

Numa segunda parte da investigação foi realizado um levantamento sobre a percepção dos estudantes do ensino médio sobre a aplicação do PROERD na prevenção ao uso de drogas.

No que tange às classificações da segunda parte da pesquisa, assim como a primeira parte, quanto a sua natureza, ela é do tipo aplicada; quanto à forma de abordagem ao problema, ela é do tipo quantitativa; Quanto ao ponto de vista dos objetivos, ela é do tipo descritiva; Quanto ao ponto de vista dos procedimentos técnicos, ela é do tipo levantamento.

Assim sendo, no que tange ao enfoque metodológico, optou-se por analisar a percepção dos alunos sobre o PROERD, visto ser a política pública mais manifesta nessa região na busca da prevenção ao uso de drogas, entretanto sem ter sido estudada no local até o presente momento. Para tanto, optou-se pela realização de 04 questões (32 a 35 do Apêndice B) aos respondentes através de um questionário fechado, sendo também aplicados 303 questionários, para os mesmos respondentes citados na seção anterior.

Assim como informado anteriormente, todos os participantes foram cientificados dos motivos e dos objetivos da presente pesquisa, além do caráter voluntário e do anonimato dos respondentes, por meio de um termo de consentimento livre e esclarecido.

3.3 TERCEIRA PARTE - UNIVERSO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO E A AMOSTRA DA PESQUISA

Nessa terceira parte, relativa aos aspectos metodológicos, é apresentada a estruturação da estratificação da população que foi pesquisada no presente estudo. Para isso, serão apresentadas 12 tabelas demonstrando o número de aluno absoluto, proporcional e com os respectivos respondentes do questionário aplicado por escola. Além disso, as tabelas diferenciam os alunos pela escolaridade em que está cursando e pela sexualidade.

Na tabela 01 é apresentado o número absoluto de alunos que estudam na Escola Família Agrícola – EFA, sendo essa um centro de ensino no qual o aluno atua em um regime integral, estudando uma semana a cada quinzena.

Tabela 1- Número absoluto de estudantes da Escola Família Agrícola

ESCOLA FAMÍLIA AGRICOLA (EFA)								
TURNO	1 ANO		2 ANO		3 ANO		4 ANO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
MATUTINO	0	0	0	0	0	0	0	0
VESPERTINO	0	0	0	0	0	0	0	0
NOTURNO	0	0	0	0	0	0	0	0
INTEGRAL	31	12	24	12	13	13	15	5

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 02 é apresentado o número proporcional de alunos, comparado a todos os alunos do ensino médio do Município de Castelo, que estudam na Escola Família Agrícola – EFA.

Tabela 2- Percentual de estudantes da Escola Família Agrícola em comparação ao universo de alunos do ensino médio de Castelo/ES

ESCOLA FAMÍLIA AGRICOLA (EFA)								
TURNO	1 ANO		2 ANO		3 ANO		4 ANO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
MATUTINO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
VESPERTINO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
NOTURNO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
INTEGRAL	2,17%	0,84%	1,68%	0,84%	0,91%	0,91%	1,05%	0,35%

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 03 é apresentado o número de alunos que estudam na Escola Família Agrícola – EFA e para os quais foi aplicado o questionário utilizado por este trabalho.

Tabela 3- Número de questionários aplicados a estudantes da Escola Família Agrícola

ESCOLA FAMÍLIA AGRICOLA (EFA)								
TURNO	1 ANO		2 ANO		3 ANO		4 ANO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
MATUTINO	0	0	0	0	0	0	0	0
VESPERTINO	0	0	0	0	0	0	0	0
NOTURNO	0	0	0	0	0	0	0	0
INTEGRAL	7	3	5	3	3	3	3	1

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 04 é apresentado o número absoluto de alunos que estudam na Escola João Bley, que é uma escola pública e que concentra o ensino médio nos períodos matutino e noturno.

Tabela 4- Número absoluto de estudantes da Escola João Bley

ESCOLA JOÃO BLEY								
TURNO	1 ANO		2 ANO		3 ANO		4 ANO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
MATUTINO	63	58	29	40	31	34	0	0
VESPERTINO	0	0	0	0	0	0	0	0
NOTURNO	68	47	39	35	36	29	0	0
INTEGRAL	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 05 é apresentado o número proporcional de alunos que estudam na Escola João Bley comparado a todos os alunos do ensino médio do Município de Castelo.

Tabela 5- Percentual de estudantes da Escola João Bley em comparação ao universo de alunos do ensino médio de Castelo/ES

ESCOLA JOÃO BLEY								
TURNO	1 ANO		2 ANO		3 ANO		4 ANO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
MATUTINO	4,41%	4,06%	2,03%	2,80%	2,17%	2,38%	0,00%	0,00%
VESPERTINO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
NOTURNO	4,76%	3,29%	2,73%	2,45%	2,52%	2,03%	0,00%	0,00%
INTEGRAL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 06 é apresentado o número de alunos que estudam na Escola João Bley e para os quais foi aplicado o questionário utilizado por este trabalho.

Tabela 6- Número de questionários aplicados a estudantes da Escola João Bley

ESCOLA JOÃO BLEY								
TURNO	1 ANO		2 ANO		3 ANO		4 ANO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
MATUTINO	13	12	6	8	7	7	0	0
VESPERTINO	0	0	0	0	0	0	0	0
NOTURNO	14	10	8	7	8	6	0	0
INTEGRAL	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 07 é apresentado o número absoluto de alunos que estudam na Escola Emílio Nemer – CETEC, que é pública e possui alunos em todos os tipos de regimes.

Tabela 7- Número absoluto de estudantes da Escola CETEC

ESCOLA EMÍLIO NEMER (CETEC)								
TURNO	1 ANO		2 ANO		3 ANO		4 ANO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
MATUTINO	41	50	39	93	39	55	0	0
VESPERTINO	29	30	32	34	10	13	0	0
NOTURNO	0	0	26	8	17	15	20	54
INTEGRAL	30	40	18	11	9	11	0	0

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 08 é apresentado o número proporcional de alunos que estudam na Escola Emílio Nemer - CETEC comparados a todos os alunos do ensino médio do Município de Castelo.

Tabela 8- Percentual de estudantes da Escola CETEC em comparação ao universo de alunos do ensino médio de Castelo/ES

ESCOLA EMÍLIO NEMER (CETEC)								
TURNO	1 ANO		2 ANO		3 ANO		4 ANO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
MATUTINO	2,87%	3,50%	2,73%	6,51%	2,73%	3,85%	0,00%	0,00%
VESPERTINO	2,03%	2,10%	2,24%	2,38%	0,70%	0,91%	0,00%	0,00%
NOTURNO	0,00%	0,00%	1,82%	0,56%	1,19%	1,05%	1,40%	3,78%
INTEGRAL	2,10%	2,80%	1,26%	0,77%	0,63%	0,77%	0,00%	0,00%

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 09 é apresentado o número de alunos que estudam Escola Emílio Nemer - CETEC e para os quais foi aplicado o questionário utilizado por este trabalho.

Tabela 9- Número de questionários aplicados a estudantes da Escola CETEC

ESCOLA EMÍLIO NEMER (CETEC)								
TURNO	1 ANO		2 ANO		3 ANO		4 ANO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
MATUTINO	9	11	8	20	8	12	0	0
VESPERTINO	6	6	7	7	2	3	0	0
NOTURNO	0	0	6	2	4	3	4	11
INTEGRAL	6	8	4	2	2	2	0	0

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 10 é apresentado o número absoluto de alunos do Ensino Médio que estudam na Escola Expoente, a qual é particular e concentra todos os seus docentes no período matutino.

Tabela 10- Número absoluto de estudantes da Escola Expoente

ESCOLA EXPOENTE								
TURNO	1 ANO		2 ANO		3 ANO		4 ANO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
MATUTINO	15	8	9	14	13	11	0	0
VESPERTINO	0	0	0	0	0	0	0	0
NOTURNO	0	0	0	0	0	0	0	0
INTEGRAL	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 11 é apresentado o número de alunos proporcionais que estudam na Escola Expoente comparados a todos os alunos do ensino médio do Município de Castelo.

Tabela 11- Percentual de estudantes da Escola Expoente em comparação ao universo de alunos do ensino médio de Castelo/ES

ESCOLA EXPOENTE								
TURNO	1 ANO		2 ANO		3 ANO		4 ANO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
MATUTINO	1,05%	0,56%	0,63%	0,98%	0,91%	0,77%	0,00%	0,00%
VESPERTINO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
NOTURNO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
INTEGRAL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 12 é apresentado o número de alunos que estudam Escola Expoente e para os quais foi aplicado o questionário utilizado por este trabalho.

Tabela 12- Número de questionários aplicados a estudantes da Escola Expoente

ESCOLA EXPOENTE								
TURNO	1 ANO		2 ANO		3 ANO		4 ANO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
MATUTINO	3	2	2	3	3	2	0	0
VESPERTINO	0	0	0	0	0	0	0	0
NOTURNO	0	0	0	0	0	0	0	0
INTEGRAL	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria

Assim, nota-se que a escola CETEC possui mais do que 50% dos alunos matriculados no ensino médio do Município, ficando a escola João Bley com 35,5%, a EFA com um pouco menos de 9% e a escola Expoente com menos de 5%.

Ao relacionarmos o número de alunos por período com a sexualidade que serviram de amostra para a presente pesquisa, verificamos que há 59 homens e 52 mulheres cursando o primeiro ano do ensino médio, 46 homens e 52 mulheres cursando o segundo ano do ensino médio, 37 homens e 38 mulheres cursando o terceiro ano do ensino médio e 07 homens e 12 mulheres cursando o quarto ano do ensino médio/ensino técnico.

4 CAPÍTULO IV - ANÁLISE DOS RESULTADOS

A fim de proceder a análise descritiva dos resultados coletados pela presente pesquisa, este capítulo encontra-se dividido em 06 seções, sendo que nessas serão apresentados os tipos de drogas lícitas e ilícitas utilizadas pelos jovens e adolescentes, o perfil dos pesquisados, aspectos que permeiam o uso de drogas e a percepção dos estudantes sobre o PROERD na busca da prevenção ao uso de drogas.

4.1 TIPOS DE DROGAS USADAS PELOS ESTUDANTES: AS DROGAS LÍCITAS E AS ILÍCITAS

Na presente seção será tratado sobre o uso e o abuso de drogas por parte dos estudantes do ensino médio do Município de Castelo, apontando algumas situações conferidas através dos questionários aplicados.

Inicialmente, o gráfico 01 demonstra um alto índice de uso de drogas por parte da amostra comparada ao do VI levantamento Nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio nas 27 capitais brasileiras, sendo que, em Castelo, 269 (88,78%) relataram que já fizeram em algum momento uso de algum tipo de droga, seja lícita ou ilícita.

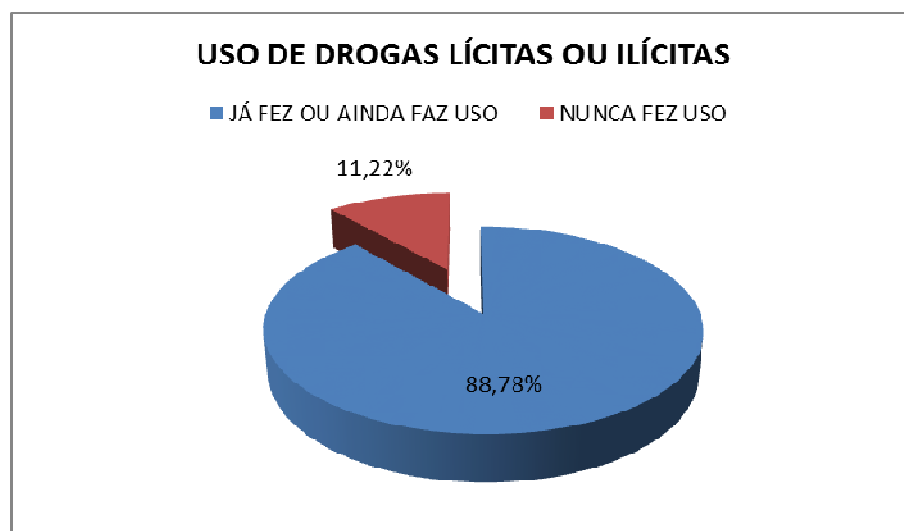


Gráfico 1- Uso de drogas lícitas ou ilícitas pela amostra em geral

Fonte: Elaboração própria

Tendo em vista o elevado uso e a diferenciação de contexto, além da busca de um melhor entendimento dos dados a serem analisados pelo presente estudo, dividiremos a presente seção em 02 itens, sendo a primeira relativa a drogas lícitas e a segunda relativa a drogas ilícitas.

4.1.1 Quanto ao uso de drogas lícitas

A respeito do uso de alguma droga lícita, verificamos pelo gráfico 02 que 266 (87,79%) dos respondentes afirmam já ter feito uso.

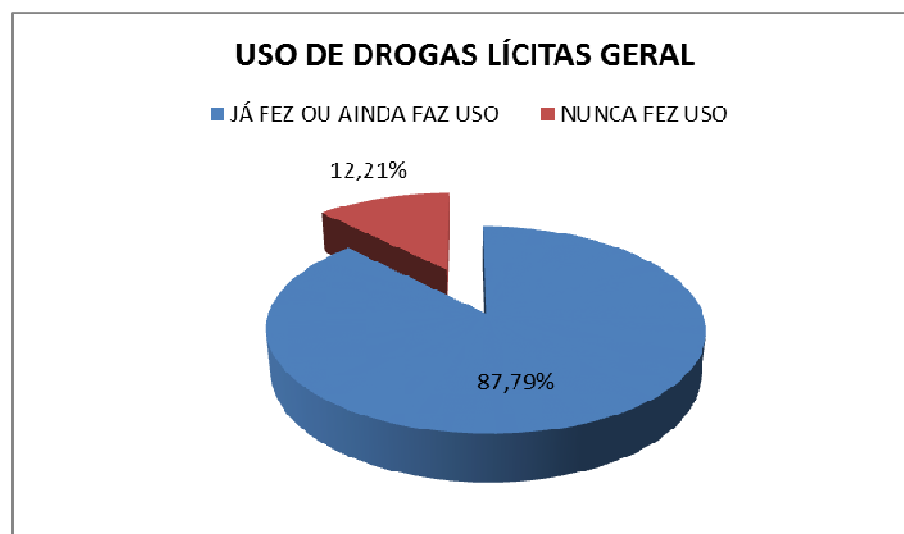


Gráfico 2- Uso de drogas lícitas ou ilícitas pela amostra da pesquisa
Fonte: Elaboração própria

Ao analisar de forma mais aprofundada a informação relatada, verifica-se uma tendência de uso diferente para algumas séries do ensino médio, bem como pelo sexo. Dos 37 (12,21%) que não utilizaram algum tipo de droga lícita, 02 são homens do 1º Ano, 08 são mulheres do 1º Ano, 09 são homens do 2º Ano, 14 são mulheres do 2º Ano, 01 é homem do 3º Ano, 01 é mulher do 3º Ano e 02 são mulheres do 4º Ano, sendo que todos os respondentes masculinos do 3º Ano afirmaram já ter usado algum tipo de droga lícita.

Entre as drogas lícitas, conforme já era esperado, destaca-se pelo quantitativo o uso de álcool e seus derivados, conforme apresentado no gráfico 03, sendo utilizado por 262 (86,47%) dos entrevistados. Tal número encontra-se muito acima dos verificados pelos V e VI levantamento de drogas por estudantes brasileiros, em 2004 e 2010, visto ter sido encontrado um total de 65,2% e 59,3% de uso na vida de álcool respectivamente.

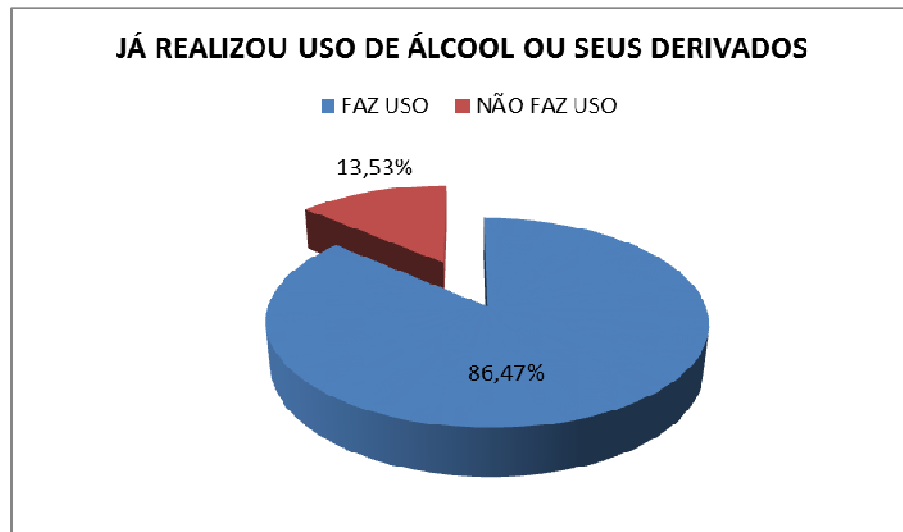


Gráfico 3- Realização de uso de álcool ou seus derivados pela amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

Nesse contexto, percebe-se que dos 266 indivíduos que fizeram uso de alguma droga lícita, 262 utilizaram ou somente álcool ou o álcool e outra droga lícita, restando 04 respondentes, dos quais 03 realizaram uso de tabaco e nunca realizaram o álcool e 01 realizou anabolizante e não utilizou álcool.

Discorrendo ainda sobre o álcool, embora ainda com um número considerado elevado, percebe-se uma redução razoável em seu uso por parte dos estudantes da amostra nos últimos tempos, sendo que, atualmente, mais da metade, ou seja, 52,81% dos respondentes afirmam não utilizar bebidas alcoólicas atualmente (gráfico 04), muito acima dos 21,1% de usuários encontrados no VI levantamento nacional de drogas em estudantes.

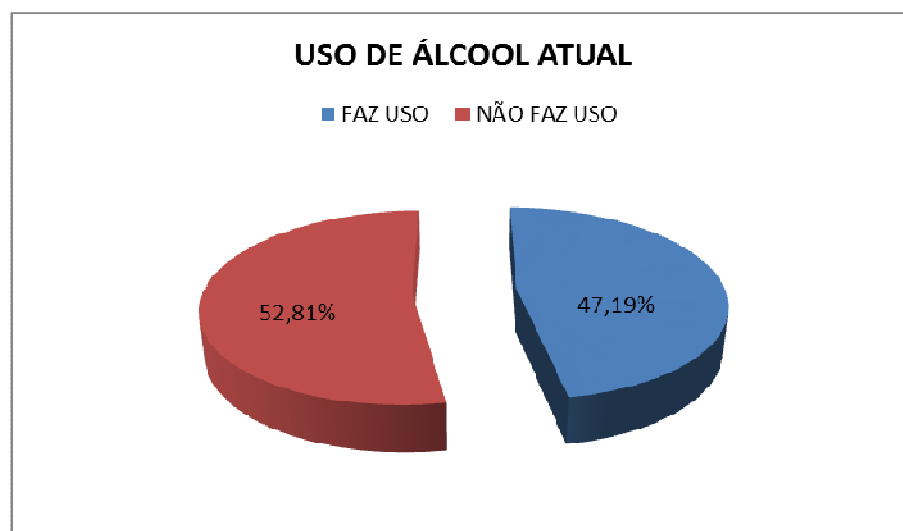


Gráfico 4- Realização de uso de álcool ou seus derivados atualmente pela amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

A segunda droga lícita que apresentou o maior consumo foi o tabaco, conforme gráfico 05, com 43 (14,19%) pessoas da amostra tendo respondido positivamente a utilização. Tal número encontra-se abaixo dos verificados nas pesquisas brasileiras citadas anteriormente, sendo que foram verificados 24,9% e 17,9% de consumo de tal substância nos V e VI levantamentos de uso de drogas com estudantes respectivamente.

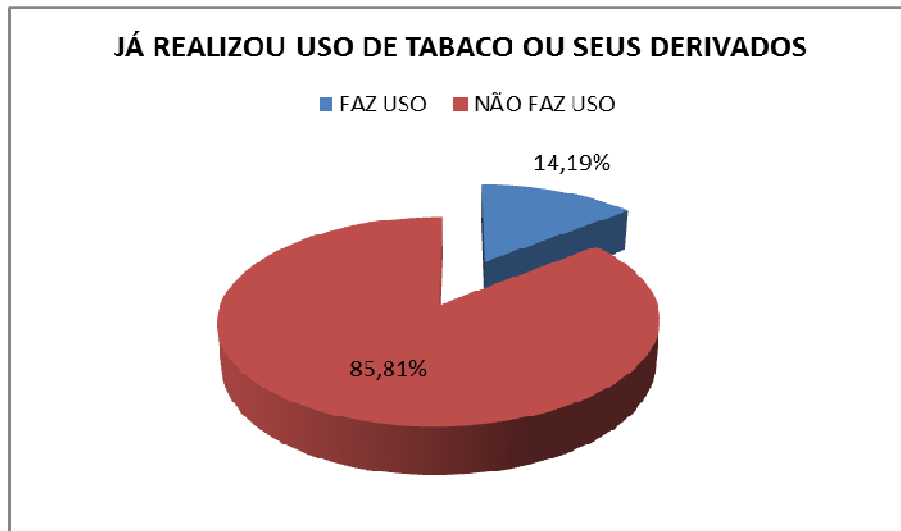


Gráfico 5- Realização de uso de tabaco ou seus derivados pela amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

Quanto ao uso de tabaco (gráfico 06), verifica-se que atualmente é utilizado por apenas 4,95% da amostra, ou seja, dos 303 respondentes apenas 15 o utilizam, número relativamente parecido com os 5,5% verificados no VI levantamento nacional de drogas em estudantes. Analisando de outro modo, apenas 34,88% dos jovens que utilizaram alguma vez ainda permanecem fazendo tal uso até o presente momento.

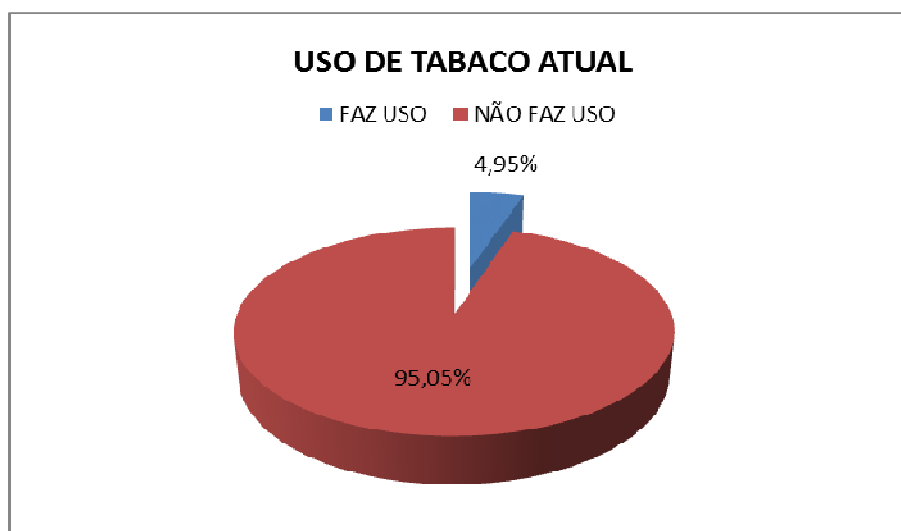


Gráfico 6- Realização de uso de tabaco ou seus derivados atualmente pela amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

Os ansiolíticos, que são substâncias utilizadas normalmente com a finalidade de reduzir a ansiedade e a tensão, na forma de remédio, foram constatados, pelo gráfico 07, sua utilização sem prescrição médica por 05 (1,65%) jovens, número abaixo da média ao ser comparado com o VI levantamento nacional de drogas em estudantes, cujo número de usuários de ansiolíticos foi de 5,3%.



Gráfico 7- Realização de uso de ansiolítico pela amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

Ainda quanto ao uso de ansiolíticos, verifica-se uma pequena redução de seu uso, sendo utilizado atualmente por 03 pessoas, correspondendo a aproximadamente 1% da amostra (gráfico 08), abaixo dos 2,6% verificados pelo VI levantamento nacional de drogas em estudantes. Entretanto, assusta o fato de que, dos 05 que já utilizaram, 03 ainda continuam com o seu uso, correspondendo a uma taxa de 60% de permanência na droga.



Gráfico 8- Realização de uso de ansiolítico atualmente pela amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

Os anabolizantes, conhecidos também pelos nomes de esteroides, são hormônios sintéticos comumente utilizados por jovens que frequentam academias, na pretensão de ter um ganho de massa muscular. No Município estudado percebe-se, por meio do gráfico 09, um número elevado de indivíduos que já fizeram uso, encontrando um quantitativo de 17 (5,61%) respondentes, muito acima dos 1,4% de usuários dessa substância constatados no VI levantamento nacional de drogas em estudantes.

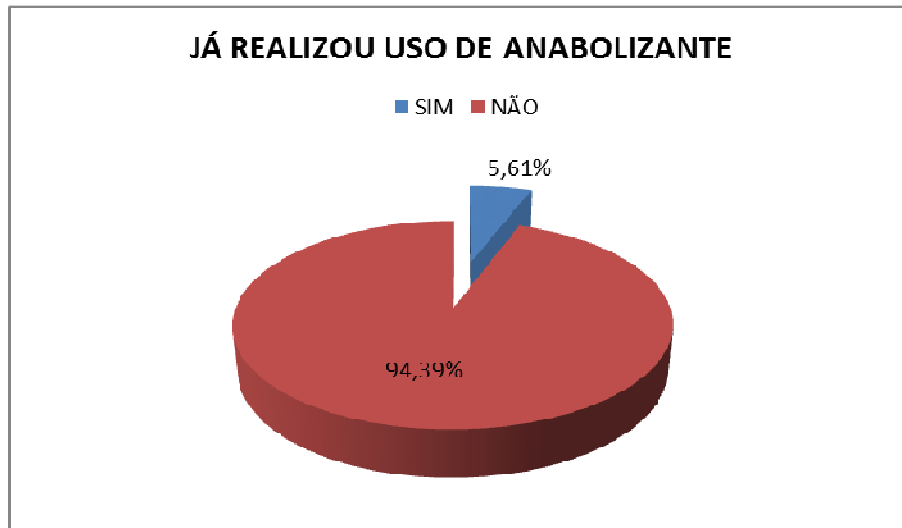


Gráfico 9- Realização de uso de anabolizante pela amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

Atualmente, aproximadamente metade dos jovens que já fizeram uso de anabolizantes ainda o realizam, tendo um número de respostas positivas para esse uso de 09 respondentes recentemente (gráfico 10).

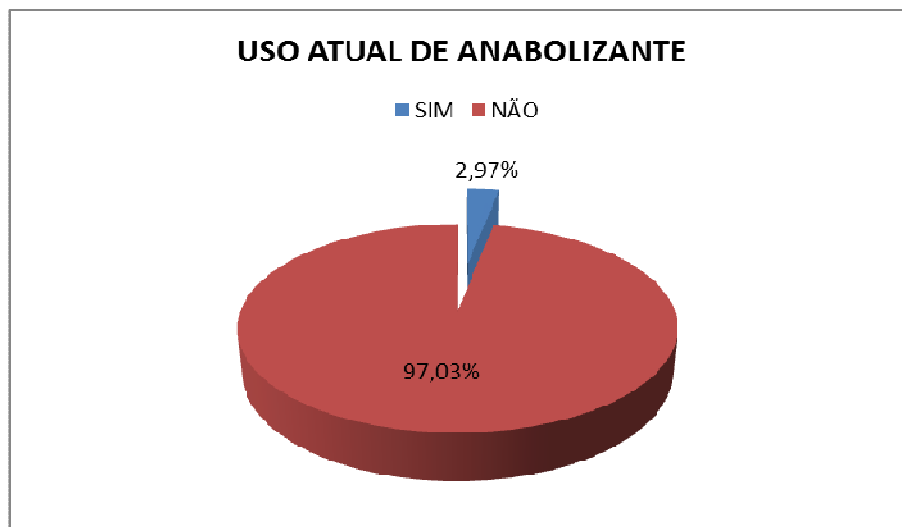


Gráfico 10- Realização de uso de anabolizante atualmente pela amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

4.1.1.1 Uso de múltiplas drogas lícitas

Passaremos a descrever agora se há veracidade, para o público alvo do presente trabalho em Castelo/ES, de que o álcool é “a porta de entrada” para outras drogas, conforme o imaginário popular, sendo para isso utilizado os dados coletados pelo presente estudo.

Assim, foi elaborado o gráfico 11 para comparar os usuários de tabaco se já haviam realizado uso de álcool, além de verificar se o uso do álcool deu-se antes, no mesmo ano ou depois do tabaco. Lê-se que, dos 43 respondentes que já utilizaram tabaco, 18 (41,86%) havia utilizado álcool antes do tabaco, 13 (30,23%) depois, 09 (20,93%) utilizaram o tabaco no mesmo ano que o álcool e 03 (6,98%) que utilizou tabaco nunca fez uso de álcool. Assim sendo, não se pode afirmar que o álcool pode ser considerado uma “porta de entrada” para o tabaco entre os estudantes do Município de Castelo.

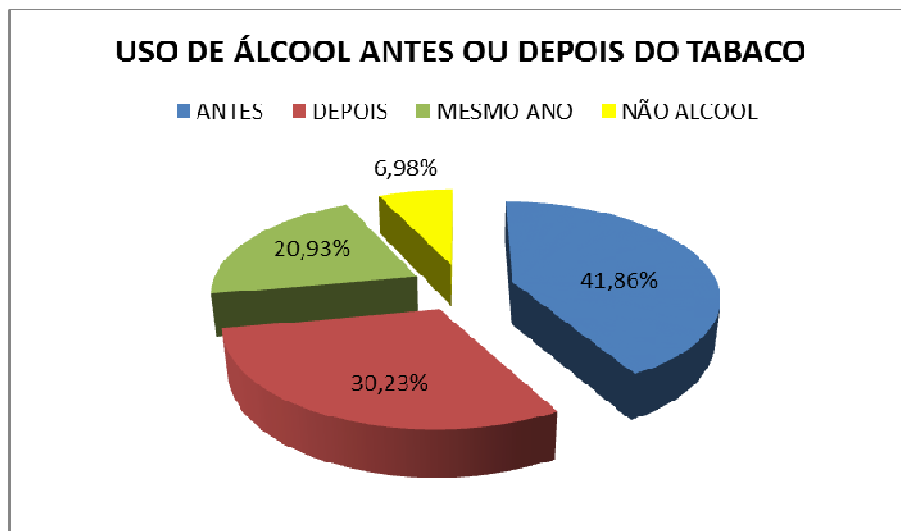


Gráfico 11- Relação entre o álcool e o tabaco no que tange a questão tempo
Fonte: Elaboração própria

Do mesmo modo, foi elaborado o gráfico 12 para relacionar o uso de álcool por parte dos usuários de ansiolítico.

De forma diferente ao anterior, aqui sim, embora o quantitativo numérico seja pequeno para afirmações contundentes, os 05 indivíduos que afirmaram ter utilizado ansiolíticos relataram ter realizado uso de álcool em idades anteriores aos remédios.



Gráfico 12- Relação entre o álcool e o ansiolítico no que tange a questão tempo
Fonte: Elaboração própria

No comparativo se o álcool foi utilizado anteriormente ao anabolizante entre os usuários de ambas as substâncias, constatou-se que, dos 17 que afirmaram ter realizado anabolizantes, 04 (23,53%) fizeram uso de álcool antes, 06 (35,29%) utilizou o álcool no mesmo ano, 06 (35,29%) utilizou o álcool depois e 01 (5,88%) não utilizou álcool em nenhum momento de sua vida (gráfico 13). Tal situação elencada desvincula a imagem do álcool como “porta de entrada” para o anabolizante.

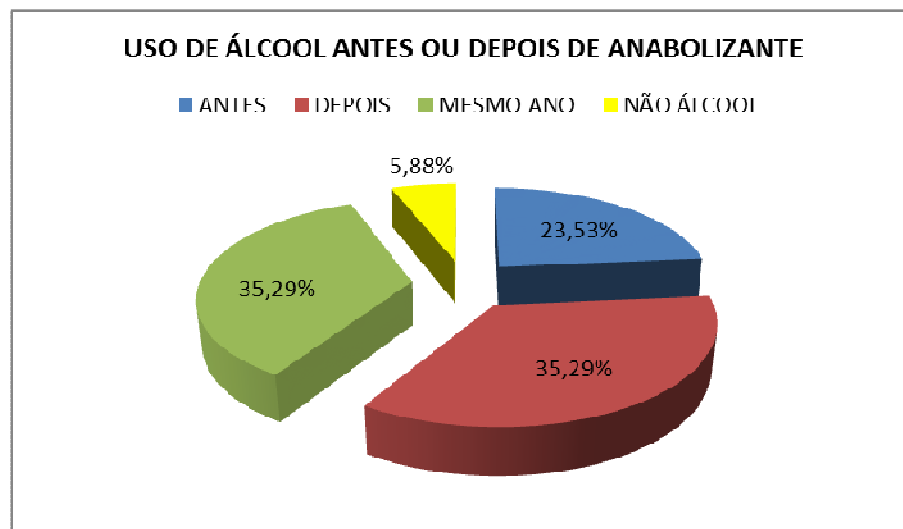


Gráfico 13- Relação entre o álcool e o anabolizante no que tange a questão tempo
Fonte: Elaboração própria

4.1.2 Quanto ao uso de drogas ilícitas

Passaremos a discorrer agora sobre o uso de drogas ilícitas pelos estudantes do Município de Castelo/ES com base nas informações coletadas pelos questionários aplicados pelo presente estudo.

Nesse contexto, foi verificado que entre os 303 participantes da pesquisa, 44 (14,52%) afirmaram já ter realizado uso de pelo menos uma droga ilícita (gráfico 14).

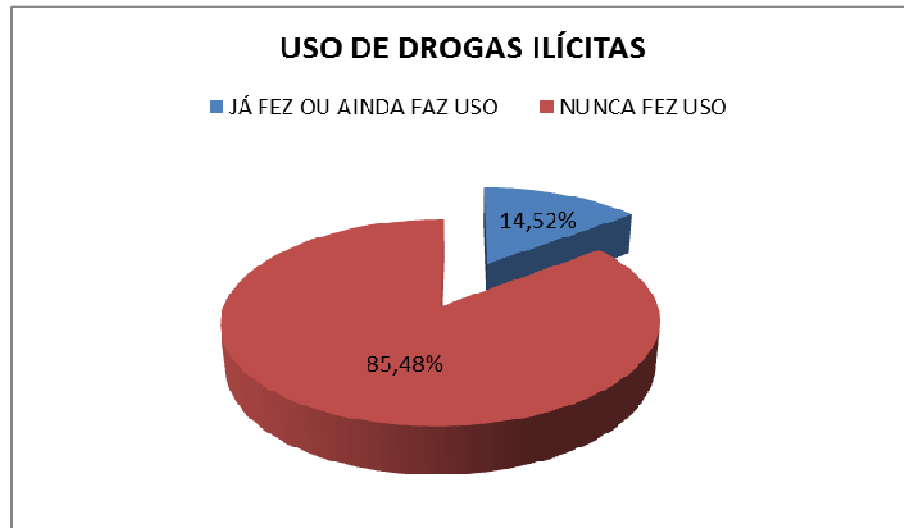


Gráfico 14- Uso de drogas ilícitas pela amostra da pesquisa
Fonte: Elaboração própria

Ao especificar o uso de cada droga ilícita, percebemos, por meio do gráfico 15, que a mais utilizada pelos participantes é a maconha, tendo um quantitativo de 40 (13,20%) usuários, sendo esse valor maior que o dobro do verificado pelo VI levantamento nacional de drogas em estudantes, cujo percentual de uso foi de 5,7.

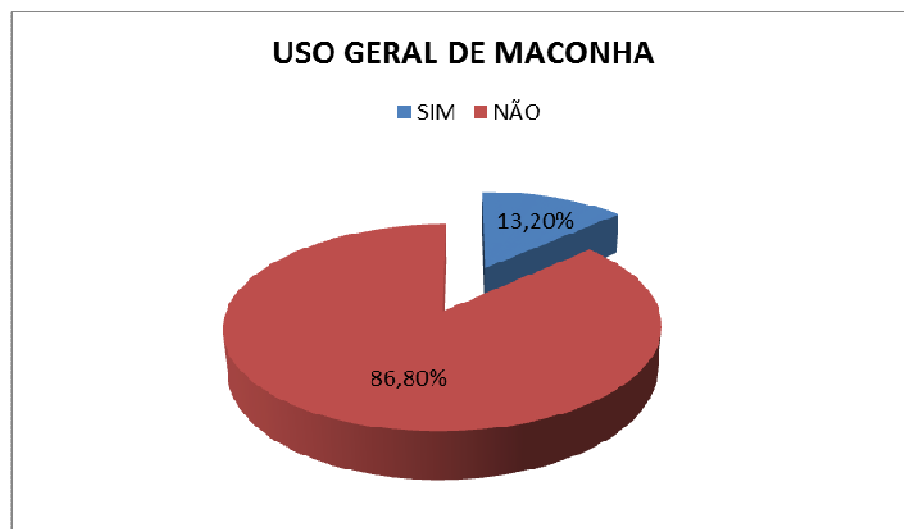


Gráfico 15- Uso de maconha, por uma ou mais vezes, pela amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

Embora a maconha seja a droga ilícita mais utilizada por pelo menos uma vez entre os participantes, também é a droga que mais foi abandonada seu uso, em números absolutos, pelos estudantes, conforme gráfico 16, tendo em vista que atualmente ela é utilizada por apenas 10 (3,3%) dos respondentes, ou seja, dos que experimentaram a maconha, somente 25% utilizaram-na nos últimos 30 dias.

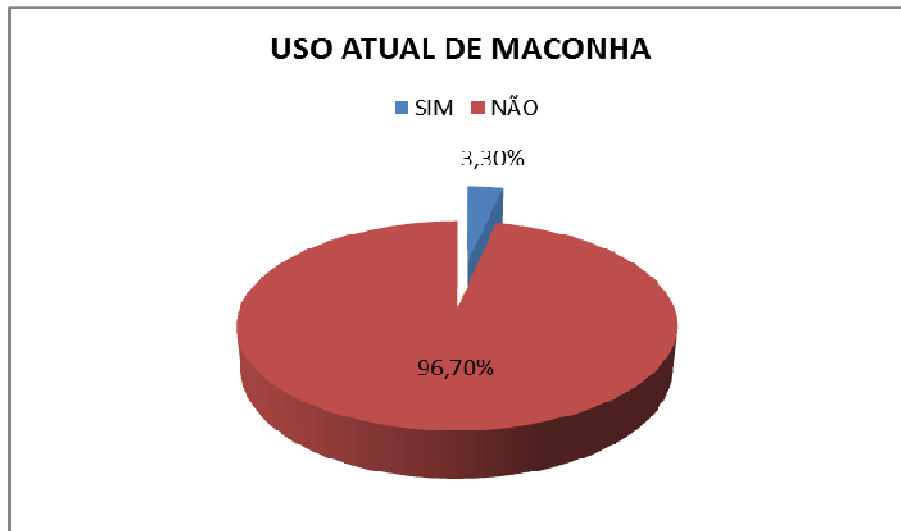


Gráfico 16- Uso atual de maconha pela amostra em geral

Fonte: Elaboração própria

Quanto à cocaína, a droga só foi utilizada por 01 (0,33%) indivíduo, conforme o gráfico 17. Tal quantitativo encontra-se abaixo dos 2,5% de usuários averiguados pelo VI levantamento nacional de drogas em estudantes. Deve ser ressaltado que já havia uma expectativa de um reduzido consumo de tal droga, principalmente tendo por base as apreensões no Município e a experiência vivenciada pelo autor na região.



Gráfico 17- Uso de cocaína, por uma ou mais vezes, pela amostra em geral

Fonte: Elaboração própria

O gráfico 18 nos apresenta a utilização de cocaína atualmente pelo público alvo da pesquisa, não sendo relatado tal uso, ou seja, a única pessoa que já utilizou tal substância não mais a utiliza.

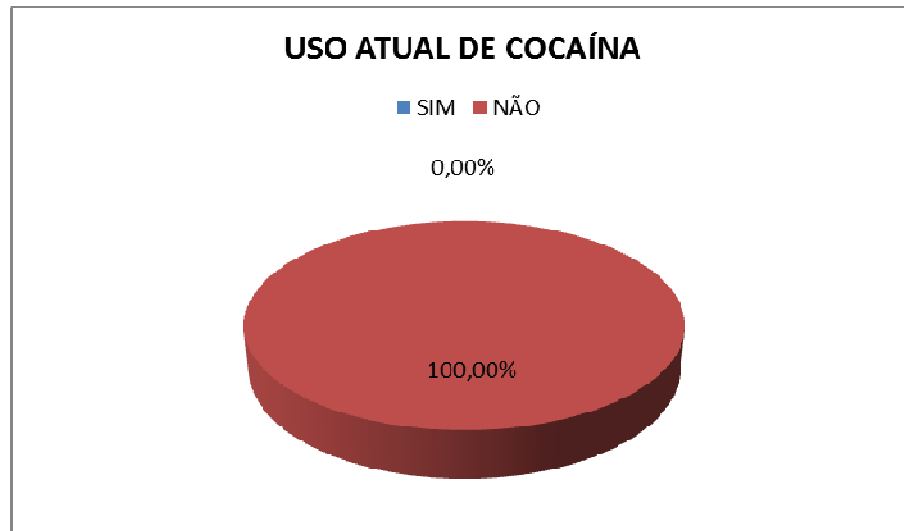


Gráfico 18- Uso atual de cocaína pela amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

O crack, que é uma droga considerada recente, produzida, dentre outros compostos, com os restos da cocaína, teve seu uso verificado pelo gráfico 19, tendo sido utilizado por 06 (1,98%) dos respondentes. Tal quantitativo encontra-se acima da média comparado ao VI levantamento nacional de drogas em estudantes.

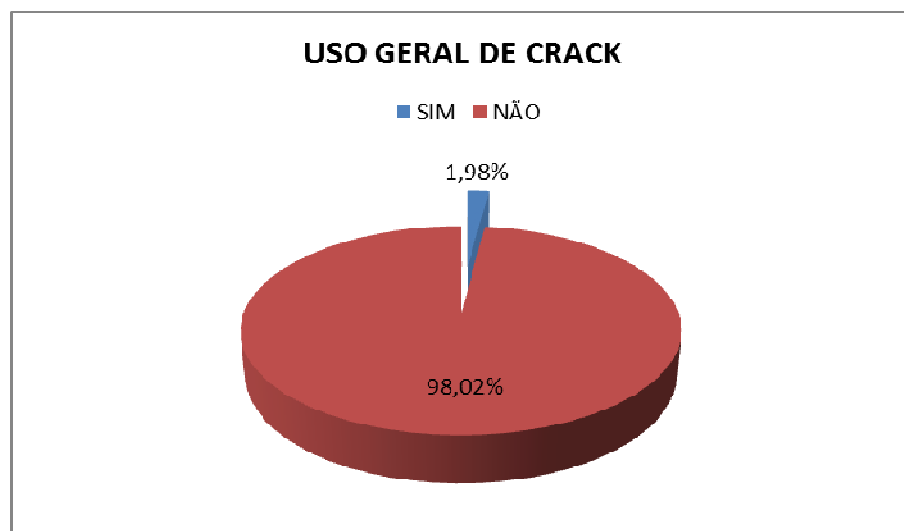


Gráfico 19- Uso de crack, por uma ou mais vezes, pela amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

No que tange ao atual uso de crack por parte dos estudantes, somente 01 (0,33%) respondente relatou tal utilização. Ao serem analisadas as consequências do uso de tal droga, entendemos

em parte o pequeno uso verificado entre estudantes, possivelmente justificado pelo abandono do estudo por parte dos usuários de crack (gráfico 20).

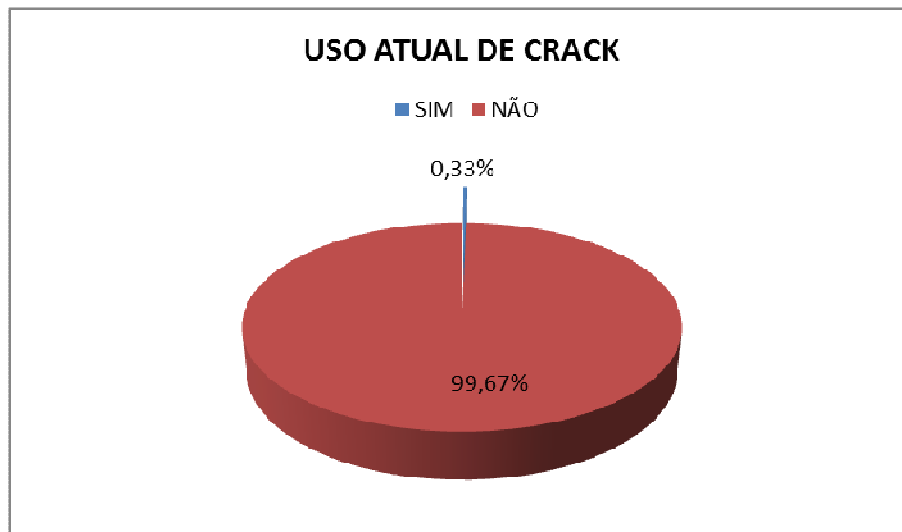


Gráfico 20- Uso atual de crack pela amostra em geral

Fonte: Elaboração própria

No gráfico 21 é apresentado o uso de êxtase, que é uma droga sintética, sendo percebido um quantitativo de 03 respondentes que já fizeram uso, representando 0,99% da amostra. Na comparação com o VI levantamento nacional de drogas em estudantes, de 2010, esse uso encontra-se similar, visto ter sido encontrado um quantitativo de 1,3% de uso na vida para tal substância.



Gráfico 21- Uso de êxtase, por uma ou mais vezes, pela amostra em geral

Fonte: Elaboração própria

Ainda sobre o uso de êxtase, dos 03 respondentes que haviam realizado o uso, apenas 01 o utiliza atualmente (gráfico 22), tendo uma redução de 66%.

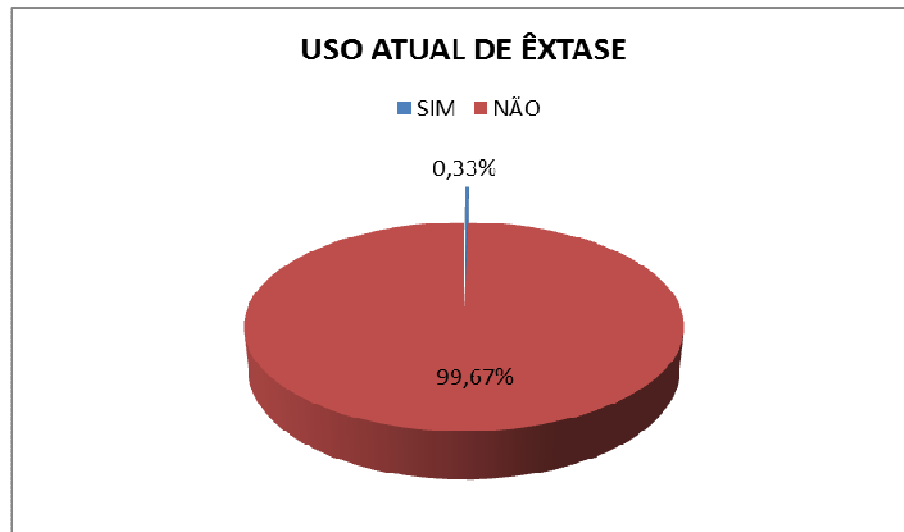


Gráfico 22- Uso atual de êxtase pela amostra em geral

Fonte: Elaboração própria

Quanto à utilização de outras drogas, 04 (1,32%) dos respondentes afirmaram já ter utilizado alguma das outras drogas ilícitas (gráfico 23), sendo que 01 dos respondentes afirmou ter utilizado “tinner” e outro cola. Vale ressaltar que a pergunta referenciava outras drogas ilícitas, embora tenham sido respondidas as drogas inalantes, consideradas lícitas.

Nada pode ser dito referente aos outros 2 respondentes desse quesito uma vez que não foi informada qual droga seria essa, inviabilizando uma análise mais precisa.



Gráfico 23- Uso de outras drogas, por uma ou mais vezes, pela amostra em geral

Fonte: Elaboração própria

Sobre o uso atual dessas drogas, nenhum respondente relatou a realização dessas (gráfico 24).



Gráfico 24- Uso atual de outras drogas pela amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

4.1.2.1 Uso de múltiplas drogas ilícitas

Ainda sobre as drogas ilícitas, foi realizado o gráfico 25 para demonstrar o quantitativo de drogas ilícitas por usuário, sendo verificado que 32 (80,33%) dos usuários utilizaram apenas uma droga ilícita, 11 (18,03%) utilizaram duas drogas ilícitas diferentes e 01 (1,64%) utilizou três ou mais tipos de drogas ilícitas.

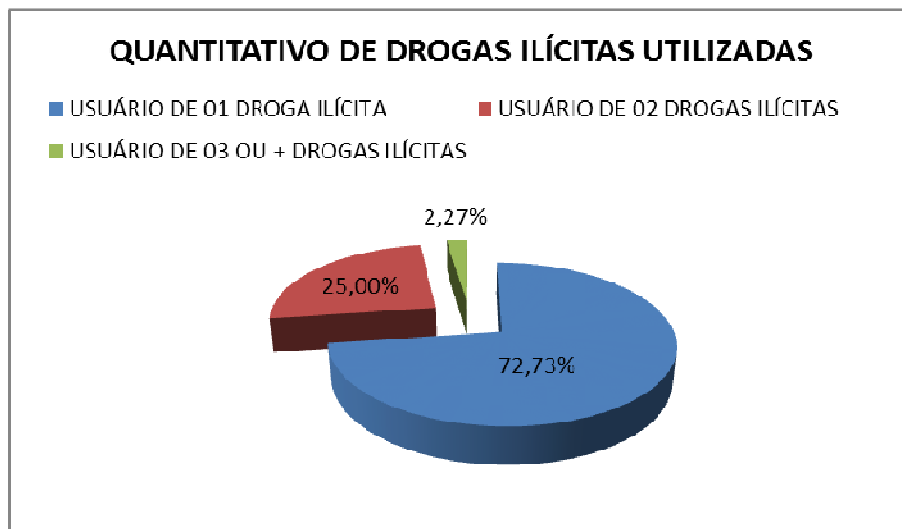


Gráfico 25- Quantitativo de uso de drogas ilícitas pela amostra de usuários
Fonte: Elaboração própria

O gráfico 26 nos apresenta o quantitativo de usuários de drogas ilícitas relacionado ao uso de álcool por parte desses. Assim sendo, dos 44 respondentes que realizaram algum tipo de droga ilícita no Município de Castelo, 41 (93,18%) já utilizaram álcool ou seus derivados e 03 (6,56%) nunca o utilizaram.

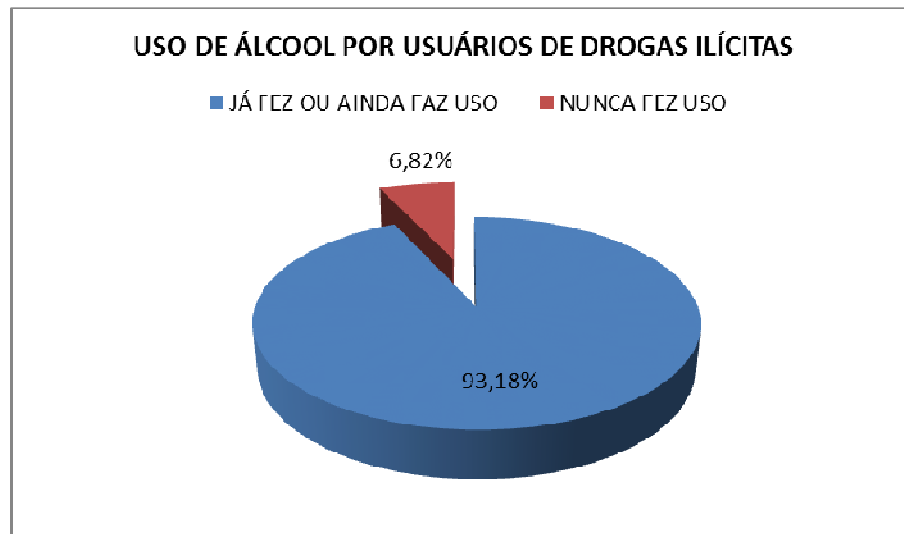


Gráfico 26- Uso de álcool por parte dos usuários de drogas ilícitas
Fonte: Elaboração própria

De modo semelhante, o gráfico 27 relacionará os usuários de drogas ilícitas com o uso do tabaco. Foi verificado que enquanto 27 (61,36%) dos respondentes já utilizaram o tabaco, apenas 17 (38,64%) não o utilizaram. Salienta-se nesse quesito o grande quantitativo de uso de tabaco por parte dos usuários de drogas ilícitas, 47,17% a mais do que o apresentado pela amostra geral de estudantes, podendo ser explicado, em parte, por ser a maconha como principal droga ilícita relatada em volume de uso.

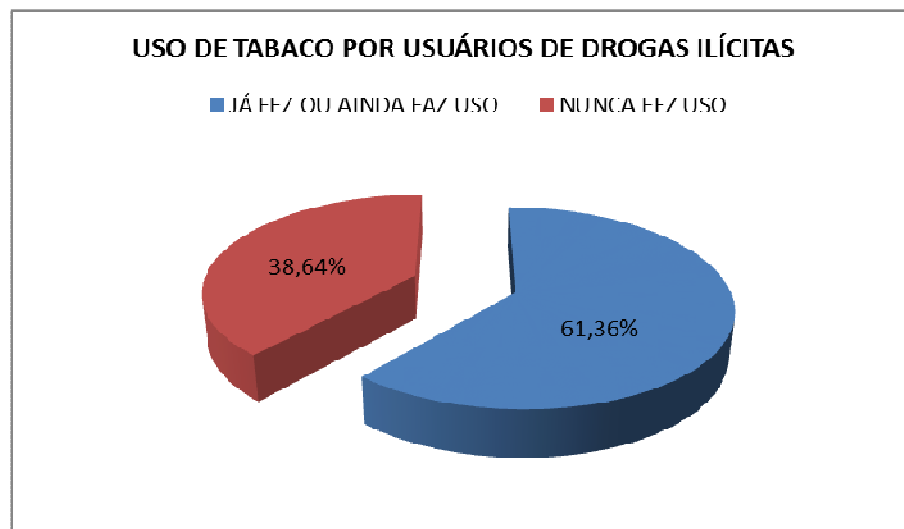


Gráfico 27- Uso de tabaco por usuários de drogas ilícitas
Fonte: Elaboração própria

Os gráficos 28 e 29 buscaram levantar se o período de uso do tabaco ocorreu antes, no mesmo ano, depois ou nem ocorreu entre os usuários de maconha e crack respectivamente, considerando a primeira vez de ambas as drogas.

Assim, foi contabilizado um total de 18 (45%) respondentes que utilizaram o tabaco antes da maconha, 05 (12,5%) que utilizaram no mesmo ano, 02 (5%) que utilizaram depois e 15 (37,5%) que não utilizaram o tabaco em momento algum (gráfico 28).

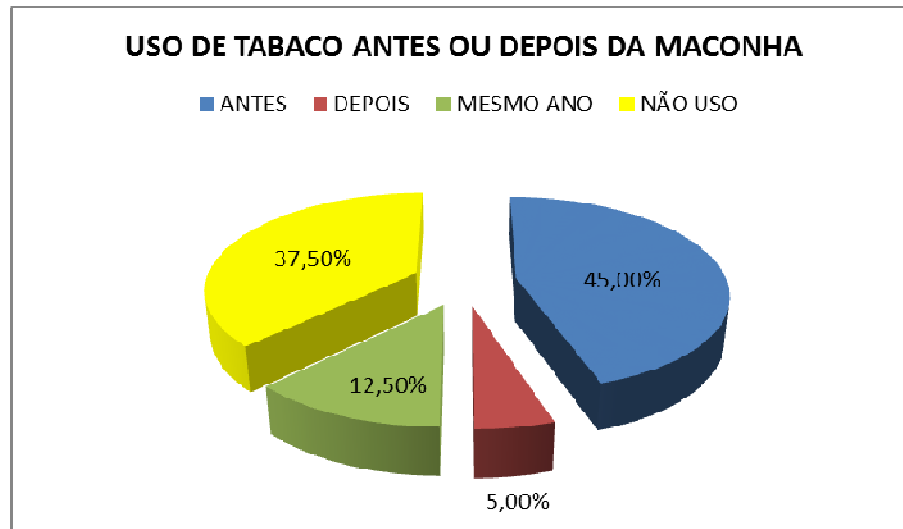


Gráfico 28- Relação entre o tabaco e a maconha no que tange a questão tempo entre os usuários de maconha

Fonte: Elaboração própria

Relacionado ao crack, o tabaco foi utilizado por 04 (66,67%) respondentes anteriormente à essa droga, 01 (16,67%) no mesmo período e 01 (16,67%) posteriormente. Não houve entre os 06 usuários de crack algum que relatasse o não uso de tabaco (gráfico 29).

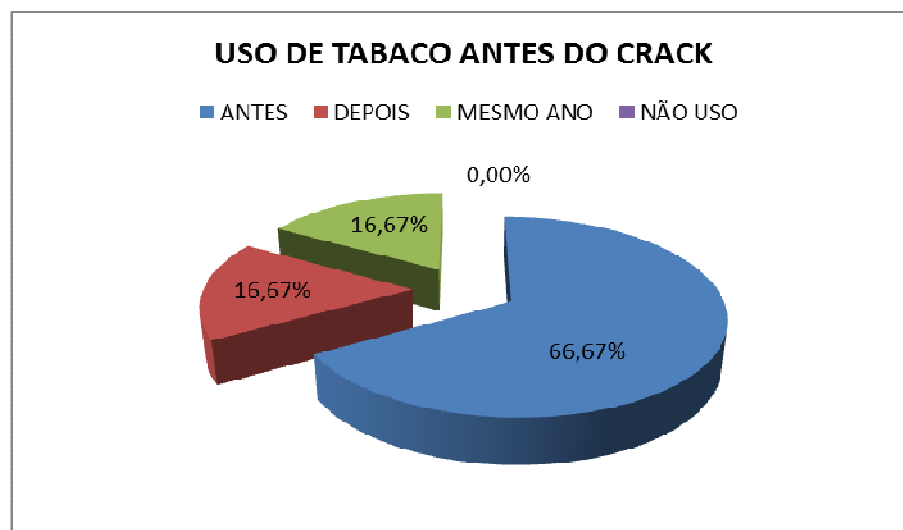


Gráfico 29- Relação entre o tabaco e o crack no que tange a questão tempo entre os usuários de crack

Fonte: Elaboração própria

Dessa forma, na realidade dos jovens de Castelo, o consumo de tabaco demonstrou estar ligado de forma anterior temporalmente ao de crack, não sendo possível afirmar tal situação em comparação ao uso da maconha.

4.2 CONSUMO DE DROGAS: O USO POR GÊNERO E POR GRAU DE ESCOLARIDADE

Na presente seção será apresentado o consumo de drogas lícitas e ilícitas por gênero e por grau de escolaridade.

4.2.1 O consumo de drogas por gênero

Por meio das tabelas 13 e 14, visualizamos o consumo de cada tipo de droga específico por gênero, sendo que a tabela 13 apresenta os números absolutos e a tabela 14 os números percentuais.

Tabela 13- Consumo de drogas por gêneros, em números absolutos

Relação Drogas X Usuários por Gênero	Estudantes		Uso na Vida		Uso últimos 12 meses		Uso últimos 30 dias	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Álcool			136	126	130	110	103	57
Tabaco			21	22	16	17	7	8
Maconha			20	20	9	18	4	6
Cocaína			1	0	1	0	0	0
Crack	149	154	5	1	1	1	1	0
Êxtase			1	2	1	1	0	1
Ansiolíticos			2	3	2	2	2	1
Anabolizantes			10	7	9	5	5	4
Outra droga			0	4	0	1	0	0

Fonte: Elaboração própria

Assim, é possível perceber que o consumo proporcional, em alguma vez na vida, de álcool, maconha, cocaína, crack e anabolizante por parte de homens é maior que os apontados pelo sexo feminino. Já as substâncias tabaco, êxtase, ansiolíticos e outras drogas foram verificados um maior consumo pelo gênero feminino em detrimento ao masculino. Vale ressaltar que o consumo na vida de quase todas as substâncias psicoativas encontram-se muito parecido quando comparado ao uso por gêneros, com exceção ao álcool, ao crack e ao anabolizante.

Já ao comparar o consumo narrado anteriormente nos últimos 30 dias, percebe-se uma grande diferença por gênero no uso de álcool, visto que quase 70% dos homens utilizaram tal substância recentemente, enquanto para o sexo feminino os valores são de 37%.

Tabela 14- Consumo de drogas por gêneros, em números proporcionais

Drogas X Gênero	Estudantes		Uso na Vida		Uso nos últimos 12 meses		Uso nos últimos 30 dias	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Álcool			91,28	81,82	87,25	71,43	69,13	37,01
Tabaco			14,09	14,29	10,74	11,04	4,70	5,19
Maconha			13,42	12,99	6,04	11,69	2,68	3,90
Cocaína			0,67	0,00	0,67	0,00	0,00	0,00
Crack	149	154	3,36	0,65	0,67	0,65	0,67	0,00
Êxtase			0,67	1,30	0,67	0,65	0,00	0,65
Ansiolíticos			1,34	1,95	1,34	1,30	1,34	0,65
Anabolizantes			6,71	4,55	6,04	3,25	3,36	2,60
Outra droga			0,00	2,60	0,00	0,65	0,00	0,00

Fonte: Elaboração própria

Outro ponto que chama atenção é o fato do consumo recente de ansiolíticos por parte do sexo masculino ter ultrapassado ao do sexo feminino, demonstrando uma realidade em Castelo diferente ao apontada em outras regiões, visto as pesquisas desenvolvidas por outros autores.

4.2.2 O consumo de drogas por grau de escolaridade

Por meio das tabelas 15 e 16, visualizamos o consumo de cada tipo de droga específico por grau de escolaridade, sendo que a tabela 15 apresenta os números absolutos e a tabela 16 os números percentuais.

Tabela 15- Consumo de drogas por grau de escolaridade, em números absolutos

Drogas X escolaridade	Uso na Vida				Uso nos últimos 12 meses				Uso nos últimos 30 dias			
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
Álcool	101	74	70	17	93	70	62	15	54	47	47	12
Tabaco	12	15	10	6	11	12	7	3	6	5	2	2
Maconha	13	14	9	4	11	9	6	1	4	4	2	0
Cocaína	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Crack	1	2	2	1	1	0	1	0	1	0	0	0
Êxtase	0	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	1
Ansiolíticos	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	0	1
Anabolizantes	4	4	8	1	4	3	6	1	3	2	4	0
Outra droga	1	2	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria

Nesse quesito de consumo de drogas por grau de escolaridade, são percebidos alguns aspectos interessantes, dentre eles um consumo elevado de álcool em todos os anos; um consumo decadente de tabaco, que demonstra uma redução praticamente constante; um consumo na

vida de maconha alto, entretanto que tal substância ultimamente vem sofrendo uma grande redução de seu uso, sobretudo pelos alunos do 4º ano, os quais são os maiores utilizadores em uma vez na vida e, ao verificar o uso nos últimos 30 dias, tal ação não foi constatada; embora o uso de crack e de outras drogas na vida seja pequeno, tal situação ainda diminui, chegando a praticamente 0 o consumo dessas substâncias em todos os níveis escolares; um consumo de êxtase e ansiolíticos específicos para um determinado grupo apenas, no caso o 4º ano do ensino médio; um consumo de anabolizante concentrado principalmente pelos estudantes do 3º ano do ensino médio.

Tabela 16- Consumo de drogas por grau de escolaridade, em números percentuais

Drogas X escolaridade	Uso na Vida				Uso nos últimos 12 meses				Uso nos últimos 30 dias			
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
Álcool	90,99	75,51	93,33	89,47	83,78	71,43	82,67	78,95	48,65	47,96	62,67	63,16
Tabaco	10,81	15,31	13,33	31,58	9,91	12,24	9,33	15,79	5,41	5,10	2,67	10,53
Maconha	11,71	14,29	12,00	21,05	9,91	9,18	8,00	5,26	3,60	4,08	2,67	0,00
Cocaína	0,00	1,02	0,00	0,00	0,00	1,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Crack	0,90	2,04	2,67	5,26	0,90	0,00	1,33	0,00	0,90	0,00	0,00	0,00
Êxtase	0,00	1,02	1,33	5,26	0,00	1,02	0,00	5,26	0,00	0,00	0,00	5,26
Ansiolíticos	0,90	1,02	2,67	5,26	0,90	1,02	1,33	5,26	0,90	1,02	0,00	5,26
Anabolizantes	3,60	4,08	10,67	5,26	3,60	3,06	8,00	5,26	2,70	2,04	5,33	0,00
Outra droga	0,90	2,04	1,33	0,00	0,00	1,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração própria

4.3 PERFIL DOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA: AMOSTRA GERAL, USUÁRIOS DE DROGAS ILÍCITAS E NÃO USUÁRIOS DE DROGAS

Na presente seção será apresentado o perfil dos pesquisados, sendo que para uma melhor compreensão, dividiremos em 04 subseções, a saber: o perfil da amostra geral da pesquisa; o perfil dos usuários de drogas ilícitas; o perfil dos não usuários de drogas e a tabela resumo dos perfis dos envolvidos na pesquisa.

4.3.1 Caracterização geral dos estudantes

Nessa subseção serão apresentadas as características gerais da amostra pesquisada no presente estudo.

Dos alunos que foram submetidos à aplicação do questionário, verifica-se, pelo gráfico 30, que 149 são do sexo masculino e 154 são do sexo feminino.

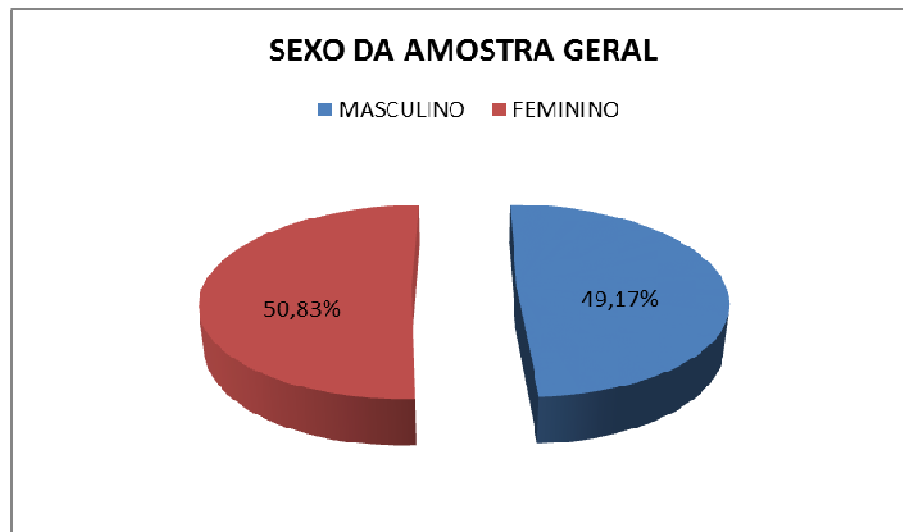


Gráfico 30- Sexo da amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

No que tange à religiosidade, o gráfico 31 demonstra que dos 303 respondentes, 265 são católicos, representando aproximadamente 87,46% do total, sendo importante salientar que apenas 07 (2,31%) alunos responderam que não possuem religião.

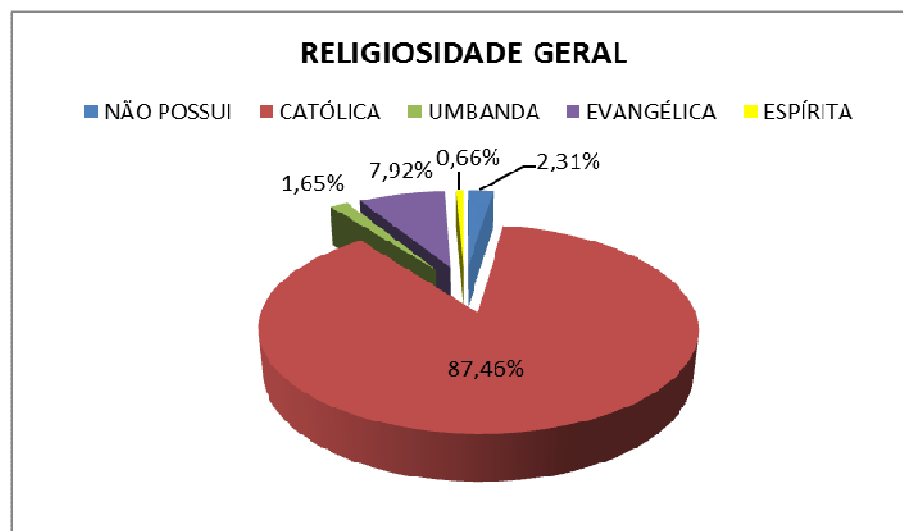


Gráfico 31- Religiosidade da amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

Já com relação à prática de sua religião, no gráfico 32, 166 (54,79%) responderam que frequentam regularmente sua religião e 130 (42,9%) afirmaram que frequentam às vezes sua religião, restando apenas 07 (2,31%) que não frequentam qualquer religião. Tal estatística demonstra uma grande religiosidade por parte dos respondentes.

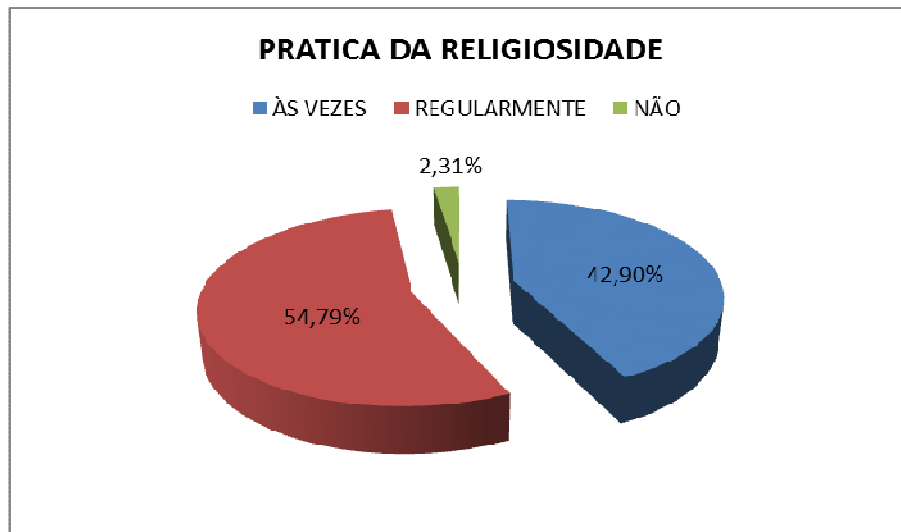


Gráfico 32- Prática da religiosidade pela amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

No gráfico 33, quanto à escolaridade do chefe da família, 17 (5,61%) responderam ser analfabeto ou primário incompleto, 23 (7,59%) primário completo ou Fundamental incompleto, 32 (10,56%) fundamental completo ou ensino médio incompleto, 176 (58,09%) ensino médio completo ou superior incompleto, 29 (9,57%) superior completo ou mais, e 26 (8,58%) não sabem. Assim, percebe-se uma baixa formação dos chefes de famílias no Município de Castelo.

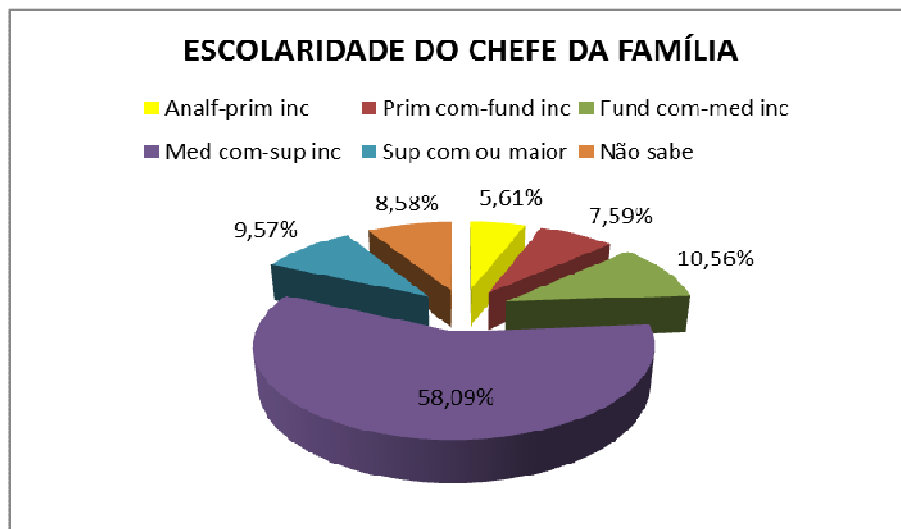


Gráfico 33- Escolaridade do chefe de família da amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

No gráfico 34, quanto à raça, a esmagadora maioria relata ser branca, com 287 respostas, correspondendo a aproximadamente 95%. Complementam tais respostas 07 (2,31%) negros e 09 (2,97%) pardos/mulatos.

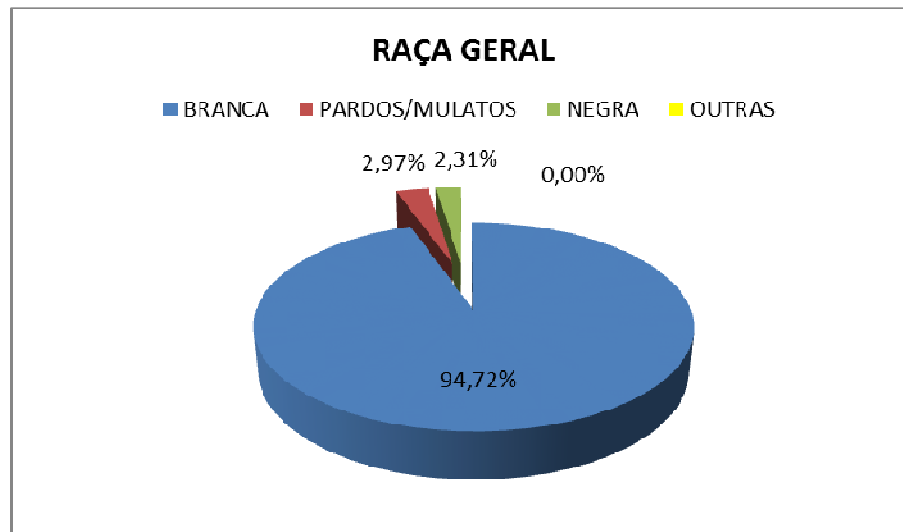


Gráfico 34- Raça da amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

No gráfico 35, quanto ao estado civil, 297 (98,02%) são solteiros e 06 (1,98%) são casados ou moram junto com sua companheira(o), não tendo sido verificado viúvos ou separado/divorciado.

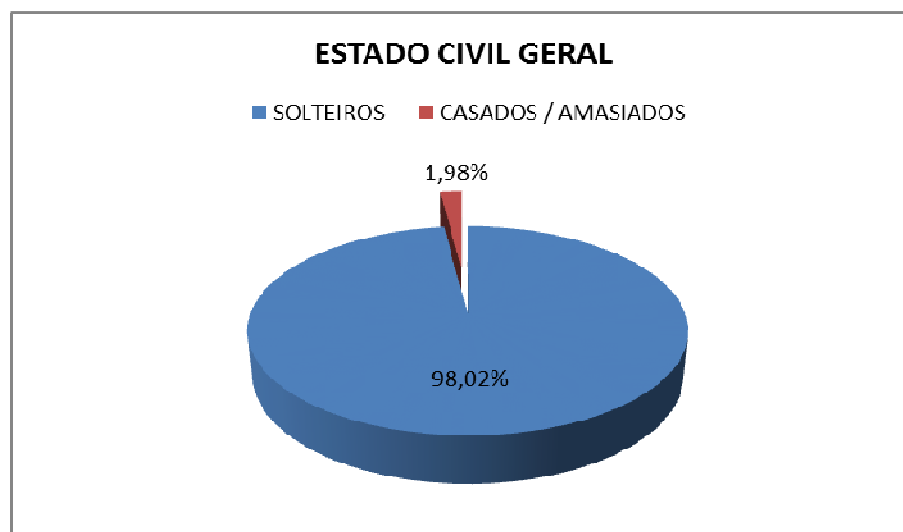


Gráfico 35- Estado civil da amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

No gráfico 36, quanto a possuir filhos, 295 (97,36%) disseram não ser pai ou mãe, sendo que 08 (2,64%) responderam positivamente ao quesito, sendo que apenas um dos respondentes possui mais de 18 anos.

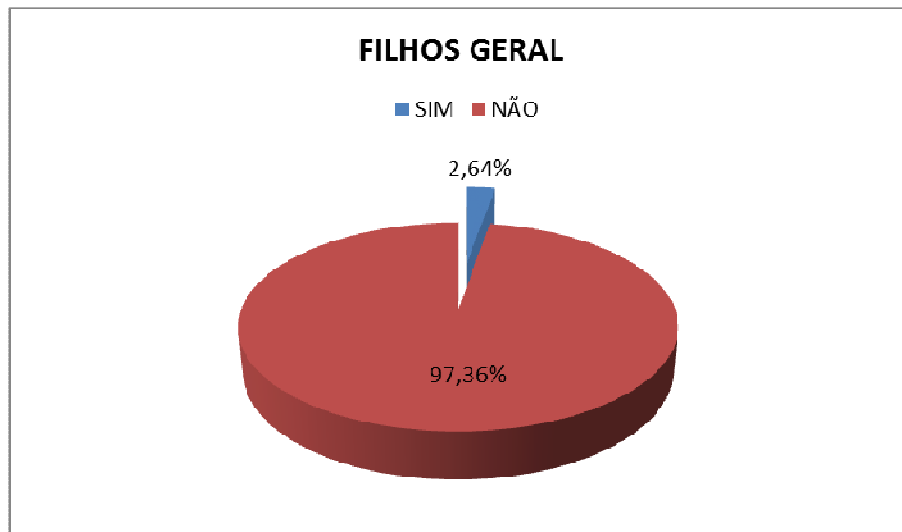


Gráfico 36- Resposta da amostra em geral se são pai ou mãe
Fonte: Elaboração própria

Já no gráfico 37, perguntados com quem moram atualmente, 293 (96,7%) responderam com os pais, 02 (0,66%) com o cônjuge, 01 (0,33%) com amigos e 07 (2,31%) em república. Não houve resposta com os filhos ou sozinho. Tal proximidade física entre os adolescentes e jovens da família demonstra mais uma vez a importância dessa instituição como fator protetor ou de risco no que tange ao uso de drogas por parte dos jovens e adolescentes.

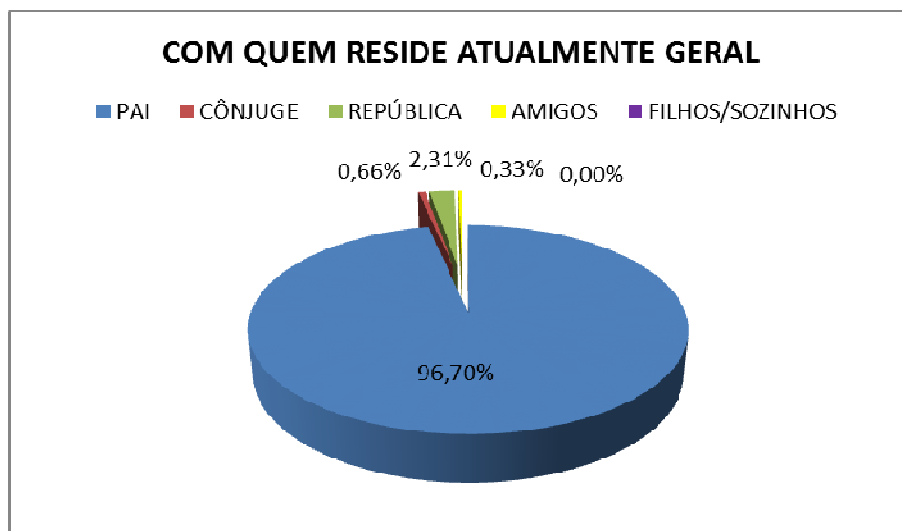


Gráfico 37- Com quem reside atualmente a amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

Com relação à atividade remunerada, no gráfico 38, 293 (96,7%) não realizam tal serviço, 10 (3,3%) trabalham em regime de 20 horas semanais e ninguém trabalha em tempo integral, ou seja, 40 horas semanais.

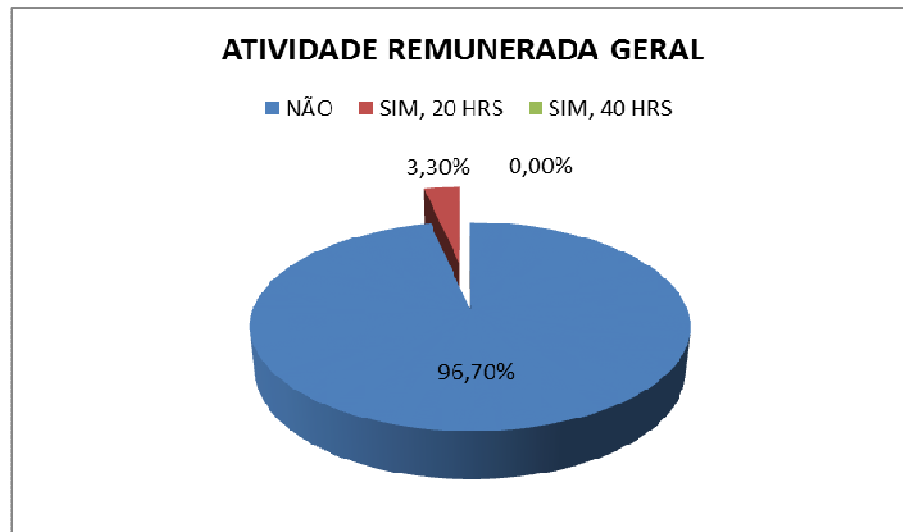


Gráfico 38- Exercício de atividade remunerada pela amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

Quanto à carteira de habilitação, o gráfico 39 demonstra que nenhum dos alunos a possui.



Gráfico 39- Carteira de habilitação pela amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

Dentre as atividades extraescolares realizadas pelos alunos, visualizadas pelo gráfico 40, algumas se apresentam bastante realizadas, dentre elas a prática de esportes (276 respondentes/91%), assistir TV/DVD (302 respondentes/99,66%), jogos de computador (227 respondentes/74,9%), internet (247 respondentes/81,5%) e outros hobbies (303 respondentes/100%). Entretanto, ao verificar atividades extras relacionadas ao estudo, verifica-se um número muito baixo, dentre elas participação em Grêmios ou diretórios acadêmicos (06 respondentes/2%), projetos desenvolvidos na escola (33 respondentes/10,9%) e estudos extras (16 respondentes/5,3%), bem como atividades extras relacionadas ao

trabalho, dentre elas trabalho voluntário (02 respondentes/0,66%) e trabalho remunerado (10 respondentes/3,3%).



Gráfico 40- Atividades exercidas fora da escola pela amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

O gráfico 41 nos apresenta a relação de respondentes comparados a seu último ano letivo, sendo que 278 (91,45%) foram aprovados direto, 24 (7,89%) foram aprovados realizando a recuperação, 01 (0,3%) ficou de dependência e nenhum aluno foi reprovado. Tal rendimento escolar minimiza a possibilidade de que haja egressos por reprovações no Município.

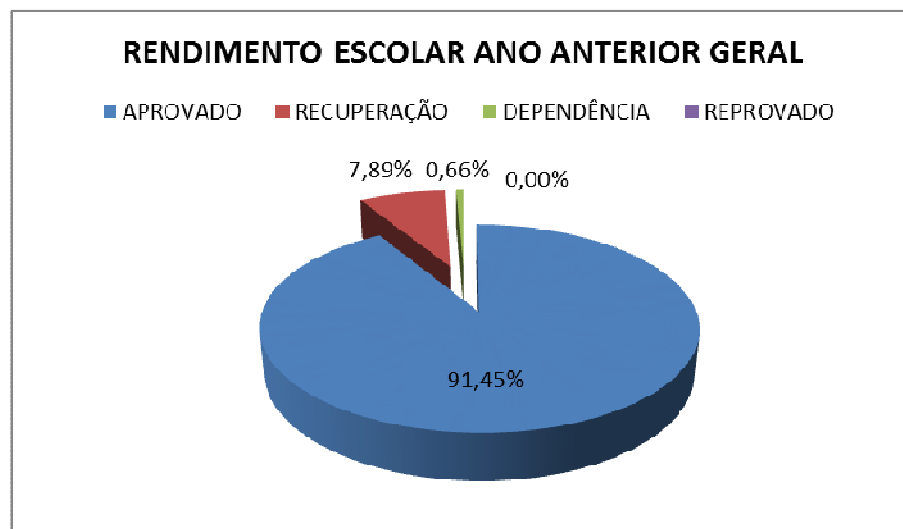


Gráfico 41- Rendimento escolar da amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

No gráfico 42 é exibida uma relação da classe socioeconômica da família dos alunos, de acordo com algumas de suas respostas sobre o que possuem. Assim, foi verificado 05 (1,65%) famílias na classe A2, 08 (2,64%) na B1, 49 (16,17%) na B2, 152 (50,17%) na C1, 75

(24,75%) na C2, 14 (4,62%) na D e não foram verificadas famílias nas classes A1 e E. É importante salientar que nesse quesito foi utilizado o modelo CCEB 2014, de base LSE 2012, da ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, pelo qual é atribuídos valores aos bens que a família possui dentro de sua residência (TV, Rádio, freezer, etc), acrescido de valores estabelecidos para o grau de instrução do chefe de família. De acordo com as posses, é realizada uma pontuação para cada família, a qual é situada em uma classe socioeconômica, indo da A1 (mais rica), até a E (mais pobre), passando pela A2, B1, B2, C1, C2 e D.

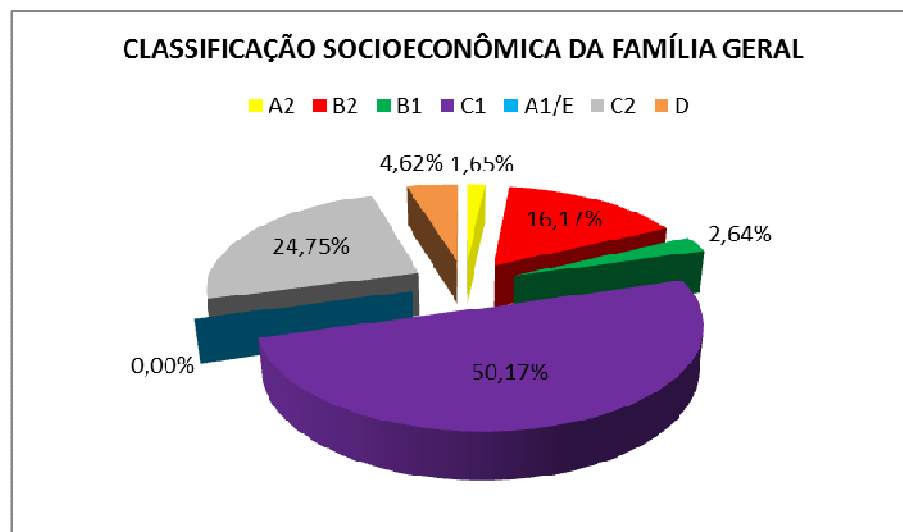


Gráfico 42- Classificação socioeconômica das famílias da amostra em geral
Fonte: Elaboração própria

4.3.2 Caracterização dos usuários de drogas ilícitas

Nessa subseção serão apresentadas as características gerais da população de usuários de drogas ilícitas verificadas no presente estudo.

Dos alunos que foram submetidos à aplicação do questionário, 44 relataram serem usuários ou já terem realizado uso de drogas ilícitas. Assim, verifica-se, pelo gráfico 43, que 20 (45,45%) são do sexo masculino e 24 (54,55%) são do sexo feminino, contradizendo o pensamento comum de que o uso de drogas ilícitas prevaleça entre o sexo masculino, inclusive, ao ser analisado proporcionalmente esse quantitativo, há 1 usuária de droga ilícita a cada 6,42 mulheres que responderam o questionário, enquanto tal relação para o sexo masculino é de 1 para 7,45.

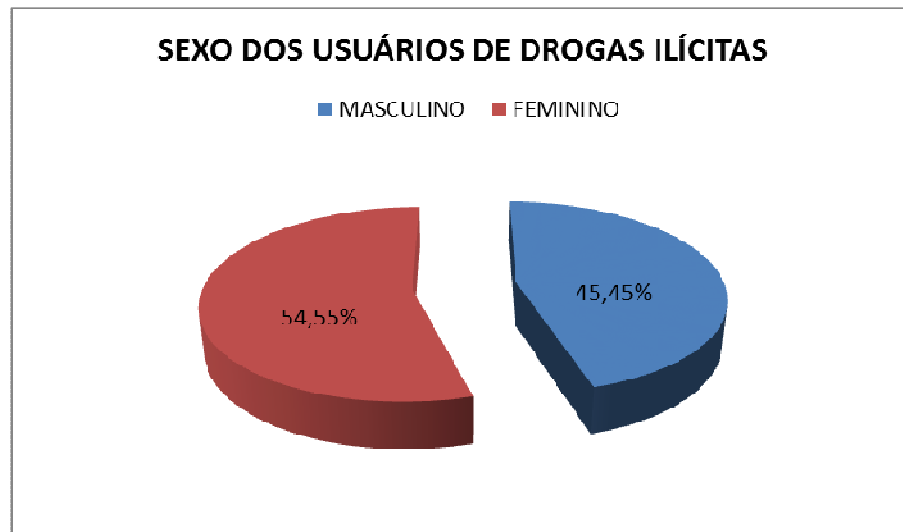


Gráfico 43- Sexo dos usuários de drogas ilícitas

Fonte: Elaboração própria

No que tange à religiosidade, o gráfico 44 demonstra que dos 44 usuários de drogas ilícitas, 37 (84,09%) são católicos, 05 (11,36%) são evangélicos, 02 (4,55%) frequentam a umbanda e nenhum dos respondentes relatou não possuir uma religião ou ser espírita. Entretanto, ao verificar proporcionalmente o número de usuários de cada religião pelo número de respondentes, verificamos uma distorção quanto aos números anteriormente apresentados, pois, embora a religião católica tenha apresentado o maior número absoluto de respondentes que fizeram uso de drogas ilícitas, há 1 usuário de droga a cada 7,16 respondentes, enquanto essa mesma proporção para a umbanda, que apresentou o menor número absoluto de usuários, é de 1 para cada 2,5 respondentes.

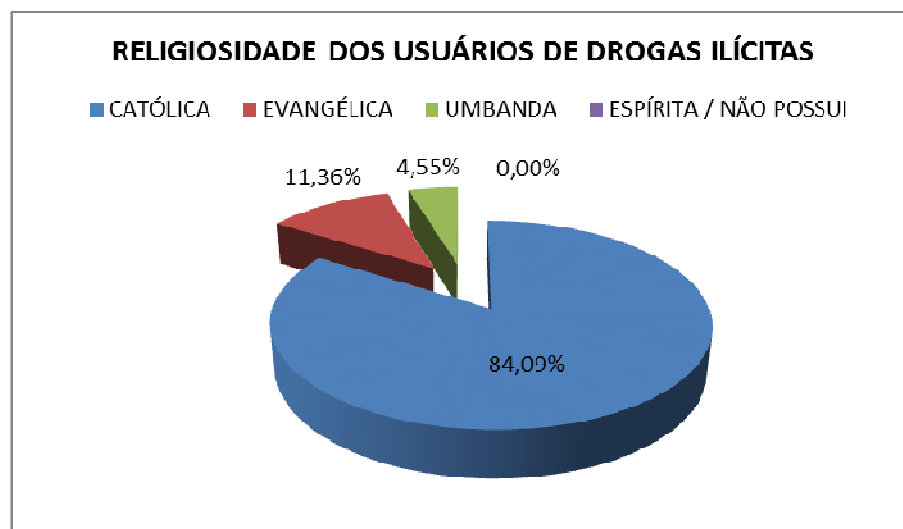


Gráfico 44- Religiosidade dos usuários de drogas ilícitas

Fonte: Elaboração própria

Já com relação à prática de sua religião, gráfico 45, 23 (52,27%) responderam que frequentam regularmente sua religião, 21 (47,73%) frequentam às vezes sua religião e não foi verificada qualquer resposta que não frequenta ou possui qualquer religião.

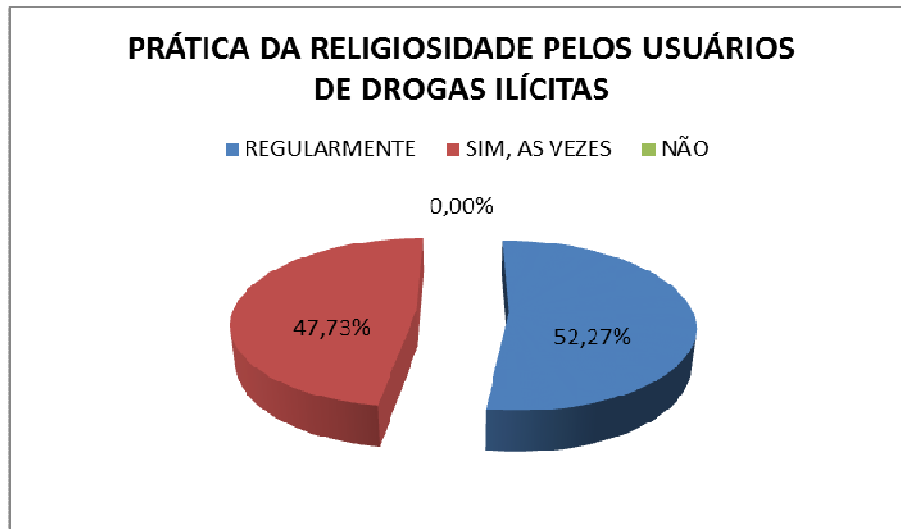


Gráfico 45- Prática religiosa pelos usuários de drogas ilícitas
Fonte: Elaboração própria

O contexto religioso apresentado anteriormente demonstra uma grande religiosidade por parte dos usuários de drogas ilícitas em Castelo e, mais uma vez, para a realidade de Castelo, tal situação vai de encontro ao imaginário comum no qual a religião seria utilizada como um fator de proteção.

No gráfico 46, quanto à escolaridade do chefe da família, 01 (2,27%) respondeu ser analfabeto ou primário incompleto, 03 (6,82%) primário completo ou Fundamental incompleto, 05 (11,36%) fundamental completo ou ensino médio incompleto, 29 (65,91%) ensino médio completo ou superior incompleto, 03 (6,82%) superior completo ou formação maior e 03 (6,82%) não sabem.

Pelos dados anteriores, mais uma vez é percebida uma diferença entre a realidade do Município de Castelo e o senso comum, sendo que, no imaginário da maioria, o uso de drogas ilícitas perpetua-se em maior quantidade em famílias com baixa formação, principalmente pela falta de conhecimento sobre o tema.

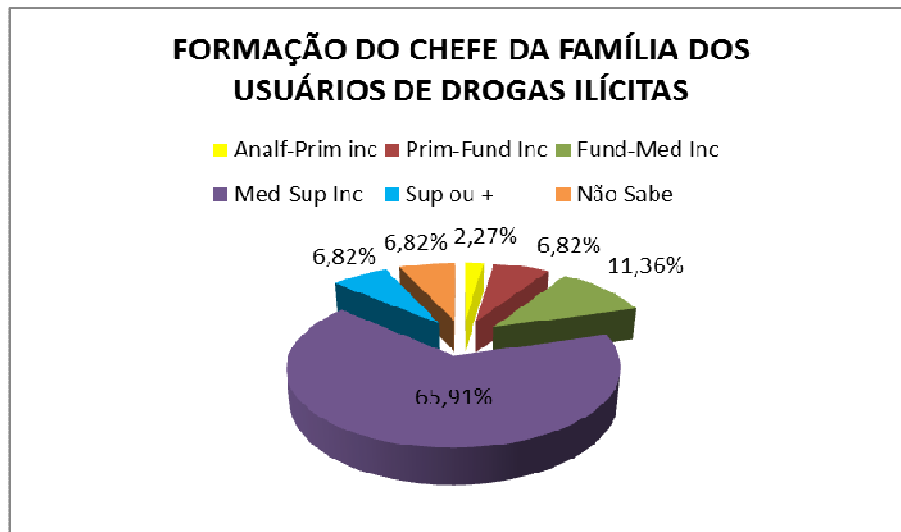


Gráfico 46- Formação do chefe de família dos usuários de drogas ilícitas
Fonte: Elaboração própria

No gráfico 47, quanto à raça dos usuários de drogas ilícitas, notamos que 43 (97,73%) relatam ser brancos e apenas 01 (2,27%) relata ser pardo ou mulato, não sendo encontrados outros indivíduos de outras raças que façam uso de drogas ilícitas.

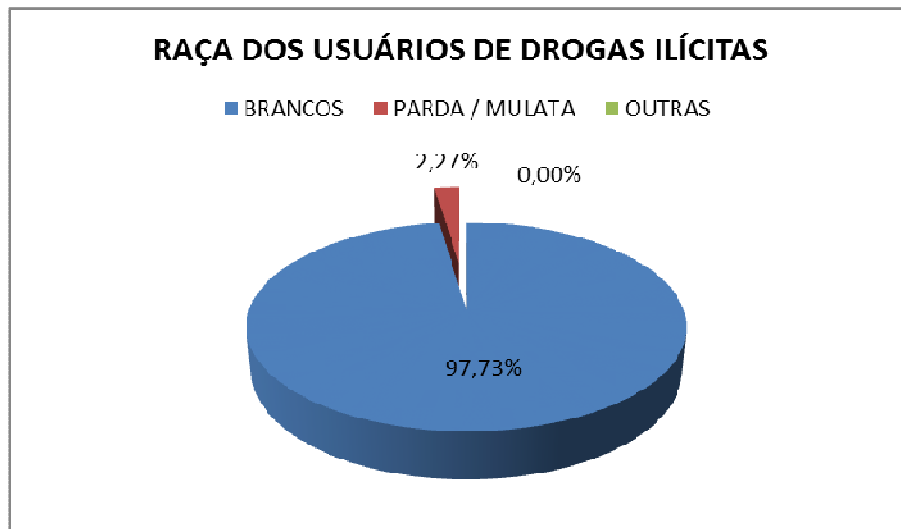


Gráfico 47- Raça dos usuários de drogas ilícitas
Fonte: Elaboração própria

No gráfico 48, quanto ao estado civil, 44 (100%) dos usuários de drogas ilícitas são solteiros.



Gráfico 48- Estado civil dos usuários de drogas ilícitas
Fonte: Elaboração própria

No gráfico 49, quanto a possuir filhos, 43 (97,73%) disseram não ser pai ou mãe, sendo que 01 (2,27%) respondeu positivamente ao quesito.

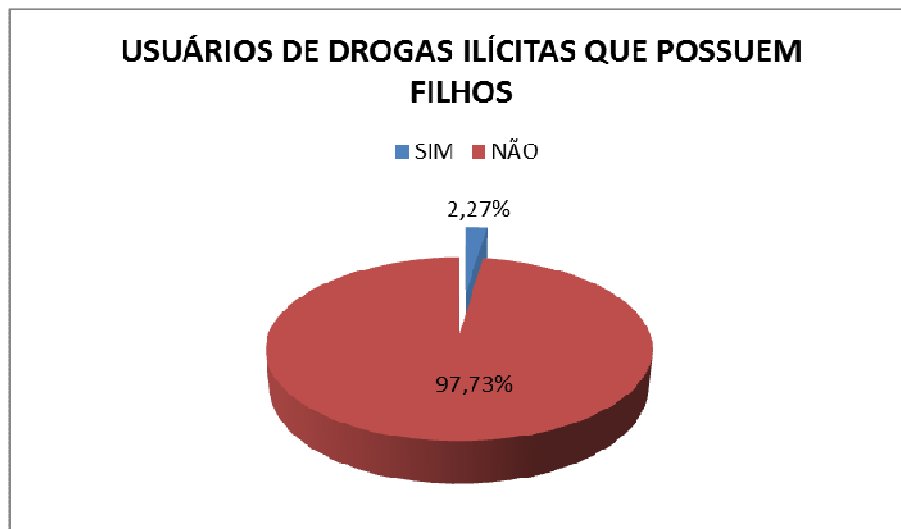


Gráfico 49- Usuários de drogas ilícitas que possuem filhos
Fonte: Elaboração própria

Já no gráfico 50, perguntados com quem moram atualmente, 38 (86,36%) responderam com os pais, 05 (11,36%) em república e 01 (2,27%) com amigos. Não houve resposta com o cônjuge, com os filhos ou sozinho. Nessa questão é importante salientar que somente a análise dos números absolutos não é possível compreender o cenário, visto que, embora o número de jovens usuários de drogas que residam com os pais seja maior, proporcionalmente ele é muito menor do que os que moram em república e com amigos. Para melhor ser entendido, há 1 jovem que já utilizou droga ilícita para cada 7,71 estudantes que moram com os pais,

enquanto essa proporção é de 1 para cada 1,4 que reside em república e de 1 para 1 entre os que moram com os amigos, demonstrando, mais uma vez, a importância do controle e da fiscalização dos pais para com os seus filhos, sendo tal atitude dificultada quando ocorre a saída de casa por parte dos jovens.

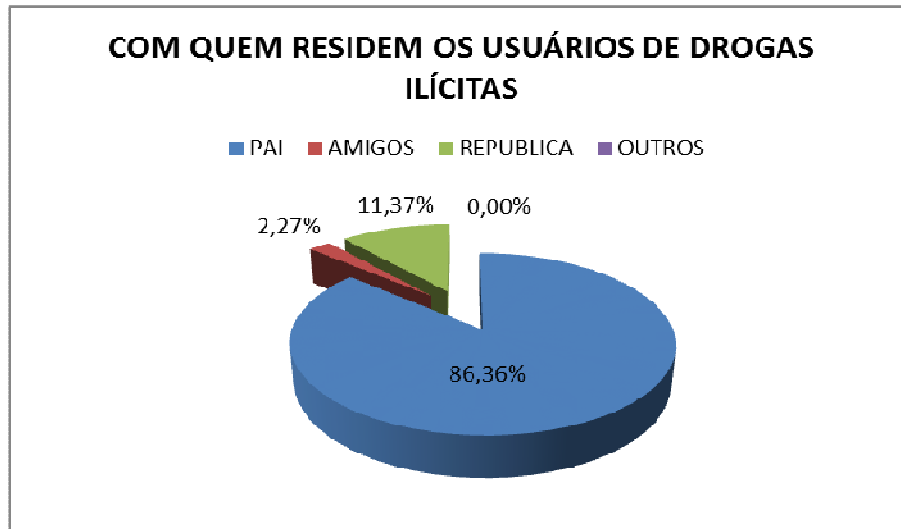


Gráfico 50- Com quem reside os usuários de drogas ilícitas
Fonte: Elaboração própria

Com relação à atividade remunerada, no gráfico 51, 44 (100%) não realizam tal serviço, não sendo encontrados respondentes que trabalhem em tempo integral ou parcial, ou seja, 40 horas e 20 horas semanais respectivamente.



Gráfico 51- Atividade remunerada por parte dos usuários de drogas ilícitas
Fonte: Elaboração própria

Dentre as atividades extraescolares realizadas pelos alunos que já realizaram drogas ilícitas, visualizadas pelo gráfico 52, algumas se apresentam bastante realizadas, dentre elas a prática

de assistir TV/DVD (44 respondentes/100%), outros hobbies (44 respondentes/100%), o acesso à internet para passa tempo (38 respondentes/86,36%), a prática de esportes (37 respondentes/84,09%) e de jogos de computador (36 respondentes/81,82%). Entretanto, ao verificar atividades extras relacionadas ao estudo e relacionadas ao trabalho, verifica-se um número muito baixo, dentre elas projetos desenvolvidos na escola (02 respondentes/4,55%), estudos extras (05 respondentes/11,36%), não sendo verificado qualquer respondente que participe de um grêmio ou diretório acadêmico ou realize trabalho remunerado ou voluntário.

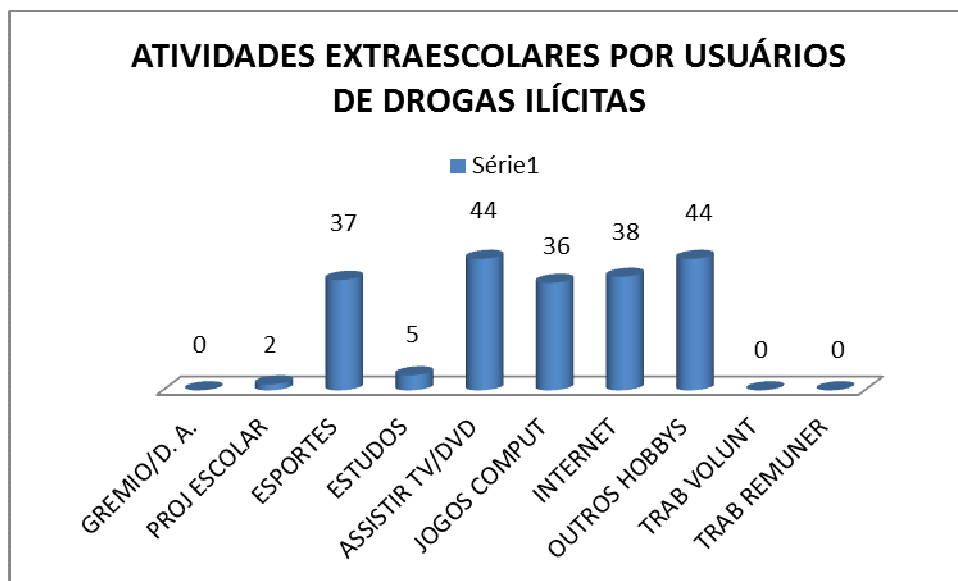


Gráfico 52- Atividades extraescolares praticadas pelos usuários de drogas ilícitas
Fonte: Elaboração própria

O gráfico 53 nos proporciona a compreensão do rendimento escolar dos usuários de drogas ilícitas no último ano letivo, sendo que 33 (75%) foram aprovados de forma direta e 11 (25%) foram aprovados realizando a recuperação, não sendo visualizado nenhum aluno reprovado ou que tenha ficado de dependência. Mais uma vez cabe aqui relatar a discrepância dos números absolutos, pois, ao ser verificado proporcionalmente, o número de jovens que ficaram para recuperação é aproximadamente 4 vezes maior, pois enquanto há 1 usuário de droga a cada 8,42 aprovados direto, no grupo dos que passaram por meio da recuperação essa proporção é de 1 para cada 2,18.

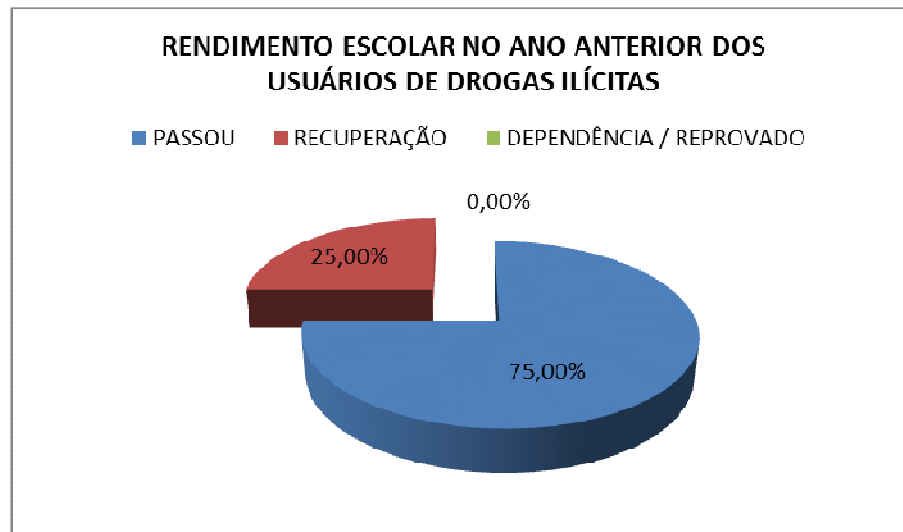


Gráfico 53- Rendimento Escolar dos usuários de drogas ilícitas
Fonte: Elaboração própria

No gráfico 54 é apresentada uma relação da classe socioeconômica da família dos alunos que utilizaram algum tipo ou mais de uma droga ilícita, de acordo com algumas de suas respostas sobre o que possuem. Assim, foram verificadas 02 (4,55%) famílias na B1, 07 (15,91%) na B2, 22 (50%) na C1, 08 (18,18%) na C2 e 05 (11,36%) na D. Não foram verificadas famílias nas classes A1, A2 e E.

Nesse quesito é verificada uma grande desproporcionalidade de usuários entre as classes socioeconômicas, visto que, enquanto é verificado 1 usuário de droga ilícita para cada 24,5 respondentes na classe B1, na classe B2 há 1 usuário para cada 1,14 respondente, dando uma diferença entre ambos de 21,5 vezes.

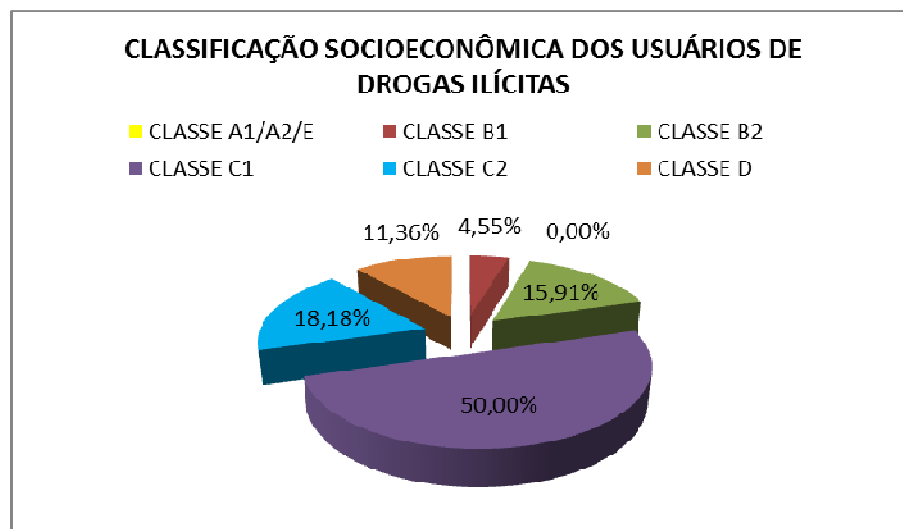


Gráfico 54- Classificação socioeconômica das famílias dos usuários de drogas ilícitas
Fonte: Elaboração própria

4.3.3 Caracterização dos estudantes não usuários de drogas

Nessa subseção serão apresentadas as características gerais dos estudantes que não utilizaram nenhum tipo de droga lícita ou ilícita, podendo, por meio dessa análise, ser verificados fatores de proteção.

Embora o uso de drogas ilícitas deu-se em sua maioria entre as mulheres, verificou-se também ser esse gênero a maioria entre os não usuários de qualquer tipo de drogas, conforme gráfico 55, sendo 10 (29,41%) do sexo masculino e 24 (70,59%) do sexo feminino. Relacionando a proporção de não usuárias de drogas com o total de respondentes femininas, a cada 6,42 mulheres, 01 não utilizou nenhum tipo de droga, sendo que para o sexo masculino essa proporção é de 1 não usuário para cada 14,9 respondentes.

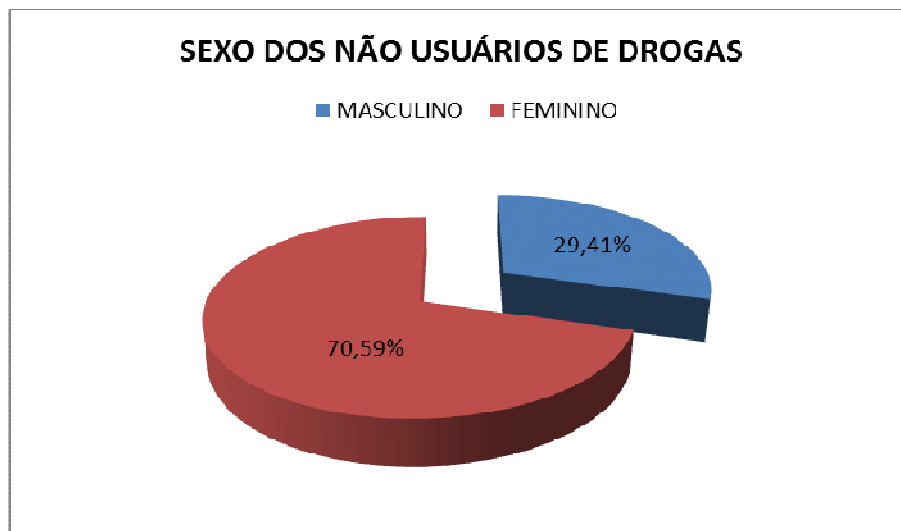


Gráfico 55- Sexo dos não usuários de drogas lícitas e ilícitas
Fonte: Elaboração própria

No que tange à religiosidade, o gráfico 56 demonstra que dos 34 não usuários de drogas, 26 (76,47%) são católicos, 06 (17,65%) são evangélicos e 02 (5,88%) não possuem qualquer religião, não tendo jovens que participem da umbanda e espírita que não tenha realizado uso de algum tipo de droga. Com relação à proporção de não usuários e o total de respondentes em cada religião, percebe-se 1 jovem que não utiliza droga a cada 3,5 sem religião, sendo que essa proporção para os evangélicos é de 1 para 4 e para os católicos de 1 para 10,19.

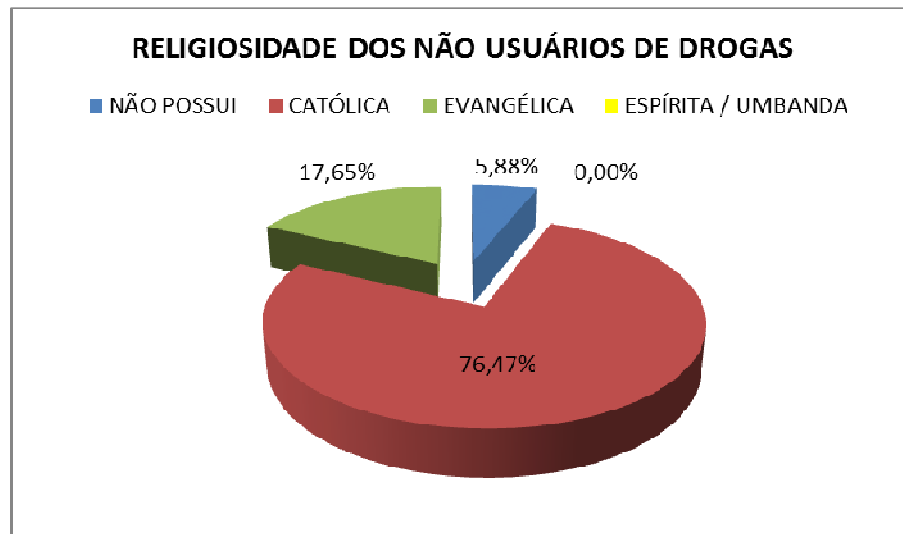


Gráfico 56- Religiosidade dos não usuários de drogas lícitas e ilícitas
Fonte: Elaboração própria

Já com relação à prática de sua religião, gráfico 57, 24 (70,59%) responderam que frequentam regularmente sua religião, 08 (23,53%) frequentam às vezes sua religião e 02 (5,88%) não frequentam qualquer tipo de religião. Tal estatística cria um impasse sobre a prática da religiosidade como um fator de proteção, visto que os indivíduos que frequentam suas religiões são a maioria entre os usuários de drogas ilícitas e também entre os não usuários de drogas.

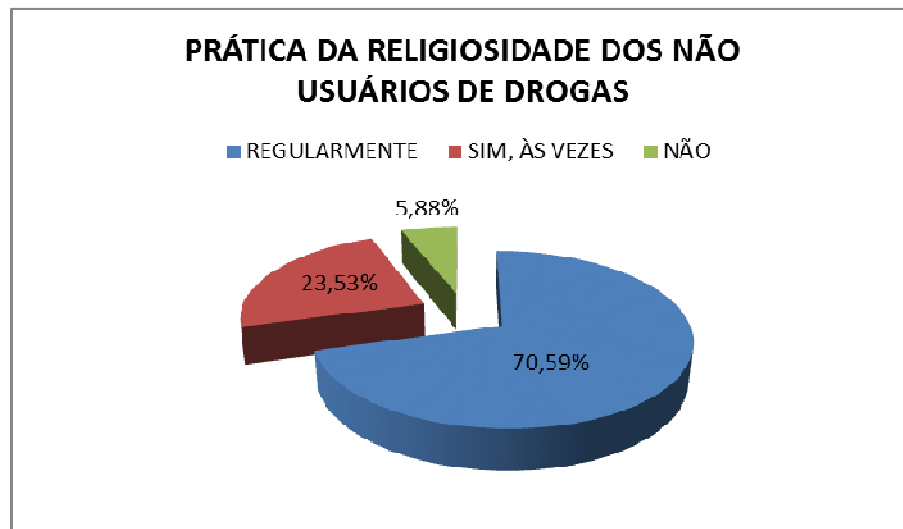


Gráfico 57- Prática da religiosidade dos não usuários de drogas lícitas e ilícitas
Fonte: Elaboração própria

No gráfico 58, quanto à escolaridade do chefe da família dos não usuários de drogas, 03 (8,82%) responderam ser analfabeto ou primário incompleto, 04 (11,76%) primário completo ou Fundamental incompleto, 03 (8,82%) fundamental completo ou ensino médio incompleto,

19 (55,89%) ensino médio completo ou superior incompleto, 02 (5,89%) superior completo ou mais e 03 (8,82%) não sabem.

Ao ser confrontada a proporção dos chefes de famílias dos respondentes não usuários de drogas, percebe-se uma menor probabilidade, proporcionalmente, de uso entre os chefes de família com escolaridade analfabeto-primário incompleto (1 não usuário para cada 5,67 nessa situação) e primário completo-fundamental incompleto (1 não usuário para cada 5,75 nessa situação), enquanto a menor prevalência de não usuários deu-se nas famílias com escolaridades do chefe com formação fundamental completo-médio incompleto (1 não usuário para cada 100,66 nessa situação) e com formação médio completo-superior incompleto (1 não usuário para cada 9,26 nessa situação).

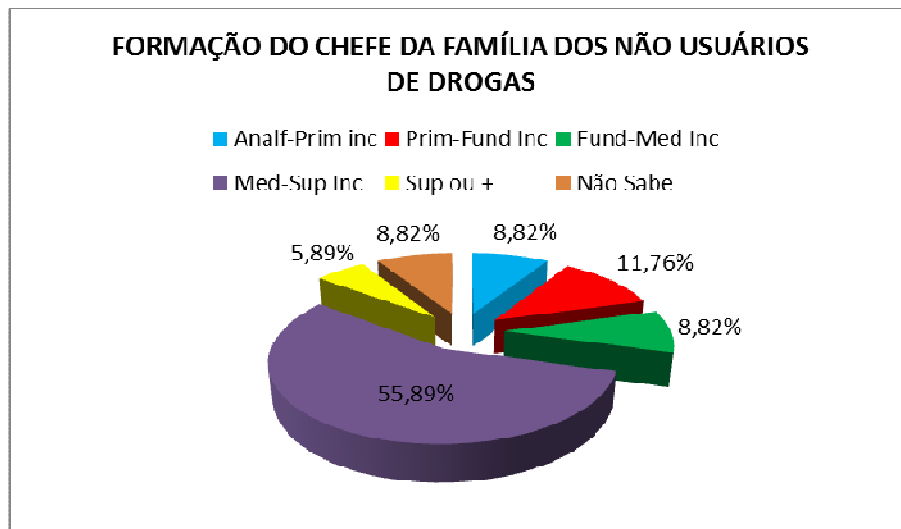


Gráfico 58- Escolaridade do chefe de família dos não usuários de drogas lícitas e ilícitas
Fonte: Elaboração própria

No gráfico 59, quanto à raça dos usuários de drogas ilícitas, notamos que 33 (97,06%) relatam ser brancos e apenas 01 (2,94%) ser negro, não sendo encontrados outros indivíduos de outras raças que não tenham realizado uso de drogas.

Nesse sentido, a proporção de jovens negros não usuários de drogas para os respondentes é de 1 para 7, sendo que de brancos é de 1 para 8,7, sendo esse mais um ponto a ser desmistificado pela realidade castelense.

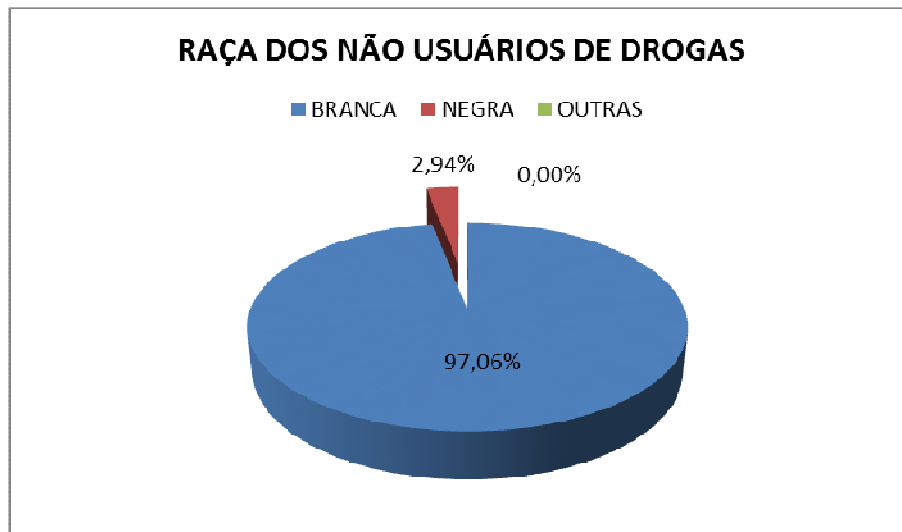


Gráfico 59- Raça dos não usuários de drogas lícitas e ilícitas

Fonte: Elaboração própria

Quanto ao estado civil, 33 (97,06%) são solteiros e apenas 01 (2,94%) é casado ou amasiado (gráfico 60), sendo essa proporção de 01 não usuário para cada 9 solteiros e de 1 não usuário para cada 6 casados.

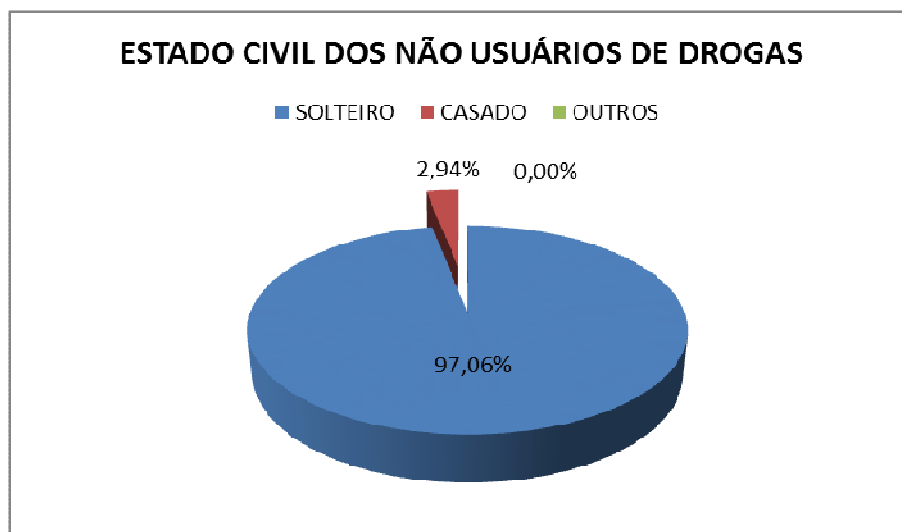


Gráfico 60- Estado civil dos não usuários de drogas lícitas e ilícitas

Fonte: Elaboração própria

No gráfico 61, quanto a possuir filhos, 34 (100%) dos escolares não usuários de drogas disseram não ser pai ou mãe.



Gráfico 61- Posse de filhos pelos não usuários de drogas lícitas e ilícitas
Fonte: Elaboração própria

Já no gráfico 62, perguntados com quem moram atualmente, 34 (100%) responderam com os pais, não havendo respostas com o cônjuge, com os filhos, sozinho, com amigos ou em repúblicas. Assim, conforme o narrado na doutrina, a família apresenta-se como fator de proteção aos jovens nesse quesito.



Gráfico 62- Com quem reside os não usuários de drogas lícitas e ilícitas
Fonte: Elaboração própria

Com relação à atividade remunerada, no gráfico 63, 33 (97,04%) não realizam tal serviço e apenas 01 (2,96%) trabalha meio período, ou seja, 20 horas semanais, não sendo encontrados escolares não usuários de drogas que trabalhem em período integral, sendo a proporção de 01 não usuário de drogas para cada 8,88 jovem que não trabalha e 01 não usuário para cada 10 trabalhador em tempo parcial.

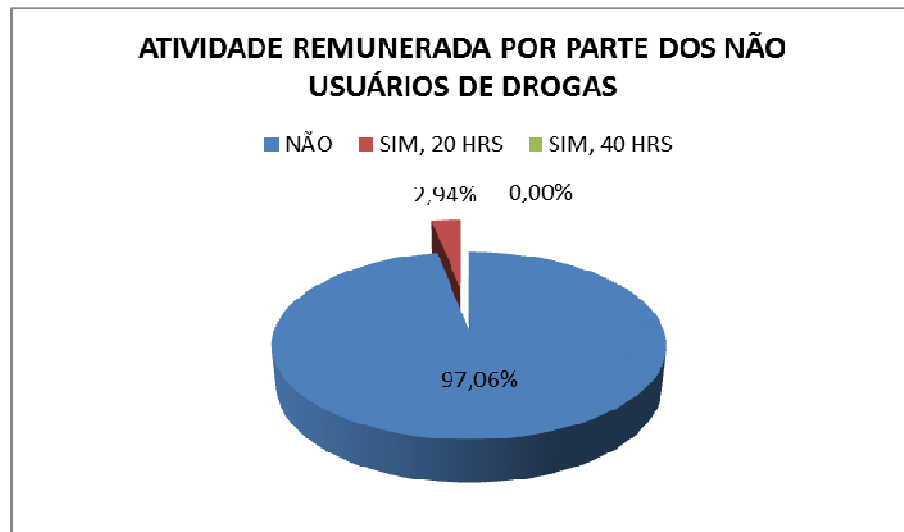


Gráfico 63- Atividade remunerada realizada pelos não usuários de drogas lícitas e ilícitas
Fonte: Elaboração própria

Dentre as atividades extraescolares realizadas pelos alunos que não realizaram drogas, visualizadas pelo gráfico 64, algumas se apresentam bastante realizadas, dentre elas a prática de assistir TV/Dvd (34 respondentes/100%), a prática de outros hobbies (34 respondentes/100%), a prática de esportes (32 respondentes/94,12%), o acesso a internet (26 respondentes/76,47%), a prática de jogos de computador (24 respondentes/70,59%). Entretanto, ao verificar atividades extras relacionadas ao estudo e relacionadas ao trabalho, verifica-se um número muito baixo, dentre elas projetos desenvolvidos na escola (01 respondente/2,94%), estudos extras (01 respondente/2,94%) e trabalho remunerado (01 respondente/2,94%).

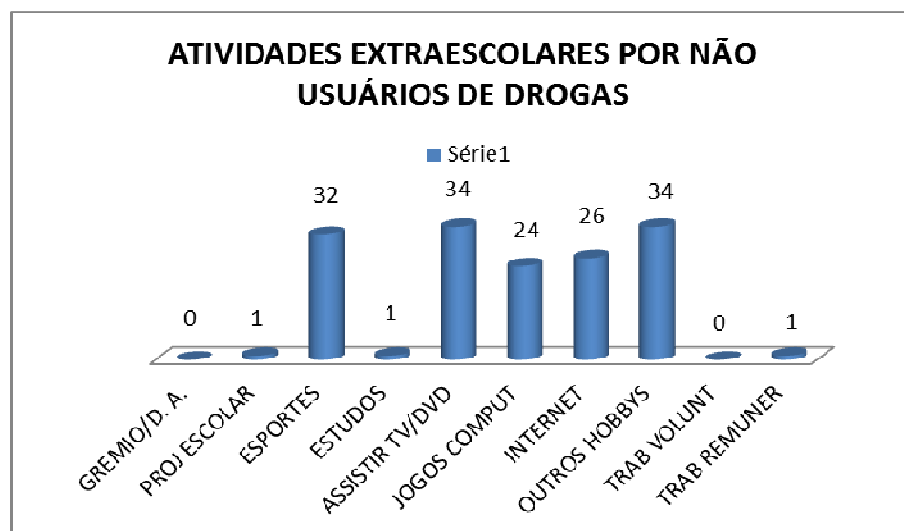


Gráfico 64- Atividades extraescolares realizadas pelos não usuários de drogas lícitas e ilícitas
Fonte: Elaboração própria

O gráfico 65 nos proporciona a compreensão do rendimento escolar dos não usuários de drogas no último ano letivo, sendo que 33 (97,06%) foram aprovados de forma direta e apenas 01 (2,94%) foi aprovado realizando a recuperação, não sendo visualizado nenhum aluno reprovado ou que tenha ficado de dependência. Quando verificado a proporção de respondentes em cada desempenho com o não uso de drogas, percebe-se como a aprovação direta é um fator de proteção, visto que a cada 8,42 respondentes aprovados direto, 1 não utiliza as drogas, enquanto tal proporção dá-se de 1 não usuário a cada 24 aprovados após a recuperação.

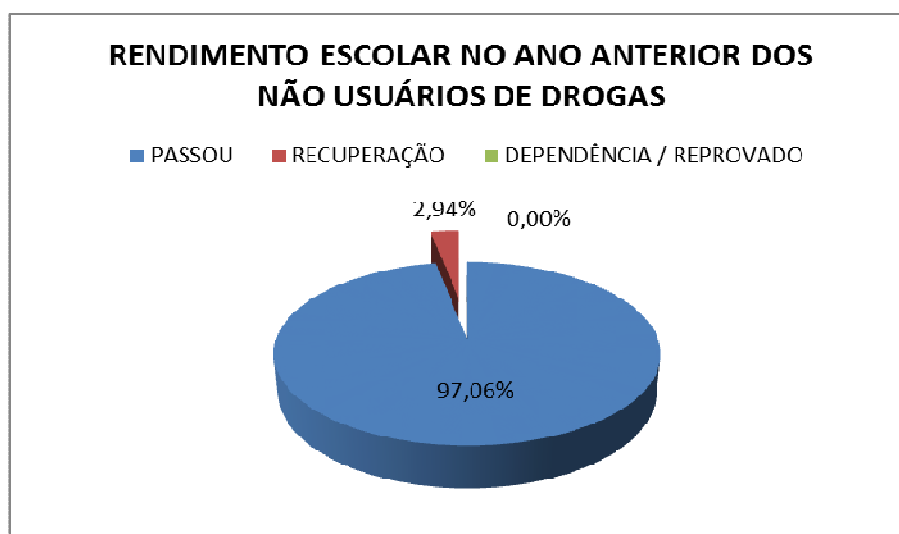


Gráfico 65- Rendimento escolar no ano anterior pelos não usuários de drogas lícitas e ilícitas
Fonte: Elaboração própria

No gráfico 66 é apresentada uma relação da classe socioeconômica da família dos alunos que nunca utilizaram algum tipo de droga, de acordo com algumas de suas respostas sobre o que possuem. Assim, foram verificadas 05 (14,71%) na B2, 18 (52,94%) na C1, 09 (26,47%) na C2 e 02 (5,88%) na D. Não foram verificadas famílias nas classes A1, A2, B1 e E. Quanto a proporção de não usuários de drogas por faixa socioeconômica, a classe D pode ser considerada como um fator de proteção no Município de Castelo, visto que a cada 7 jovens que possui a família nessa classificação, 1 é não usuário de drogas. A proporção de não usuários de drogas da classe C2 é de 1 para cada 8,33, da classe C1 é de 1 para cada 8,44 e para a classe B1 é de 1 para cada 9,8.

Com base nos dados apresentados anteriormente, a realidade de Castelo demonstra que as classes sociais mais pobres são as que mais possuem jovens e adolescentes não usuários de drogas, quebrando mais um paradigma.

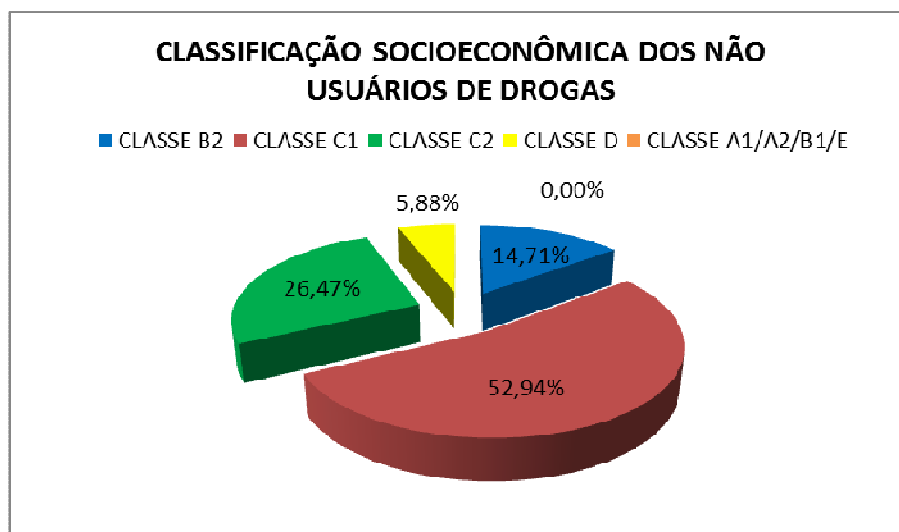


Gráfico 66- Classificação socioeconômica dos não usuários de drogas lícitas e ilícitas
Fonte: Elaboração própria

4.3.4 Síntese do perfil dos participantes da pesquisa

Nessa subseção será apresentada uma tabela resumo dos perfis dos participantes, tanto com números absolutos quanto com números percentuais.

Dessa feita, foi elaborada a tabela 17, a qual se encontra segmentada em 03 classificações: o perfil da amostra em geral, o perfil dos usuários de drogas ilícitas e o perfil dos não usuários de drogas lícitas e ilícitas.

Tabela 17- tabela resumo dos perfis dos participantes da pesquisa

(continua)

Variável	Característica	População em geral		Usuários drogas ilícitas		Não usuários drogas	
		N	%	N	%	N	%
sexo	feminino	155	50,83	24	54,55	24	70,59
	masculino	148	49,17	20	45,45	10	29,41
religião	católica	265	87,46	37	84,09	26	76,47
	evangélica	24	7,92	5	11,36	6	17,65
	umbanda	5	1,65	2	4,55	0	0
	espírita	2	0,66	0	0	0	0
	não possui	7	2,31	0	0	2	5,88
Prática da Religiosidade	Regular	166	54,79	23	52,27	24	70,59
	Às vezes	130	42,9	21	47,73	8	23,53
	Não	7	2,31	0	0	2	5,88

Tabela 18- tabela resumo dos perfis dos participantes da pesquisa

(continuação)

Variável	Característica	População em geral		Usuários drogas ilícitas		Não usuários drogas	
		N	%	N	%	N	%
Escolaridade do Chefe de Família	Analf-Prim Inc	17	5,61	1	2,27	3	8,82
	Prim Com-Fund Inc	23	7,59	3	6,82	4	11,76
	Fund com-Med Inc	32	10,56	5	11,36	3	8,82
	Med com-Sup inc	176	58,09	29	65,91	19	55,89
	Sup ou maior	29	9,57	3	6,82	2	5,89
	Não sabe	26	8,58	3	6,82	3	8,82
Raça	branca	287	94,72	43	97,73	33	97,06
	negra	7	2,31	0	0	1	2,94
	Parda/mulato	9	2,97	1	2,27	0	0
Estado Civil	Solteiro	297	98,02	44	100	33	97,06
	Casada/amasiado	6	1,98	0	0	1	2,94
Filhos	Sim	8	97,36	1	2,27	0	0
	Não	295	2,64	43	97,73	34	100
Com quem reside	Pais	293	96,7	38	86,36	34	100
	República	7	2,31	5	11,37	0	0
	Conjuge	2	0,66	0	0	0	0
	Filhos	0	0	0	0	0	0
	Sozinho	0	0	0	0	0	0
	Amigos	1	0,33	1	2,27	0	0
Atividade Remunerada	Não	293	96,7	44	100	33	97,06
	Sim, 20 hrs	10	3,3	0	0	1	2,94
	Sim 40 hrs	0	0	0	0	0	0
Atividades realizadas fora do horário Escolar	Esportes	276	91,09	37	84,09	32	94,12
	Assistir TV/DVD	302	99,67	44	100	34	100
	Jogos de computador	227	74,92	36	81,82	24	70,59
	Internet	247	81,52	38	86,36	26	76,47
	Outros hobbies	303	100	44	100	34	100
	Gremio	6	1,98	0	0	0	0
	Projetos escolares	33	10,89	2	4,55	1	2,94
	Estudo	16	5,28	5	11,36	1	2,94
Rendimento Escolar	Aprovado	278	91,45	33	75	33	97,06
	Recuperação	24	7,89	11	25	1	2,94
	Dependência	1	0,66	0	0	0	0
	Reprovado	0	0	0	0	0	0

Tabela 19- tabela resumo dos perfis dos participantes da pesquisa

(conclusão)

Variável	Característica	População em geral		Usuários drogas ilícitas		Não usuários drogas	
		N	%	N	%	N	%
Classe Socio-economica	A1	0	0	0	0	0	0
	A2	5	1,65	0	0	0	0
	B1	8	2,64	2	4,55	0	0
	B2	49	16,17	7	15,91	5	14,71
	C1	152	50,17	22	50	18	52,94
	C2	75	24,75	8	18,18	9	26,47
	D	14	4,62	5	11,36	2	5,88
	E	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria

Conforme o apresentado, por meio dos dados trabalhados estatisticamente, está sendo buscada uma comparação das características sexo, religião, prática de religiosidade, escolaridade do chefe de família, raça, estado civil, posse de filhos, com quem reside, atividade remunerada, atividades realizadas fora do horário escolar, rendimento escolar e classe socioeconômica entre os diversos perfis.

No que tange aos dados de usuários de drogas ilícitas comparados aos dados da amostra em geral, destinamos a próxima seção para melhor aprofundarmos tal discussão.

4.4 COMPARAÇÃO ENTRE AS CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA GERAL E AS DOS USUÁRIOS DE DROGAS ILÍCITAS

Na presente seção serão realizadas comparações entre as diversas características da amostra em geral com as mesmas características dos usuários de drogas ilícitas.

Inicialmente, pela tabela 18, é verificado que o número de mulheres que participaram da pesquisa é superior ao de homens, com uma diferença de 2,52%. Ao ser analisado o uso de drogas ilícitas, a diferença do sexo feminino é ainda maior para o masculino, sendo que as mulheres correspondem a 54,55% dos respondentes que firmaram ter realizado, ao menos uma vez na vida, algum tipo de droga ilícita, sendo esse quantitativo 9,1% superior ao

masculino. Tal situação diverge do imaginário do senso comum que o uso de drogas concentra-se em sua maioria no sexo masculino.

Tabela 20- Comparação da sexualidade da população geral ao da população de usuários de drogas ilícitas

RESPOSTAS	SEXUALIDADE			
	GERAL		USUÁRIOS	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%
MASCULINO	148	48,74	20	45,45
FEMININO	155	51,26	24	54,55
TOTAL	303	100	44	100

Fonte: Elaboração própria

Ao comparar a religião da população em geral da amostra com a religião dos usuários de drogas ilícitas ao menos uma vez na vida, verifica-se, pela tabela 19, que, embora o número de usuários católicos constitua a maioria, ele é proporcionalmente menor do que o da amostra geral que respondeu ao questionário, assim como o número de espíritas. No contraponto, o número de usuários evangélicos e de usuários que frequentam a umbanda, embora em números reduzidos, representam uma porcentagem maior do que os da amostra geral. Impressionante demonstra ser o número de respondentes que não possuem alguma religião, sendo que todos os 07 afirmam não ter realizado em nenhum momento qualquer uso de droga ilícita, contrariando mais uma vez o senso comum, visto ser considerada a religião, por diversas pessoas, como um fator de proteção ao uso de drogas.

Tabela 21- Comparação da religiosidade da população geral ao da população de usuários de drogas ilícitas

RESPOSTAS	RELIGIOSIDADE			
	GERAL		USUÁRIOS	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%
NÃO POSSUI	7	2,3	0	0
CATÓLICA	265	87,45	37	84,1
EVANGÉLICA	24	7,94	5	11,36
UMBANDA	5	1,65	2	4,54
ESPÍRITA	2	0,66	0	0
TOTAL	303	100	44	100

Fonte: Elaboração própria

Já com relação à prática de sua religião, tabela 20, a porcentagem de usuários de drogas ilícitas que frequentam regularmente a alguma religião demonstra-se um fator de surpresa,

visto representar mais da metade dos usuários de drogas ilícitas, embora tenha reduzido proporcionalmente ao número de respondentes da amostra em geral. Salienta-se a pequena proporção de usuários de drogas ilícitas que não possuem ou não frequentam a alguma religião, situação que inviabiliza considerar a religião como um fator de proteção no Município de Castelo/ES, conforme relatado por grande parte da doutrina.

Tabela 22- Comparação da prática da religiosidade da população geral ao da população de usuários de drogas ilícitas

RESPOSTAS	PRÁTICA DA RELIGIOSIDADE			
	GERAL		USUÁRIOS	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%
SIM, ÀS VEZES	130	42,9	21	47,72
REGULARMENTE	166	54,8	23	52,28
NÃO	7	2,3	0	0
TOTAL	303	100	44	100

Fonte: Elaboração própria

Ao relacionar a escolaridade do chefe de família da amostra em geral ao dos usuários de drogas ilícitas, verificamos, pela tabela 21, um consumo pequeno entre os responsáveis com baixa escolaridade, ao contrário dos que possuem o ensino médio completo ou estão cursando o ensino superior, cujos filhos despontam no consumo de drogas ilícitas, com um total de 29 (65,9%) respondentes. Com isso, pode-se afirmar que a falta de esclarecimento por parte dos pais ou responsáveis de Castelo não são uma condicionante para o estímulo ao uso de drogas ilícitas.

Tabela 23- Comparação da formação do chefe de família da população geral ao da população de usuários de drogas ilícitas

RESPOSTAS	FORMAÇÃO CHEFE DE FAMÍLIA			
	GERAL		USUÁRIOS	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%
Analf-Prim inc	17	5,6	1	2,27
Prim-Fund Inc	23	7,6	3	6,82
Fund-Med Inc	32	10,6	5	11,37
Med-Sup Inc	176	58	29	65,9
Sup ou +	29	9,6	3	6,82
Não Sabe	26	8,6	3	6,82
TOTAL	303	100	44	100

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 22 é trazida a discussão a raça dos usuários de drogas ilícitas comparada à raça da população geral alvo da pesquisa. Nesse quesito, dois pontos são importantes: o primeiro diz

respeito aos usuários de drogas serem brancos em quase sua totalidade, apresentando uma porcentagem ainda maior que o da população geral de estudantes, que é de 94,7%; e, segundo, a não existência de negros escolares consumindo drogas ilícitas, segundo os questionários respondidos pelos próprios jovens, contradizendo o pensamento racista que a raça negra seria a maioria dos usuários de drogas ilícitas.

Tabela 24- Comparação da raça da população geral ao da população de usuários de drogas ilícitas

RESPOSTAS	RAÇA			
	GERAL		USUÁRIOS	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%
BRANCOS	287	94,7	43	97,73
NEGROS	7	2,3	0	0
PARDO/MULATO	9	3	1	2,27
ASIÁTICO/AMARELO	0	0	0	0
INDIOS	0	0	0	0
OUTROS	0	0	0	0
TOTAL	303	100	44	100

Fonte: Elaboração própria

Embora a tabela 23 demonstre que todos os usuários de drogas ilícitas são solteiros, com uma porcentagem pouco maior que da amostra em geral, seria leviano apontar qualquer relação a cerca da influência do casamento para a proteção ao uso de drogas ilícitas, visto a pequena incidência de casados da população em geral.

Tabela 25- Comparação do estado civil da população geral ao da população de usuários de drogas ilícitas

RESPOSTAS	ESTADO CIVIL			
	GERAL		USUÁRIOS	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%
SOLTEIRO	297	98	44	100
CASADO	6	2	0	0
SEPARADO	0	0	0	0
VIUVO	0	0	0	0
TOTAL	303	100	44	100

Fonte: Elaboração própria

Da mesma forma que a comparação com o estado civil, nada pode ser afirmado sobre a conferência dos usuários de drogas ilícitas que possuem filhos ou não com o mesmo quesito da amostra geral, visto que as porcentagens encontram-se praticamente semelhantes (tabela 24).

Tabela 26- Comparação da posse de filhos por parte da população geral a por parte da população de usuários de drogas ilícitas

RESPOSTAS	FILHOS			
	GERAL		USUÁRIOS	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%
SIM	8	2,64	1	2,27
NÃO	295	97,36	43	97,73
TOTAL	303	100	44	100

Fonte: Elaboração própria

A tabela 25 apresenta uma relação de com quem moram atualmente os estudantes em geral e os jovens que utilizaram drogas ilícitas, tendo dois pontos a serem ressaltados: primeiramente a grande diferença entre o uso de drogas verificada entre os jovens que residem em república e com amigos, tendo uma diferença aproximada de 5 e 7 vezes maior para o uso respectivamente; e, em segundo lugar, a grande maioria dos usuários de drogas ilícitas residem com os seus pais, fato que os possibilitam, por terem os jovens por perto, um maior controle e fiscalização, sendo necessário um acompanhamento mais incisivo pelos responsáveis.

Tabela 27- Comparação de com quem reside a população geral a com quem reside a população de usuários de drogas ilícitas

RESPOSTAS	COM QUEM MORA			
	GERAL		USUÁRIOS	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%
PAI	293	96,7	38	86,36
CONJUGE	2	0,66	0	0
FILHOS	0	0	0	0
AMIGOS	1	0,33	1	2,27
REPUBLICA	7	2,31	5	11,37
SOZINHO	0	0	0	0
TOTAL	303	100	44	100

Fonte: Elaboração própria

Embora com um número relativamente reduzido, com apenas 10 respondentes, a realização de atividades remuneradas, mesmo que em meio período, demonstra-se como um fator de proteção aos jovens no que tange ao uso de drogas ilícitas, visto que nenhum dos usuários de drogas ilícitas realiza qualquer tipo de trabalho, seja ele em tempo integral, parcial ou ainda voluntário (tabela 26).

Tabela 28- Comparação da prática de atividade remunerada por parte da população geral à prática por parte da população de usuários de drogas ilícitas

RESPOSTAS	ATIVIDADE REMUNERADA			
	GERAL		USUÁRIOS	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%
NÃO	293	96,7	44	100
SIM, 20 hrs	10	3,3	0	0
SIM, 40 hrs	0	0	0	0
TOTAL	303	100	44	100

Fonte: Elaboração própria

A tabela 27 apresenta uma relação das atividades realizadas fora do horário de estudo por parte dos jovens em geral e pelos usuários de drogas ilícitas. Assim sendo, algumas atividades praticamente não foram verificadas ou em reduzida quantidade entre os usuários de drogas ilícitas, como participação em diretórios acadêmicos/Grêmios e projetos escolares. Entretanto, surpreende o fato do estudo ser percentualmente mais apontado como uma atividade extraescolar realizada pelos usuários de drogas ilícitas do que pela amostra em geral.

Tabela 29- Comparação da prática de atividades extraescolares por parte da população geral à prática por parte da população de usuários de drogas ilícitas

RESPOSTAS	ATIVIDADES EXTRAESCOLARES			
	GERAL		USUÁRIOS	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%
GRÊMIO/D. A.	6	1,98	0	0
PROJ ESCOLAR	33	10,9	2	4,54
ESPORTES	276	91	37	84,09
ESTUDOS	16	5,28	5	11,36
ASSISTIR TV/DVD	302	99,66	44	100
JOGOS COMPUT	227	74,92	36	81,82
INTERNET	247	81,5	38	86,36
OUTROS HOBBYS	303	100	44	100
TRAB VOLUNT	2	0,66	0	0
TRAB REMUNER	10	3,3	0	0

Fonte: Elaboração própria

No tocante ao rendimento escolar no ano anterior, foi realizada a tabela 28, cujos dados demonstram que a aprovação pelos jovens em geral é consideravelmente maior a dos usuários de drogas ilícitas. Por outro lado, dos 303 entrevistados, o único que ficou de dependência não é usuário de droga ilícita, acrescido de não ser encontrado escolares reprovados, fatos esses que minimizam a relação direta entre o mau desempenho escolar e o uso de drogas ilícitas.

Tabela 30- Comparação do rendimento escolar por parte da população geral ao da população de usuários de drogas ilícitas

RESPOSTAS	APROVAÇÃO ANO PASSADO			
	GERAL		USUÁRIOS	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%
PASSOU	278	91,75	33	75
RECUPERAÇÃO	24	7,92	11	25
DEPENDENCIA	1	0,33	0	0
REPROVADO	0	0	0	0
TOTAL	303	100	44	100

Fonte: Elaboração própria

No comparativo entre a classe econômica da amostra em geral de respondentes com a dos usuários de drogas ilícitas, percebe-se que as drogas permeiam grande parte da sociedade, sendo encontrada, sobretudo, na classe C1, não sendo verificado o uso nas classes A2 e E, ambos extremos existentes no Município de Castelo (tabela 29).

Tabela 31- Comparação da classe econômica da população geral ao da população de usuários de drogas ilícitas

RESPOSTAS	CLASSE SOCIOECONÔMICA			
	GERAL		USUÁRIOS	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%
CLASSE A1	0	0	0	0
CLASSE A2	5	1,65	0	0
CLASSE B1	8	2,64	2	4,55
CLASSE B2	49	16,17	7	15,91
CLASSE C1	152	50,16	22	50
CLASSE C2	75	24,75	8	18,18
CLASSE D	14	4,63	5	11,36
CLASSE E	0	0	0	0
TOTAL	303	100	44	100

Fonte: Elaboração própria

4.5 MOTIVAÇÃO E OUTROS ASPECTOS DO USO DE DROGAS

Na presente seção serão abordados aspectos relativos ao uso de drogas ilícitas, dentre eles a motivação do primeiro uso, se ainda utiliza tais substâncias, com quem faz uso, dentre outros.

Foi perguntado aos estudantes sobre os motivos pelos quais eles utilizaram drogas pela primeira vez, com exceção ao álcool e seus derivados e ao tabaco. Com isso, foi realizado o gráfico 67, destacando-se entre os motivos a curiosidade, com 28 (45,16%) dos respondentes, seguida por pressão de amigos e namorado(a), com 12 (19,35%) e por efeito da Diversão, com 10 (16,13%) jovens. Vale ressaltar que as porcentagens anteriormente citadas foram calculadas excluindo os jovens que afirmaram não ter realizado uso de outras drogas que não seja o álcool e o tabaco, sendo que esses últimos correspondem a 241 (79,54% do total) dos 303 pesquisados.

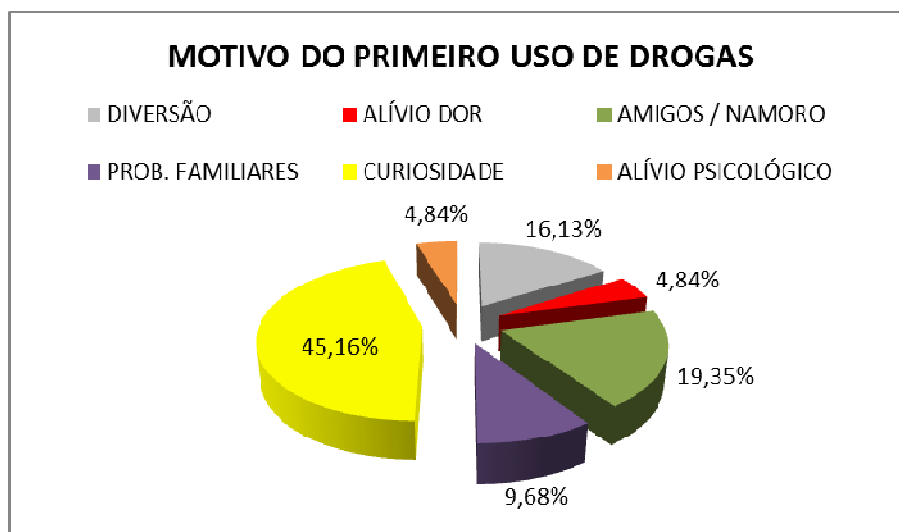


Gráfico 67- Motivo do uso de alguma droga, com exceção ao álcool e ao tabaco, pela primeira vez na vida

Fonte: Elaboração própria

Já o gráfico 68 apresenta as respostas dos jovens sobre quem os levou a realizar o primeiro uso de drogas, também com exceção ao álcool e ao tabaco. Notou-se que dos 62 respondentes que afirmaram ter realizado tal utilização, 39 (62,90%) foram induzidos pelos amigos/colegas, 14 (22,58%) pelos familiares, 06 (9,68%) pelo(a) namorado(a) e 03 (4,84%) por outras pessoas, não sendo narrado envolvimento de profissionais de saúde nessa indução. Mais uma vez é importante salientar a importância da família, a qual deveria agir como um fator de proteção aos adolescentes e jovens para a não realização de drogas, e, nesse caso, acabou por influenciar 22,58% dos respondentes desse quesito.

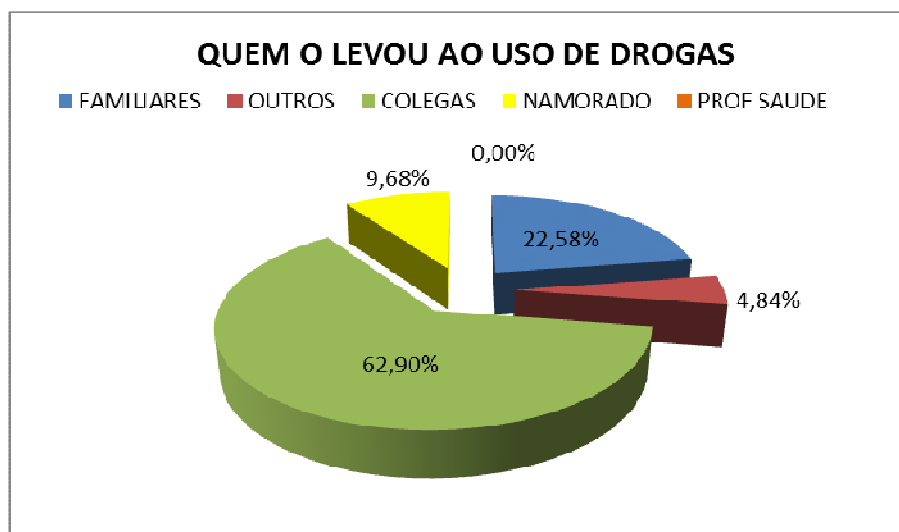


Gráfico 68- Quem introduziu o jovem escolar ao uso de drogas, com exceção ao álcool e ao tabaco
Fonte: Elaboração própria

Dos 44 escolares que relataram ter realizado uso de drogas ilícitas, 12 ainda utilizam tais substâncias no presente momento, podendo ter sido interrompido, em algum momento, tal atividade, representando uma continuidade de consumo de 27,27% dos jovens que utilizaram a primeira vez (gráfico 69). Deve ser exaltado nessa situação o fato de uma quantidade substancial de estudantes que utilizaram alguma droga ilícita e que não mantém atualmente o seu uso, desmistificando parte do senso comum que acredita ocorrer o vício já no primeiro uso para todas as drogas ilícitas.

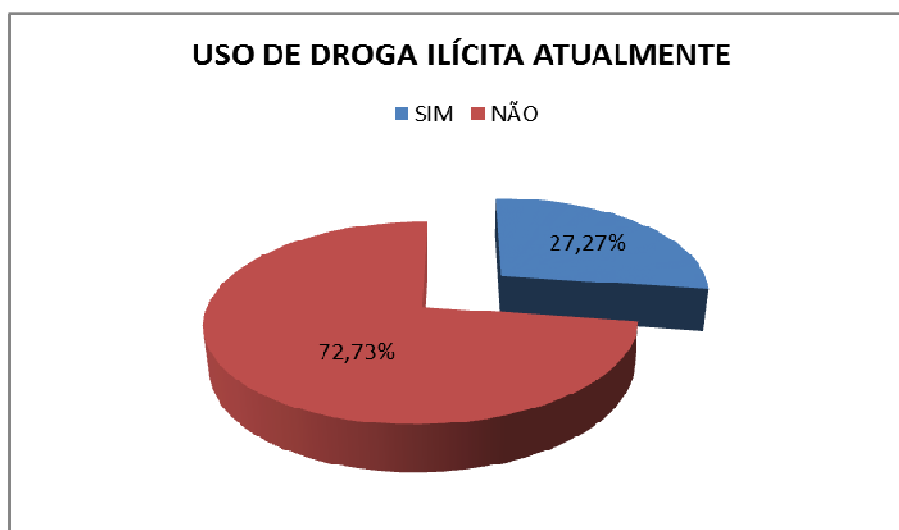


Gráfico 69- Uso de drogas ilícitas atualmente por usuários de drogas ilícitas na vida
Fonte: Elaboração própria

Quanto ao uso frequente de droga atual por parte dos jovens, descobriu-se que ele ocorre juntamente com familiares (21 respondentes/ 43,75%), com amigos/colegas (19 respondentes/

39,58%), sozinho (05 respondentes/ 10,42%), com companheiro(a) (02 respondentes/ 4,17%) e com outras pessoas (01 respondentes/ 2,08%), não sendo verificada a prática do uso de drogas com estranhos (gráfico 70). Vale ressaltar mais uma vez que as porcentagens anteriores foram calculadas retirando-se os jovens que não utilizam algum tipo de droga de forma regular, os quais correspondem a 84,16% do total.

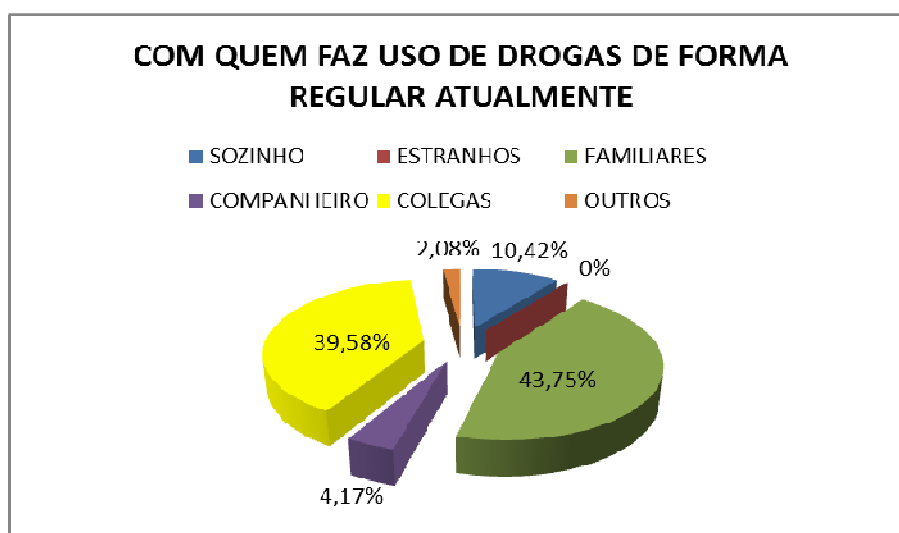


Gráfico 70- Com quem os jovens realizam o uso frequente de drogas atualmente
Fonte: Elaboração própria

Perguntado aos usuários atuais frequentes de drogas sobre as consequências acarretadas a eles pelo uso frequente de drogas, sendo que poderia ser marcada mais de uma opção, pouco foi narrado como prejudicial tal prática. Dos 48 respondentes, somente 13 (27,08%) relatou afetar a alimentação, 07 (14,58%) as práticas esportivas, 06 (12,5%) o sono, 06 (12,5%) os estudos, 05 (10,42%) as relações sociais, 02 (4,17%) o desempenho sexual, 02 (4,17%) as relações familiares e 01 (2,08%) alguma outra situação não mencionada (gráfico 71).

Embora tenham mencionados diversos itens, a pouca incidência de respostas em cada um deles chama a atenção, demonstrando que os usuários frequentes de drogas que responderam aos questionários não vislumbram as reais características negativas das drogas consumidas, ou não quiseram expressá-las.

Ainda nesse quesito, vale ressaltar que, embora na contagem da repetição dos itens seja alcançado um total de 42 indicações, tais malefícios foram apontados por apenas 27 indivíduos, ou seja, 43,75% dos jovens e adolescentes que fazem uso frequente de drogas não vislumbram quaisquer malefícios advindos de tais substâncias psicoativas.

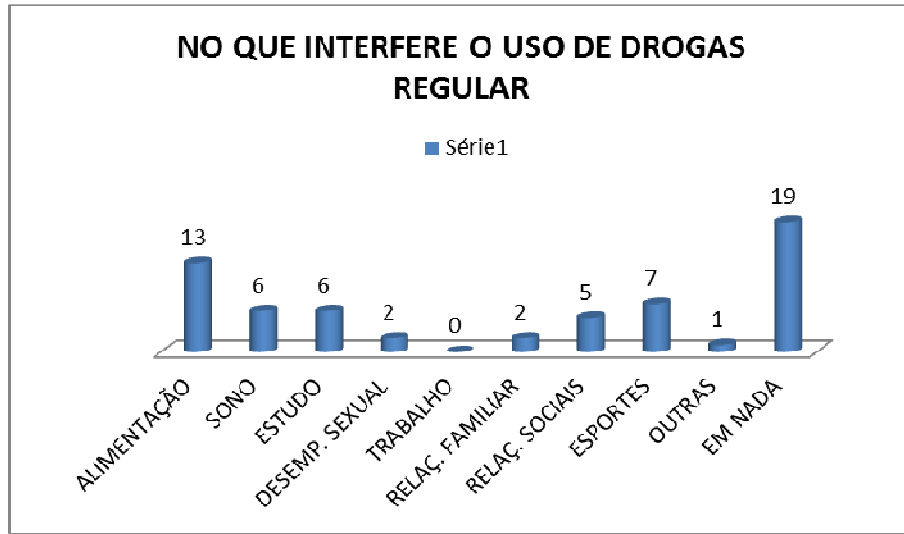


Gráfico 71- Visão dos usuários regulares de drogas sobre as consequências desse uso neles próprios
 Fonte: Elaboração própria

Serão apresentadas agora perguntas realizadas que possibilitaram uma análise de quanto próximo os jovens encontram-se das drogas e de qual droga ele teria uma maior proximidade. Destarte, relacionado ao quesito tipo de droga próximo aos pesquisados, o gráfico 72 nos apresenta que 177 (58,42%) dos respondentes estavam mais próximos de pessoas que utilizam frequentemente o álcool, 66 (21,78%) do tabaco, 25 (8,25%) da maconha, 14 (4,62%) de anabolizante, 08 (2,64%) de ansiolítico, 04 (1,32) de crack, 03 (0,99%) de êxtase, 03 (0,99%) de cocaína, 03 (0,99%) de outras drogas e nenhum respondente possui todas essas pessoas ao seu redor sem utilizar qualquer tipo de droga.

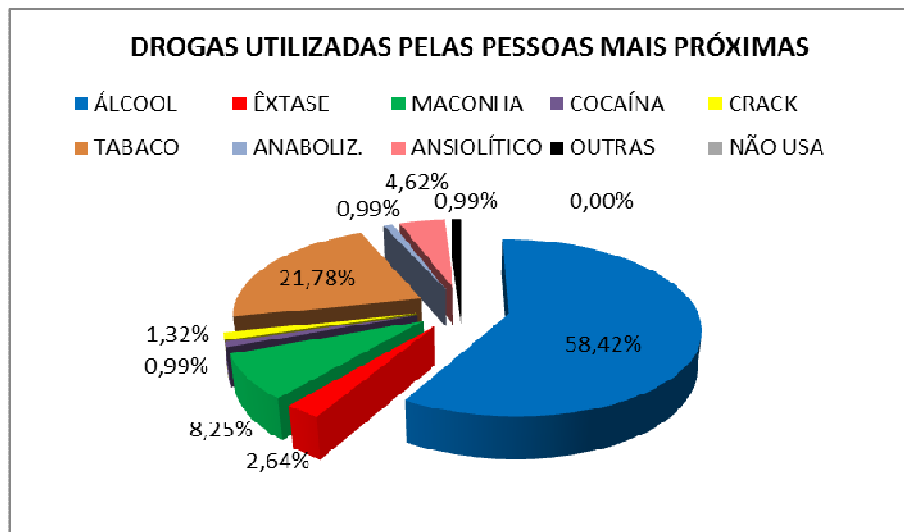


Gráfico 72- Tipo de droga utilizada pela pessoa mais próxima aos respondentes
 Fonte: Elaboração própria

Visando apreciar a relação do uso de drogas dos jovens com tais substâncias que estão aproximadas a eles, foi realizada a tabela 30, cujos dados representam o número de

respondentes que utilizaram alguma vez na vida e utilizam atualmente a droga utilizada pela pessoa que mais o aproxima. Destarte, o álcool que é a droga que mais permeia os jovens também é uma das mais utilizadas por eles, sendo que mais de 85% dos jovens que tem a pessoa mais próxima a ele utilizando de maneira frequente tal substância também a fez uso alguma vez na vida, sendo que a maioria, mais precisamente 53,67%, ainda a utiliza atualmente. Outras drogas também muito utilizadas pelos estudantes que a possuem por perto é o anabolizante e outras drogas, esta última não podendo ser afirmada de qual tipo. No quesito uso de droga atual que está próxima do jovem, além do álcool e do anabolizante, destaca-se o êxtase, pelo grande quantitativo percentual, e a cocaína, pelo baixo quantitativo.

Permanecendo a discussão sobre a tabela 30, já no quesito não uso de drogas que estão próximas, foi verificado um total de 104 (34,32% do total) e 189 (62,38% do total) respondentes, ou seja, praticamente 2 de cada 3 jovens utilizaram alguma vez na vida a droga que se apresenta mais próximo a ele em uso frequente, sendo que aproximadamente 1 a cada 3 ainda a utiliza.

Tabela 32- Uso de drogas lícitas ou ilícitas pelo jovem comparado com a droga mais próxima ao respondente

USO DE DROGAS X PROXIMIDADE COM A DROGA					
TIPOS DE DROGAS	TOTAL RESPOSTAS	JÁ USOU		USO ATUAL	
		NÚMERO	%	NÚMERO	%
ÁLCOOL	177	152	85,08	95	53,67
TABACO	66	6	9,09	3	4,55
MACONHA	25	18	72	5	20
COCAÍNA	3	1	33,33	0	0
CRACK	4	3	75	1	25
ÊXTASE	3	2	66,67	1	33,33
ANSIOLÍTICO	8	2	25	1	12,5
ANABOLIZANTES	14	12	85,71	8	57,14
OUTRAS DROGAS	3	3	100	0	0
NENHUMA	0	0	0	0	0
NÃO RELACIONADA	-	104	-	189	-
TOTAL	303	303	-	303	-

Fonte: Elaboração própria

Continuando ainda a análise sobre a mesma pergunta, o gráfico 73 relata que a pessoa que utiliza frequentemente drogas mais próxima aos jovens é o pai, com 143 (47,19%) respondentes, 89 (29,37%) é a mãe, 28 (14,19%) são os amigos e 28 (9,24%) é o(a) irmão(ã).

Assim, nota-se uma grande proximidade de usuários de drogas próximos aos jovens e, principalmente, de parentes, fazendo com que as drogas permeiem as famílias, podendo ser vistas como um fato normal. Importante ainda frisar que dos 44 jovens que utilizaram alguma droga ilícita, 40 fez uso da mesma droga utilizada pelo membro mais próximo da família, representando 90,91% do total.

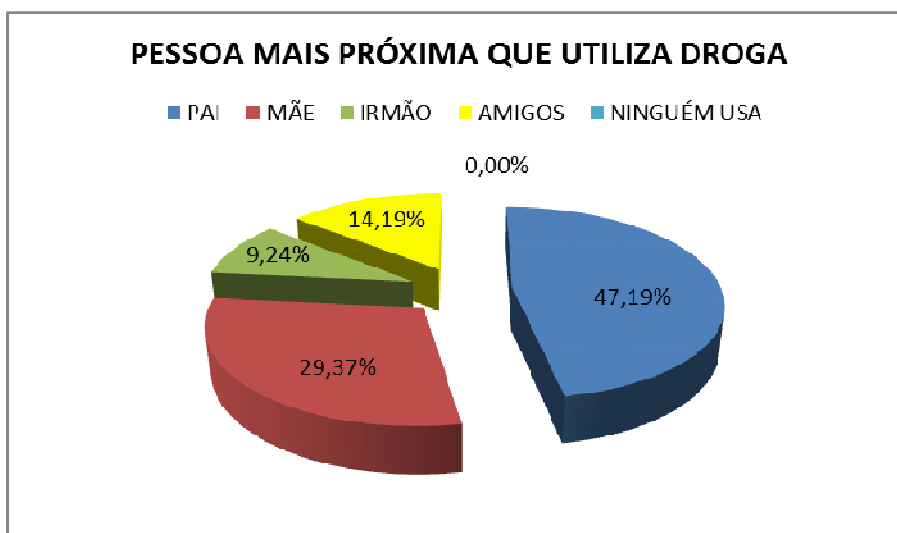


Gráfico 73- Pessoa que utiliza algum tipo droga de forma regular mais próxima aos respondentes
Fonte: Elaboração própria

4.6 A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE O PROERD NA BUSCA DA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

Nessa seção foi buscado um levantamento, segundo a percepção dos estudantes, se o PROERD tem conseguido atingir sucesso na prevenção ao uso de drogas ou, ao menos, tem surtido efeito em ser refletido pelos usuários de drogas sobre os malefícios de tais drogas.

Inicialmente foi analisado sobre a realização dos escolares de Castelo do Programa Educacional de resistência às drogas, sendo que 02 alunos só realizaram o PROERD no 7º ano, 222 realizaram apenas no 5º ano, 37 realizaram tanto no 5º quanto no 7º ano e 42 alunos não realizaram o PROERD, conforme gráfico 74.

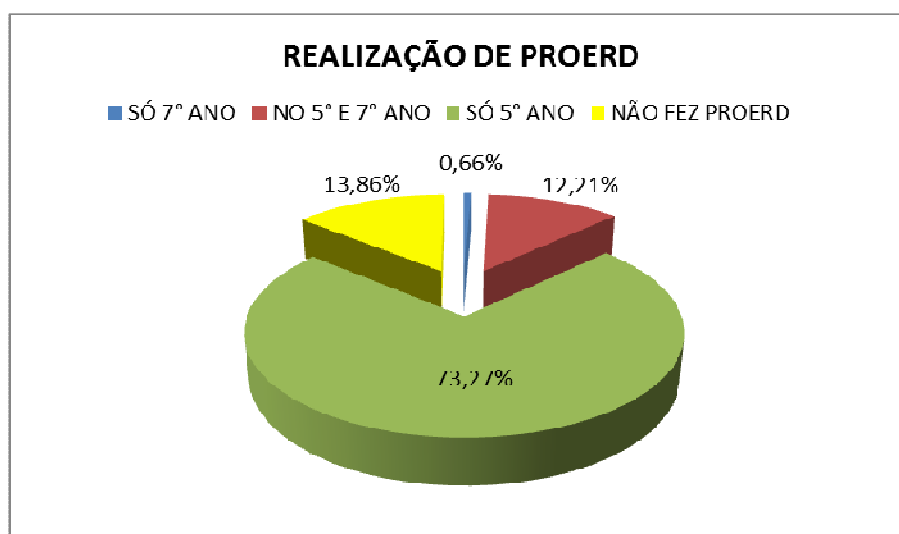


Gráfico 74- Realização do PROERD pelos estudantes do ensino médio de Castelo/ES
Fonte: Elaboração própria

Foi perguntado aos jovens que utilizaram algum tipo de droga, mesmo que lícita, antes da realização do PROERD se tal programa o auxiliou a parar de utilizar tal substância ou, no mínimo, a refletir sobre esse uso, inclusive dos malefícios relativos a essa prática. Assim, foram verificados que dos 303 respondentes, 239 (78,88%) não haviam utilizado nenhum tipo de droga antes da realização do PROERD, 42 (13,86%) não realizaram o PROERD em nenhum momento, 20 (6,6%) afirmaram ter o PROERD o auxiliado em sua vida com relação às drogas e 02 (0,66%) afirmaram que o programa não surtiu o efeito desejado por seus idealizadores (gráfico 75), ou seja, dos 22 que já haviam utilizado drogas anteriormente ao programa, 20 (90,91%) relataram ter sido positivo para suas vidas tais instruções.

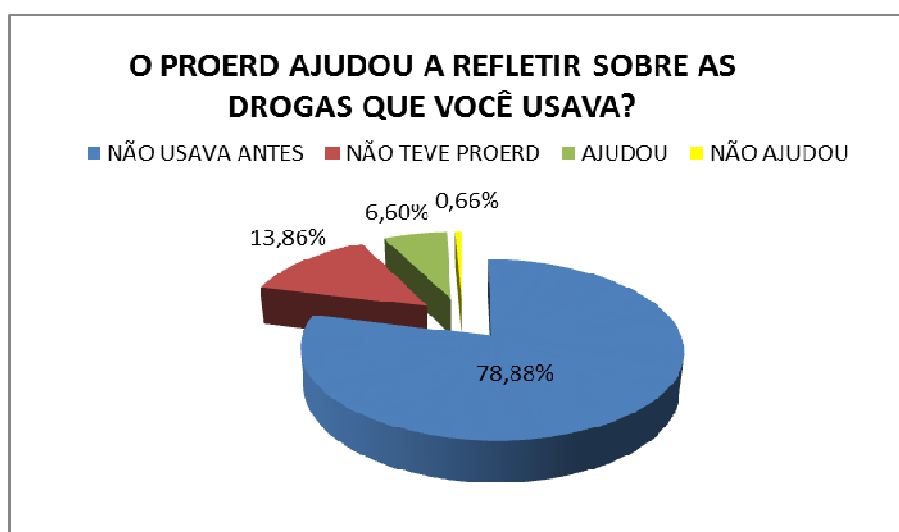


Gráfico 75- O PROERD como ferramenta para refletir sobre o uso de drogas utilizadas anteriormente ao programa
Fonte: Elaboração própria

De forma parecida ao que fora perguntado anteriormente, foi questionado aos jovens que utilizaram algum tipo de droga posteriormente a realização do PROERD, se tal programa o auxiliou a refletir sobre esse uso e sobre os malefícios relativos a essa prática, sendo apontada pelos respondentes a seguinte situação: 37 (12,21%) relataram não ter utilizado drogas posteriormente ao PROERD, 42 (13,86%) não realizaram o PROERD em nenhum momento, 212 (69,97%) relataram que o PROERD o ajudou a refletir sobre os malefícios inerentes ao uso das drogas e 12 (3,96%) relataram que utilizaram drogas posteriormente ao programa e tal curso não o fez refletir sobre o uso e os malefícios dessa droga (gráfico 76).

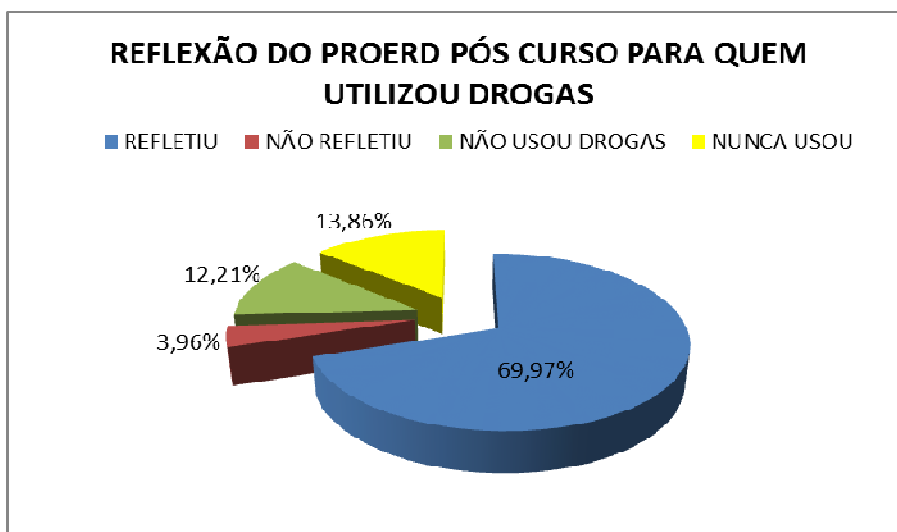


Gráfico 76- O PROERD como ferramenta para refletir sobre o uso de drogas pelos jovens que fizeram uso de tais substâncias posteriormente ao programa

Fonte: Elaboração própria

Continuando a busca por avaliar os resultados provenientes do PROERD na busca da prevenção ao uso de drogas, foi questionado aos jovens que não utilizaram drogas posteriormente ao programa alvo dessa pesquisa se tal instrução o auxiliou na reflexão do uso e dos malefícios das drogas, originando o gráfico 77, chegando ao resultado de que 222 (73,27%) fizeram uso de drogas, 42 (13,86%) não realizaram o PROERD em nenhum momento, 37 (12,21%) não fez uso de drogas e considerou o programa importante e 02 (0,66%) não fizeram uso de drogas e não relataram ser importante o programa citado.

Dessa forma, dos 39 jovens que não utilizaram drogas posteriormente a realização do PROERD, 37 relataram ter sido positivo para suas vidas o programa referenciado, o qual os fez refletir e a não utilizar tais substâncias, correspondendo a 94,87% dos respondentes.

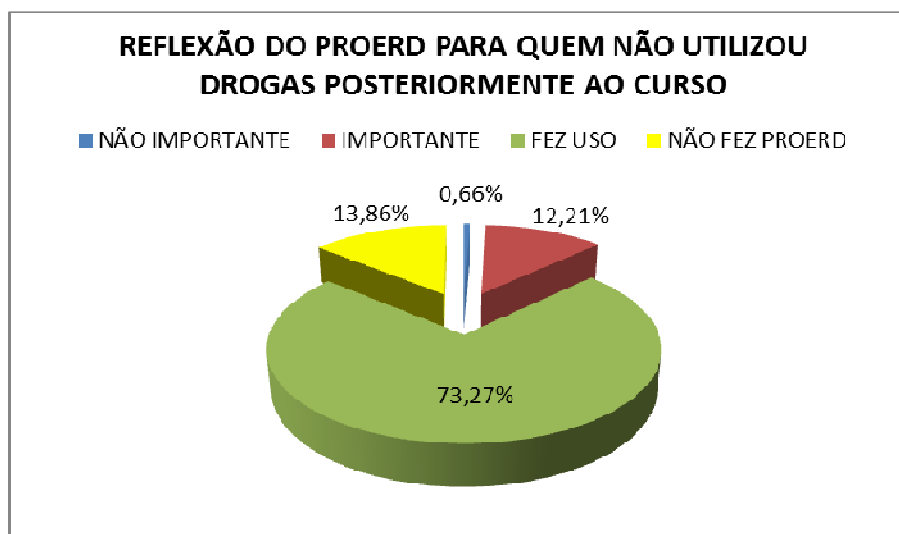


Gráfico 77- O PROERD como ferramenta para refletir sobre o uso de drogas pelos jovens que não fizeram uso de tais substâncias posteriormente ao programa

Fonte: Elaboração própria

Ao ser analisada a situação dos jovens que nunca utilizaram qualquer tipo de droga, verifica-se que, dos 34 que estão nessa situação, 29 realizaram o PROERD, contabilizando mais de 85%, sendo ressaltado que desses 29, 27 afirmaram ter sido importante o programa estudado para se manterem afastados de tal uso.

5 CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática do uso de substâncias psicoativas é um tema extremamente discutido em nossa sociedade há vários anos. Partindo desse princípio e da conjectura que as drogas vêm sendo utilizadas, possivelmente em demasia, pelos jovens e adolescentes, os quais se encontram em uma fase de desenvolvimento biológico e psicológico, e que tal fato necessita ser mensurado a fim de serem desenvolvidas formas de prevenção e redução de seus malefícios, o presente trabalho possibilitou mensurar o uso de drogas por jovens e adolescentes escolares do ensino médio no Município de Castelo, tendo sido identificado uma alta prevalência de experimentação de drogas de maneira geral, sendo importante realizar distinções do consumo por grupos de atores bem como por substâncias para um melhor entendimento da realidade, ressaltando que também foi possível pelo presente estudo desmistificar alguns pressupostos provenientes do senso comum.

No comparativo do uso de drogas de forma específica, individualizada, tal fato no Município de Castelo diferenciou-se das pesquisas a que foram comparadas durante a análise dos dados em quase todas as drogas, com exceção ao consumo atual de tabaco e o de êxtase na vida. Quanto às outras substâncias, o consumo de ansiolíticos na vida em Castelo ficou muito abaixo, o consumo de tabaco na vida e atual de ansiolítico apresentaram-se abaixo, o consumo de álcool, tanto na vida quanto o atual, e o de crack na vida demonstraram-se acima da média, e o consumo de maconha, de cocaína e de anabolizantes, todos na vida, demonstraram-se muito acima da média, todas comparadas ao V e ao VI levantamento de drogas por estudantes brasileiros.

Outro ponto que chama atenção quanto ao consumo de substâncias psicoativas e relacionado ao vício diz respeito à maconha, cujo uso em pelo menos uma vez na vida foi o maior entre as drogas ilícitas, mas também se situa como a mais abandonada dessa classificação, sendo que apenas 10 (3,3%) dos 303 respondentes a utilizam atualmente, ou seja, dos que utilizaram a *cannabis sativa*, 75% abandonaram o uso, desmistificando o senso comum em que todos os indivíduos, após o primeiro uso, já se encontram na condição de viciado.

Quanto ao uso de drogas em algum momento da vida por gênero, verificou-se que, proporcionalmente, o álcool, a maconha, a cocaína, o crack e o anabolizante são mais

utilizados pelos homens, ao contrário do tabaco, do êxtase, dos ansiolíticos e de outras drogas, cujo quantitativo do consumo feminino ultrapassou ao masculino. Vale ressaltar que as maiores discrepâncias do consumo entre os gêneros deram-se pelo uso de álcool, de crack e de anabolizante.

A respeito do uso de drogas por período escolar pouco pode ser afirmado, tendo em vista que a grande maioria das drogas possui o seu uso pulverizado nos diversos anos escolares.

No que tange ao uso de algumas drogas lícitas como precursoras de outras, sobretudo de ilícitas, percebeu-se que há uma elevada taxa de uso de álcool e de tabaco por parte dos usuários de drogas ilícita, acrescentando que tal uso ocorreu pela primeira vez, em sua maioria, no mesmo ano ou em anos anteriores ao das drogas ilícitas. Entretanto, embora seja a maioria, não é correto admitir que, para os adolescentes e jovens do Município de Castelo, o álcool e o tabaco seja uma “porta de entrada” para todas as substâncias psicoativas, visto que a maconha e o anabolizante não possui seu uso relacionado posteriormente ao álcool e ao tabaco, diferente do apresentado para o crack e os ansiolíticos, sendo válida a afirmação para esses últimos.

Apesar de este trabalho tratar de uma população específica de estudantes, os resultados obtidos permitem concluir que as drogas são frequentemente experimentadas pelos jovens e pelos adolescentes, muitas vezes em idades precoces, motivados por diversos fatores, destacando-se, tanto para o Município de Castelo quanto em outras pesquisas, a curiosidade, a pressão de grupo/namorado e o convívio com amigos e namorados que utilizam tais substâncias, diversão, dentre outros, inclusive pela situação familiar.

Do que fora levantado por meio dos questionários, foi também possível averiguar o perfil dos participantes sendo que, para uma melhor análise das características dos usuários de drogas ilícitas e dos não usuários de drogas, foi necessário também o levantamento do perfil da amostra em geral, inclusive para ser realizada uma comparação proporcional entre o todo e as partes.

Tendo isso posto, no referente à amostra geral dos pesquisados, percebe-se que a maioria estuda em escola pública, no horário matutino, sendo formada predominantemente por

mulheres; brancas; solteiras; sem filhos; da classe média (C1); católicas; que praticam regularmente sua religião; não possuem emprego e CNH; possuem chefes de famílias com uma formação no ensino médio completo ou superior incompleto; residem com os pais; foram aprovados no ano anterior; e, além do horário escolar, praticam as seguintes atividades: esportes; assistir tv/dvd; jogos de computador; internet; outros hobbies.

Considerando a população pesquisada de usuários de drogas ilícitas, percebe-se que a maioria possui as mesmas características da amostra em geral, entretanto, ao analisarmos de forma proporcional os usuários de drogas ilícitas comparados a amostra em geral, verifica-se que algumas características sobressaem a outras. Dessa forma, ressalta-se que os usuários de drogas ilícitas proporcionalmente são compostos, em sua maioria, de mulheres; brancas; solteiras; sem filhos; não possuem emprego ou CNH; frequentadoras da umbanda e de igrejas evangélicas; praticam suas religiões em algumas datas, especialmente períodos comemorativos; possuem chefes de famílias com uma formação no ensino médio completo ou superior em formação; residem com amigos ou em repúblicas; foram aprovadas no ano anterior; e pertencem a classe socioeconômica D ou B1.

No caso dos não usuários de drogas, a situação da população em números absolutos também corrobora com a conjuntura da amostra em geral e dos usuários de drogas ilícitas, sendo que, de forma proporcional, algumas características sobressaem a outras, possuindo as seguintes particularidades: mulheres; negras; casadas; sem filhos; não possuem emprego ou CNH; não possuem religião; não frequentam religiões em qualquer período; possuem chefes de famílias com uma formação no fundamental incompleto ou menor, inclusive analfabetos; residem com os pais; foram aprovadas no ano anterior; e pertencem a classe socioeconômica D.

No referente ao PROERD e sua capacidade em prevenir o uso de drogas, o presente trabalho buscou analisar o quantitativo de alunos que foram submetidos a tal programa educacional e o ponto de vista dos jovens e adolescentes sobre ele, tendo sido identificado tal programa pelos entrevistados como uma ferramenta muito importante nesse contexto.

Dos 303 alunos participantes, apenas 42 não obtiveram os conhecimentos do PROERD, correspondendo a menos de 14% do total. Para esse grupo, a análise de seu ponto de vista

sobre o Programa foi descartada, visto não terem vivenciado os ensinamentos propostos respectivos às substâncias psicoativas e como se portar frente à pressão de grupo.

Dos 261 respondentes submetidos ao PROERD, apenas 22 haviam utilizado algum tipo de droga anteriormente a esse programa, sendo que 20 desses relataram ter parado o uso ou, no mínimo, refletido sobre a possibilidade de tal ato, obtendo um valor acima de 90% de aprovação por esse grupo.

Ainda avaliando a percepção dos 261 que fizeram o curso alvo da pesquisa, percebeu-se que 224 utilizaram algum tipo de droga lícita ou ilícita posteriormente ao programa, sendo que, desses anteriores, 212 relataram terem os ensinamentos recebidos auxiliados a tomada de decisão e a reflexão dos malefícios de tal prática, resultando numa aprovação do PROERD em quase 95% por esse grupo.

Continuando a ponderação sobre a prevenção ao uso de drogas alcançada pelo PROERD, foi apurado que 39 estudantes não realizaram qualquer tipo de uso de drogas posteriormente ao programa, sendo que 37 desses considerou importante os conhecimentos adquiridos em seu contexto para se manter longe dessa prática, alcançando um quantitativo aproximado de 95% de satisfação por esse grupo.

Após expostas as análises e as conclusões provenientes da pesquisa, espera-se que este trabalho sirva de inspiração para pesquisas futuras, sugerindo sua aplicação em outros municípios do Espírito Santo, a fim de proporcionar um melhor dimensionamento do cenário atual, possibilitando a implementação ou readequação de políticas públicas que atinjam todo o território estadual, respeitando, em cada caso, as singularidades culturais, econômicas e sociais locais. Além disso, um ponto importante para futuras pesquisas foi verificado pelo presente estudo no que diz respeito ao financiamento das drogas ilícitas, visto que todos os utilizadores de tais substâncias do Município de Castelo não possuem atividades remuneradas.

Vale ressaltar que foram encontradas algumas limitações no decorrer da pesquisa, principalmente no que diz respeito à possibilidade de sonegação de informações por parte dos estudantes, no entanto, por preservar o caráter voluntário e sigiloso dos participantes, acredita-se que essas limitações tenham sido irrelevantes para o resultado final.

Finalmente, tendo cumprido ao que se propôs, encerram-se os levantamentos que se fizeram presentes no decorrer de todo o trabalho, restando claro a importância da discussão da temática drogas e da realização de diagnósticos constantes de seu uso e abuso, além de uma maior participação do Poder Público e da sociedade na elaboração e na implementação de políticas direcionadas ao público alvo dessa pesquisa, cujos esforços sejam capazes de minimizarem os malefícios do consumo de tais substâncias, seja prevenindo ou reduzindo o consumo, seja pelo retardamento da idade desse uso, postergando tal atitude para depois da formação biológica desses indivíduos.

6 REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, n. 1, p.41-67, jun. 2005.

ACSELRAD, G. Políticas de drogas e cultura de resistência. In: GARCIA, J; LANDIM, L; DAHMER, T. (Org.). **Sociedade & Políticas: novos debates entre ONGs e Universidades**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ADORNO, S. Políticas Públicas de Segurança e Justiça Penal. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p.9-27, jan. 2008.

_____. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 1, n. 8, p.84-135, dez. 2002.

_____. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 11, n. 2, p.129-153, out. 1999.

ANDRADE, A. G.; BASSIT, A.Z. **Avaliação de programas de prevenção de drogas**. São Paulo: GREA – IPQ – HC – FMUSP, 1995. 86 p.

ANDRADE, R. J. et al. Avaliando o PROERD: desafios e possibilidades. In: Colóquio de Pesquisa, 6., 2008, Belo Horizonte. **Anais...** . Belo Horizonte: Puc Minas, 2008. v. 1, p. 1 - 27.

ARTHUR, M. et al. Measuring risk and protective factors for substance use, delinquency, and other adolescent problem behaviors. **Evaluation Review**, Califórnia/EUA, v. 6, n. 26, p.575-601, jan. 2002.

BACKES, D. C. et al. Indicadores de risco associados ao consumo de drogas ilícitas em escolares de uma comunidade do sul. **Ciência & Saúde Coletiva**, Santa Maria/RS, v. 19, n. 3, p.899-906, jan. 2014.

BAHLS, F. R. C.; INGBERMANN, Y. K. Desenvolvimento escolar e abuso de drogas na adolescência. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 4, n. 22, p.395-402, jan. 2005.

BALLANI, T. S. L.; OLIVEIRA, M. L. F. Uso de drogas de abuso e evento Sentinela: construindo uma proposta para avaliação de políticas públicas. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p.488-494, set. 2007.

BALLESTEROS, P. R. Gestão de políticas de segurança pública no Brasil: problemas, impasses e desafios. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 8, n. 1, p.6-22, mar. 2014.

BARATA, R. B. et al. Health inequalities based on ethnicity in individuals aged 15 to 64, Brazil, 1998. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p.305-313, jan. 2007.

BARATA, R. B.; RIBEIRO, M. C. S.; CASSANTI, A. C. Social vulnerability and health status: a household survey in the central area of a Brazilian metropolis. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 27, p.164-175, jan. 2011.

BARRETO, L. M. **Dependência química nas escolas e nos locais de trabalho**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000. 164 p.

BEATO, C. C. F. **Compreendendo e avaliando projetos de segurança pública**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 214 p.

BRUSAMARELLO, T. et al. Papel da família e da escola na prevenção do uso de drogas pelo adolescente estudante. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 4, n. 9, p.766-773, dez. 2010.

BUCCI, M. P. D. **Direito Administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2006. 344 p.

_____. Políticas públicas e direito administrativo. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 34, n. 1, p.89-98, mar. 1997.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p.77-93, jan. 2007.

CARDOSO, L. R. D.; MALBERGIER, A. Habilidades sociais e uso de álcool, tabaco e drogas ilícitas em adolescentes. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 31, n. 75, p.761-768, dez. 2013.

CARLINI-COTRIM, B.; CARVALHO, C. G.; GOUVEIA, N. Comportamentos de saúde entre jovens estudantes das redes pública e privada da área metropolitana do Estado de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 6, p.636-645, jan. 2000.

CARRANZA, D. V. V.; PEDRÃO, L. J. Satisfacción personal del adolescente adicto a drogas en el ambiente familiar durante la fase de tratamiento en um instituto de salud mental. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p.836-844, jan. 2005.

CARVALHO, J. N. Programa de prevenção sobre drogas: Modelos e resultados. **Cadernos de Consulta Psicológica**, Porto/PT, v. 6, n. 1, p.41-53, jun. 1990.

CASTELÕES, L. Brasileiros são mais dependentes em álcool, tabaco e maconha. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.1-3, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/especial/>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

CHEURPRAKOBKIT, S. Police-citizen contact and police performance: attitudinal differences between Hispanics and non-Hispanics. **Journal of Criminal Justice**, Oxford/EUA, v. 28, n. 1, p.325-336, jan. 2000.

CLARK, K. H. et al. **Project ALERT's Effects on Adolescents' Prodrug Beliefs: A Replication and Extension Study**, Health Educ Behav, jun. 2010. 37: 357-376.

COMMITTEE ON SUBSTANCE ABUSE. Alcohol use by youth and adolescents: a pediatric concern. **Official Journal of The American Academy Of Pediatric**, Illinois/EUA, v. 5, n. 125, p.1078-1087, mai. 2010.

CONSTANTINO, G. L. O que é o Proerd. **Cartilha da Polícia Militar do Paraná**. Curitiba. 2007.

COSTA, M. C. O. et al. Experimentação e uso regular de bebidas alcoólicas, cigarros e outras substâncias psicoativas/SPA na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 5, p.1143-1154, jan. 2007.

COSTA, M. S. C.; LUZ, C. F. S.; SOUZA, A. L. S. Um relato de experiência sobre a prevenção contra as drogas por meio da extensão na UESB. **Revista Extensão & Cidadania**, Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p.211-221, jun. 2013.

DELL'ANTÔNIA, V. **A implantação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência pela PMSC (PROERD)**. 1999. 87 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Segurança Pública, USSC, Florianópolis, 1999.

DEMETRIO, A. J.; VIANA, G.; HOEFLICH, V. A. Um Estudo Sobre o Nível de Eficiência do Programa Educacional de Resistência às Drogas-PROERD. **Revista Capital Científico**, Paraná, v. 11, n. 2, p.51-65, ago. 2013.

DRUMMOND, M.; DRUMMOND FILHO, H. **Drogas: a busca de respostas**. São Paulo: Loyola, 1998.

ENNETT, S. T. et al. How Effective Is Drug Abuse Resistance Education?: A Meta-Analysis of Project DARE Outcome Evaluations. **American Journal Of Public Health**, Los Angeles/EUA, v. 84, n. 9, p.1394-1401, set. 1994.

ESCOHOTADO, A. **História de Las Drogas 2**. 7. ed. Madrid: Alianza, 2004a. 442 p.

_____. **História de Las Drogas 3**. 7. ed. Madrid: Alianza, 2004b. 469 p.

_____. **História Elemental de las Drogas**. 2. ed. Barcelona: Anagrama, 2003. 244 p.

FACUNDO, F. R. G.; CASTILLO, M. M. A. Adquisición del uso de alcohol en un grupo de adolescentes mexicanos: el efecto de la relación con amigos. **Saúde Mental, Álcool e Drogas**, São Paulo, v. 2, n. 1, p.1-13, jan. 2005.

FERRARI, C. L.; CELANTE, E. V. **Avaliação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD como modelo de prevenção primária nas escolas do ensino fundamental público da região da grande Vitória**. 2006. 115 f. Monografia (Especialização) - Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, PMES, Vitória, 2006.

FIGUEIREDO, T. A. M.; MACHADO, V. L. T.; ABREU, M. M. S. A saúde na escola: um breve resgate histórico. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, p.397-402, jan. 2010.

FILHO, A. N.; TORRES, I. M. A. P. **Drogas: isso lhe interessa?** Confira aqui. Salvador: CETAD/UFBA/CPTT/PMV, 2002. 31 p.

FORSTER, L. M. K.; TANNHAUSER, M.; BARROS, H. M. T. Drug use among street children in southern Brazil. **Drug And Alcohol Dependence**, Baltimore/USA, v. 1, n. 43, p.57-62, jan. 1996.

FORTE, F. A. P. Racionalidade e legitimidade da política de repressão ao tráfico de drogas: uma provocação necessária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p.193-208, jan. 2007.

FREIRES, I. A.; GOMES, E. M. A. O Papel da Família na Prevenção ao uso de Substâncias Psicoativas. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, João Pessoa, v. 16, n. 1, p.99-104, jan. 2012.

GALLASSI, A. D. et al. Custos dos problemas causados pelo abuso do álcool. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 35, n. 1, p.25-30, jan. 2008.

GANDHI, A. G. et al. The Devil Is in the Details: Examining the Evidence for “Proven” School-Based Drug Abuse Prevention Programs, **Evaluation Review**, Feb. 2007 31: 43-74.

GARCIA, J. J.; PILLON, S. C.; SANTOS, M. A. Relações entre contexto familiar e uso de drogas em adolescentes de ensino médio. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 19, n. 1, p.753-761, jun. 2011.

GHOSH, D. B. et al. **Modifying Pro-Drug Risk Factors in Adolescents: Results From Project ALERT Health, Educ Behav**, jun. 2004. 31: 318-334.

GIKOVATE, F. **Drogas: Opção de perdedor**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1993. 37 p.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GOMES, L. F. et al. Nova lei de drogas comentada. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.108-113, jan. 2006.

GONÇALVES, J. P.; PEREIRA, E. S. Drogas na adolescência: realidade do município de Naviraí. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 4, n. 12, p.110-131, jan. 2014.

GUIMARÃES, A. B. P. Aspectos familiares de meninas adolescentes dependentes de álcool e drogas. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 36, n. 2, p.69-74, jan. 2009.

GUIMARÃES, J. L. C. et al. Consumo de drogas psicoativas por adolescentes escolares de Assis, SP. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 1, n. 38, p.130-132, jan. 2004.

HALLFORS, D.; GODETTE, D. Será que os "princípios da eficácia" melhorar as práticas de prevenção?: Os primeiros resultados de um estudo de difusão. **Health Education Research**, Oxford/EUA, v. 17, n. 1, p.461-470, jan. 2002.

HAMMOND, A. et al. Do adolescents perceive police officers as credible instructors of substance abuse prevention programs? **Health Education Research**, Oxford/EUA, v. 23, n. 4, p.682-696, out. 2007.

HANEWINKE, R.; AÛHAUER, M. Fifteen-month follow-up results of a school-based life-skills approach to smoking prevention. **Health Education Research**, Oxford/EUA, v. 19, n. 2, p. 125-137, 2004.

HARMON, M. A. Reducing the Risk of Drug Involvement Among Early Adolescents: An Evaluation of Drug Abuse Resistance Education (DARE). **Evaluation Review**, South Carolina/EUA, v. 17, n. 2, p.221-239, abr. 1993.

HAWKINS, J. D.; CATALANO, R. E.; MILLER, J. Y. Risk and Protective Factors for Alcohol and Other Drug Problems in Adolescence and Early Adulthood: Implications for Substance Abuse Prevention. **Psychological Bulletin**, Washington/EUA, v. 1, n. 112, p.64-105, jan. 1992.

JESUS, M. G. M et al. Segurança Pública e a política de combate ao tráfico de drogas em São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, n. 1, p.104-117, mar. 2012.

JONES-BROWN, D. Debunking the myth of officer friendly: how African American males experience community policing. **Journal of Contemporary Criminal Justice**, Nebraska/EUA, v. 16, n. 1, p.209-229, jan. 2000.

JUSTINO, N.; PAULO, A. C.; BALLA, J. M. **Uso de Drogas na Adolescência e Família**. 2007. 76 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Faculdade Salesiana de Vitória, Vitória, 2007.

LEMOS, K. M. et al. Uso de substâncias psicoativas entre estudantes de Medicina de Salvador. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 3, n. 34, p.118-124, jan. 2007.

LONGSHORE, D. et al. School-Based Drug Prevention Among At-Risk Adolescents: Effects of ALERT Plus. **Health Educ Behav**, ago. 2007. 34: 651-68.

LOPES, G. T. et al. O enfermeiro no ensino médio: desafios na prevenção ao consumo de álcool. **Revista de Enfermagem**, v. 11, n. 4, p. 712-716, dez. 2007.

LYNCH, J. W. et al. Income inequality and mortality: importance to health of individual income, psychosocial environment, or material conditions. **British Medical Journal**, Londres/ING, v. 320, n. 1, p.1200-1204, abr. 2000.

MACHADO, A. R.; MIRANDA, P. S. C. Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da Justiça à Saúde Pública. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. v. 14. n. 3. p. 801-821. Rio de Janeiro: 2007.

MACIEL, C. O.; PÉPECE, O. M. C. O consumo proibido: fatores influenciadores do consumo de drogas. **Revista Alcance**, Itajaí, v. 18, n. 04, p.481-497, dez. 2011.

MACIOLE, G. P.; BESSA, R. T. **Avaliação sobre prevenção de abuso de drogas nas universidades**: revisão sistemática das publicações científicas. 2008. 20 f. TCC (especialização) – em dependência Química, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2008.

MALTA, D. C. et al. Exposição ao álcool entre escolares e fatores associados. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 48, n. 1, p.52-62, jan. 2014.

_____. Família e proteção ao uso de tabaco, álcool e drogas em adolescentes. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Brasília, v. 14, n. 1, p.166-177, jan. 2011.

_____. Prevalência de fatores de risco e proteção de doenças crônicas não transmissíveis em adolescentes: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Ciência & Saúde Coletiva**, Brasília, v. 2, n. 15, p.3009-3019, jan. 2010.

MARANGONI, S. R.; OLIVEIRA, M. L. F. Fatores desencadeantes do uso de drogas de abuso em mulheres. **Texto Contexto Enfermagem**, Maringá, v. 3, n. 22, p.662-670, jul. 2013.

MARTINEZ, L. C.; FERRIANI, M. G. C. Relación entre las características de la adolescente embarazada y la resistencia al consumo de droga. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 1, n. 12, p.333-339, jan. 2004.

MARTINS, M. C.; PILLON, S. C. A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 24, p.1112-1120, maio 2008.

MARTINS, M. C.; SANTOS, M. A.; PILLON, S. C. Low-income families' perceptions on the use of drugs by one of their members. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 2, n. 16, p.293-298, jan. 2008.

MATTOS, R. F. da S. **Expansão urbana, segregação e violência**: um estudo sobre a região Metropolitana da Grande Vitória. 1. ed. Vitória: Edufes, 2013. 216 p.

MAZEROLLE, L.; SOOLE, D. W.; ROMBOUTS, S. School based drug prevention programs: a review of what works. **Australian & New Zealand Journal of Criminology**, Queensland/AUS, v. 2, n. 41, p.259-286, ago. 2008.

MELO, J. S.; CAMPOS, V. G. O PROERD como política pública sobre drogas em Águas Lindas de Goiás. In: Conferência Internacional de Estratégia em Gestão, Educação e Sistemas de Informação, 1., 2012, Goiania. **Anais...** . Goiania: UNUEAD, 2012. p. 454 - 483.

MICHELI, D.; FORMIGONI, M. Drug use by Brazilian students: associations with family, psychosocial, health, demographic and behavioral characteristics. **Addiction Journal**, Londres/ING, v. 5, n. 99, p.570-578, jan. 2004.

MILANI, R. G.; LOUREIRO, S. R. A. Famílias e violência doméstica: condições psicossociais pós ações do conselho tutelar. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 1, n. 28, p.50-67, mar. 2008.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. A. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 14, p.35-42, jan. 1998.

MISSE, M. Ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio de Janeiro. **Contemporaneidades e Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.93-116, jan. 1997.

MOREIRA, F. G.; SILVEIRA, D. X.; ANDREOLI, S. B. Redução de danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Brasília, v. 11, n. 3, p.807-816, jan. 2006.

NAPPO, S. A.; GALDURÓZ, J. C. F.; NOTO, A. R. Crack use in São Paulo. **Substance Use & Misuse**, São Paulo, v. 31, n. 5, p.565-579, 1996.

NEGRETE, B. D.; GARCÍA-AURRECOECHEA, R. Factores psicosociales de riesgo de consumo de drogas ilícitas en una muestra de estudiantes mexicanos de educación media. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington/EUA, v. 24, n. 4, p.223-232, jan. 2008.

NOGUEIRA, L. A.; BELLINI, L. M. Sexualidade e violência: o que é isso para jovens que vivem na rua?. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p.610-616, dez. 2006.

NOTO, A. R. et al. Use of drugs among street children in Brazil. **Journal Of Psychoactive Drugs**, San Francisco/EUA, v. 2, n. 29, p.185-192, jan. 1997.

_____. Analysis of prescription and dispensation of psychotropic medications in two cities in the State of São Paulo, Brazil. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 73, 2002.

NOTO, A. R.; GALDURÓZ, J. C. F. O uso de drogas psicotrópicas e a prevenção no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 4, n. 1, p.145-151, jan. 1999.

NUGENT, R. **Quiénes son los jóvenes**. In: Ashford L, Clifton D, Kaneda T. La juventud mundial. Washington (DC/USA): Population Reference Bureau; 2006.

OLIVEIRA, J. I. F. **A Inserção do PROERD no Ensino Médio**. 2008. 118 f. Monografia (Especialização) - Curso de Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, PMDF, Brasília, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Saúde mental: nova concepção, nova esperança**. Genève: Organização Mundial de Saúde, 2001. 135 p.

ORTH, A. P. S.; MORÉ, C. L. O. O. Funcionamento de famílias com membros dependentes de substâncias psicoativas. **Revista Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 55, n. 26, p.293-303, jan. 2008.

PAIVA, F. S.; RONZANI, T. M. Estilos parentais e consumo de drogas entre adolescentes: revisão sistemática. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 1, n. 14, p.177-183, jan. 2009.

PERES, U. D. et al. Segurança Pública: reflexões sobre o financiamento de suas políticas públicas no contexto federativo brasileiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 8, n. 1, p.132-153, mar. 2014.

PEROVANO, D. G. **Concepções dos instrutores do programa educacional de resistência às drogas e a à violência sobre a sua formação.** 2006. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, UFPR, Curitiba, 2006.

PORTO, J. F. S. **Quais os Aspectos que permeiam o uso e abuso de Drogas entre os adolescentes e jovens de Ibitiara?** 2010. 71 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Especialização de Gestão em Políticas Públicas em Gênero e Raças, UFBA, Salvador, 2010.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. Adolescence and the consumption of psychoactive substances: the impact of the socioeconomic status. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 1, n. 15, p.806-811, jan. 2007.

_____. O processo saúde-doença e a dependência química: interfaces e evolução. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 2, n. 25, p.203-211, jan. 2009.

_____. Reflexões sobre as relações entre drogadição, adolescência e família: um estudo bibliográfico. **Estudos de Psicologia**, São Paulo, v. 11, n. 3, p.315-322, jan. 2006.

RATEKE, D. Escola, drogas e violência: um estudo sobre o programa educacional de resistência às drogas e a violência – O PROERD. In: Seminário de Pesquisa em Educação, 5., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Champagnat, 2004. v. 1, p. 2 - 9.

RATTON, J. L.; TORRES, V.; BASTOS, C. Inquérito policial, sistema de justiça criminal e políticas de segurança: dilemas e limites da governança. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 1, p.29-58, abr. 2011.

RAUP, L. M.; ADORNO, R. C. F. Jovens em situação de rua e usos de crack: um estudo etnográfico em duas cidades. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, v. 4, n. 1, p.52-67, jan. 2011.

_____. Uso de crack na cidade de São Paulo/Brasil. **Revista Toxicodependências**, Lisboa/POR, v. 16, n. 2, p.29-37, jan. 2010.

REHM, J. et al. Global burden of disease and injury and economic cost attributable to alcohol use and alcohol-use disorders. **Lancet**, Londres/ING, v. 1, n. 373, p.2223-2233, jan. 2009.

RIBEIRO, A. C.; BATISTA, A. J. A influência da mídia na criança / pré-adolescente e a educomunicação como mediadora desse contato. In: Encontro de História da Mídia da Região Norte, 1., 2010, Palmas. **Congresso**. Palmas: UFTO, 2010. p. 37 - 41.

RIBEIRO, M. et al. O consumo de substâncias psicoativas em Juiz de Fora-MG. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 48, p. 405-413, jan. 1999.

RIBEIRO, M.; YAMAGUCHI, S.; DUAILIBI, L. B. Avaliação dos fatores de proteção e de risco. In: RIBEIRO, M.; LARANJEIRA, R. **O tratamento do usuário de crack**. 2. ed. [s. i.]: Artmed, 2012. Cap. 14. p. 1-664.

RODRIGUES, C. G.; MAIA, A. G. Como a posição social influencia a autoavaliação do estado de saúde?: Uma análise comparativa entre 1998 e 2003. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p.762-774, abr. 2010.

ROLIM, M. Caminhos para inovação em segurança pública no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.32-47, jan. 2007.

RUCKER, J. J. H. Psychedelic drugs should be legally reclassified so that researchers can investigate their therapeutic potential. **British Medical Journal**, Mai. 2015.

SALM, J. F. Co-produção do Bem público e o Desenvolvimento da Cidadania: o Caso do Proerd em Santa Catarina. **Alcance: Univali**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p.231-246, ago. 2007.

SANTOS, M. B.; COSTA, C. L. N. A. O uso de drogas na adolescência. **Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n. 17, p.143-150, out. 2013.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. A importância da família no tratamento do uso abusivo de drogas: uma revisão da literatura. **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v. 3, n. 20, p.649-659, jan. 2004.

SCHMID, H. et al. Drunkenness among young people: a cross-national comparison. **Journal of Studies on Alcohol And Drugs**, New Jersey/EUA, v. 05, n. 64, p.650-661, jan. 2003.

SENAD. **I Levantamento Nacional sobre o Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas entre Universitários das 27 Capitais brasileiras**. Brasília: SENAD, 2010. 284 p.

SENAD. **II Levantamento Domiciliar sobre o uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil**: Estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país 2005. Brasília: SENAD, 2007. 472 p.

SENTO-SÉ, J. T. A construção de um discurso sobre segurança pública no âmbito nacional: Apontamentos para um programa de pesquisa. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p.501-521, set. 2011.

SILVA, D. B. Projeto para uma nova política de drogas no país. In: ZALUAR, Alba (org). **Drogas e cidadania**: repressão ou redução de riscos. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SODELLI, M. Drogas e seres humano: a prevenção do possível. In: Conselho Regional de Psicologia. **Álcool e Outras Drogas**. São Paulo: CRPSP, 2011.

SOARES, C. B. et al. Avaliação de ações educativas sobre consumo de drogas e juventude: a práxis no trabalho e na vida. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.43-62, jun. 2011.

SOARES, L. E. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p.77-97, jan. 2007.

_____. Segurança pública: presente e futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 56, n. 20, p.91-106, jan. 2006.

SOUSA, A. S. et al. Avaliação da Implementação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência no Estado do Rio Grande do Norte. **Administração Pública e Gestão Social**, Natal, v. 4, n. 5, p.156-165, dez. 2013.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 8, p.20-45, dez. 2006.

SOUZA, J.; KANTORSKI, L. P. Embasamento político das concepções e práticas referentes às drogas no Brasil. **Revista Eletrônica Saúde Mental álcool e Drogas**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p.1-18, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/smad/article/view/38656/41503>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

STRAUCH, E. S. et al. Uso de álcool por adolescentes: estudo de base populacional. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 4, n. 43, p.647-655, jan. 2009.

SUWANNANON, A. Evaluation of Thailand's Drug Abuse Resistance Education Project (DARE) Provincial Police Region 1. **International Journal of Prevention And Treatment of Substance Use Disorders**, Colombo/SRI, v. 1, n. 1, p.89-94, jan. 2013.

TASCA, J. E.; ENSSLIN, L.; ENSSLIN, S. R. A construção de um referencial teórico sobre a avaliação de desempenho de programas de capacitação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, p.203-238, jun. 2013.

TAVARES, B. F.; BÉRIA, J. U.; LIMA, M. S. Prevalência do uso de drogas e desempenho escolar entre adolescentes. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 35, n. 2, p.150-158, jan. 2001.

TOBLER, N. S. et al. Effectiveness of School-Based Drug Prevention Programs for Marijuana Use. **School Psychology International**, fev. 1999. 20:105-137.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DRUG CONTROL AND CRIME PREVENTION. **World drug report 2013**. Brasília: UNODC, 2013. 9 p.

_____. **World Drug Report**. Brasília: UNODC, 2008. 310 p.

VASCONCELLOS, M. V.; MENDONÇA, F. A. S. Políticas públicas e sua importância para o desenvolvimento. In: 17 CONPEDI, 2008, Salvador. **Congresso**. Salvador: CONPEDI, 2008. v. 1, p. 197 - 217.

VELHO, G. A dimensão cultural e política dos mundos das drogas. In: ZALUAR, A. (org.). **Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

WAGNER, G. A.; ANDRADE, A. G. Uso de álcool, tabaco e outras drogas entre estudantes universitários brasileiros. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 4, n. 35, p.48-54, jan. 2008.